

CAPISTRANO DE ABREU

**DESCOBRIMENTO DO BRASIL
E POVOAMENTO**

LEITURA BÁSICA

Antonio Paim (Organizador)

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
DO PENSAMENTO BRASILEIRO**

SUMÁRIO

Pág.

Hélio Vianna - Ensaio biobibliográfico..... 3

TEXTOS DE CAPISTRANO DE ABREU

O descobrimento do Brasil.....121

Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil.....175

Esquema das bandeiras.....261

Ensaio biobibliográfico*

HÉLIO VIANNA

I - Infância e mocidade no Ceará e Pernambuco (1853/1875)

Nasceu João Capistrano de Abreu a 23 de outubro de 1853, no sítio Columinjuba, perto de Maranguape, na então província do Ceará. Descendente de agricultores de Sobral e Pernambuco, de origem portuguesa, não é impossível que tivesse alguma ascendência indígena. Primogênito de Jerônimo Honório de Abreu, major da Guarda Nacional, e de Antônia Vieira de Abreu, casal que teve quatorze filhos, batizou-o, no dia seguinte ao de nascimento, o padre Antônio Nogueira da Braveza, irmão do futuro senador Visconde de Jaguaribe.

Estudou as primeiras letras nas proximidades da terra natal, em Ladeira Grande, com o mestre-escola Luís Mendes. Transferindo-se para Fortaleza, aí freqüentou, durante três anos, o Colégio de educandos, dirigido pelo sacerdote que o batizara. Passou, depois, ao Ateneu Cearense e ao Seminário Episcopal do Ceará, onde se matriculou em março de 1865. Suas notas de comportamento e aproveitamento, em dois trimestres desse ano e do seguinte, foram, de acordo com os

respectivos registros, sofríveis, medíocres e más, deles constando a seguinte referência: "Em julho de 1866 foi aconselhado ao pai do referido aluno que o retirasse por algum tempo a fim de o emendar de sua preguiça e vadiação."

A esses dados, coligidos pelo Sr. Pedro Gomes de Matos, em sua recente poliantéia – Capistrano de Abreu - Vida e Obra do Grande Historiador, acrescentam-se outros, todos tendentes a demonstrar, no jovem colegial como na de família. De acordo, porém, com o depoimento de um de seus condiscípulos, Rodolfo Teófilo, não se tratava de um inimigo do estudo, pois era leitor mais do que assíduo, porque quase permanente, apesar de precoce e não tratada miopia. Lia muito, lia sempre, mas somente aquilo que despertasse a sua atenção, não o que lhe fosse imposto ou sugerido pelos professores, apesar de todos os castigos recebidos.

Nestas condições, não podendo realizar, na capital de sua província, os exames preparatórios necessários à admissão em curso superior, em 1869 foi mandado para o Recife, tendo em vista a futura entrada em sua Faculdade de Direito.

Também na capital pernambucana não se modificou o sistema de estudos do moço de Maranguape. Apenas consta, por diversas informações, que passou a ser freqüentador de livrarias e bibliotecas, continuando, entretanto, a apresentar maus resultados escolares. Por esse motivo, ou por haver-se desentendido com o seu correspondente, em 1871 teve ordem de regressar ao Ceará, onde o severo pai pretendeu destiná-lo aos

afazeres agrícolas. Não o conseguiu, pois dentro de algum tempo vamos encontrá-lo novamente em Fortaleza, encetando atividades literárias que nunca mais abandonaria.

Na capital cearense militou entre os escritores jovens da época, reunidos em original agremiação dedicada às letras e às ciências, ironicamente denominada Academia Francesa, que em Fortaleza refletia o movimento intelectual então vigente no Recife. O primeiro trabalho publicado por João Capistrano de Abreu, de que se tem notícia, apareceu no semanário maranguapense, de sua terra natal, em números de junho a agosto de 1874. Trata-se de curioso estudo crítico, em que examinou, como "tipos juvenis", os poetas românticos Casemiro de Abreu e Junqueira Freire.

Em Fortaleza participou, também, de uma Escola Popular, na qual, a 20 de dezembro de 1874 falou sobre "A Literatura Brasileira", ensaio teórico, em que, ao lado da transitória influência de Spencer, Comte e Taine, já se pode perceber o interesse por aspectos puramente geográficos e históricos. Publicou-o, no ano seguinte, no Rio de Janeiro, no jornal O Globo.

Também quando já se encontrava na capital do Império, teve publicada no jornal Constituição, de Fortaleza, a 20 de julho de 1875, uma crítica ao romance Jacinta, a Marabá, de Araripe Júnior - trabalho este não mencionado por seus futuros bibliográficos, o Sr. Tancredo de Barros Paiva, em sua "Bibliografia Capistraneana", nos Anais do Museu Paulista, tomo IV (São Paulo, 1931), págs. 481-512, e o Sr. J. A. Pinto do

Carmo, na Bibliografia de Capistrano de Abreu (Rio de Janeiro, 1943), ed. do Instituto Nacional do Livro(1).

Ainda como reminiscência de sua iniciação literária no Ceará, redigiria, alguns anos depois, enaltecedor prefácio à Crítica e Literatura, obra póstuma de seu amigo, o positivista Raimundo Antônio da Rocha Lima, em 1878 aparecida no Maranhão.

II - Jornalista e bibliotecário na Corte Primeira fase do historiador (1875/1883)

O motivo da vinda de Capistrano de Abreu para o Rio de Janeiro constitui episódio ainda não totalmente esclarecido de sua biografia. É provável que o desejo de agir em ambiente mais amplo, onde não tivesse necessidade, para progredir, dos não alcançados títulos acadêmicos, contribuísse para a resolução. É possível que para ela concorresse o encontro com José de Alencar, em sua última viagem à província natal, em 1874, quando teve ocasião, o jovem maranguapense, de ajudar em pesquisas folclóricas ao consagrado escritor. Mas, a vista da carta que, ainda de bordo do navio "Guará" e aqui chegando, escreveu a uma "comadre", Ana Nunes de Melo, também revelada pelo Sr. Pedro Gomes de Matos em seu livro, não é absurda a suposição de que amores contrariados, ou simplesmente adiados, igualmente entrassem nas razões da transmigração.

Preparando o ambiente favorável à sua admissão no jornalismo carioca, já em dezembro de 1874 escrevera

Alencar uma carta a Bruno Seabra, em que há outra alusão à hipótese que formulamos: "Nas minhas pesquisas [no Ceará] fui auxiliado por um jovem patricio meu, Sr. João Capistrano de Abreu, notável por seu talento, entre tantos que pululam da seiva exuberante desta nossa terra, que Deus fez ainda mais rica de inteligência do que de ouro. Esse moço que já é fácil e elegante escritor, aspira ao estágio da imprensa desta Corte. Creio eu que, além de granjear nele um prestante colaborador, teria o jornalismo fluminense a fortuna de franquear a um homem do futuro, o caminho da glória, que lhe estão obstruindo uns acidentes mínimos."

Na capital do país, foi bem acolhido pelo antigo professor Cônego Braveza, pelo Senador Domingos José Nogueira Jaguaribe, depois Visconde de Jaguaribe, em cuja casa por algum tempo esteve hospedado, pelo negociante Paulino Nunes de Melo e outros. José de Alencar o pôs em contato com diversas pessoas, inclusive Joaquim Serra, que, por sua vez, em carta de 11 de maio de 1875, apresentou-o a Machado de Assis, dizendo-o "muito recomendável por seu mérito literário" e desejoso de conhecê-lo pessoalmente. Visitou, também, o conselheiro Tristão de Alencar Araripe, outro comprovinciano ilustre(2).

Empregou-se, transitoriamente, na Livraria Garnier, e foi, por mais tempo (de 1876 a 1880), professor de português e francês no prestigioso colégio que era o Externato Aquino. Ingressou, igualmente, no jornalismo, entrando, em setembro de 1879, para o corpo redatorial da Gazeta de Notícias.

Supõe-se ser de sua autoria o necrológio de José de Alencar, anonimamente publicado no mesmo jornal do Rio de Janeiro, de 13 de dezembro de 1877, bem como outro artigo a respeito do grande escritor, ali também aparecido por ocasião do segundo aniversário de sua morte, a 12 de dezembro de 1879.

No Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, de 16 a 20 de dezembro de 1878, publicou Capistrano de Abreu seu primeiro trabalho de crítica histórica, o "Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto-Seguro".

Começa pelo fundamentado elogio do grande historiador: "A Pátria traja de luto pela morte de seu historiador, - morte irreparável, pois que a constância, o fervor e o desinteresse que o caracterizaram, dificilmente se hão de ver reunidos no mesmo indivíduo; morte imprevista, porque a energia com que acabara a reimpressão de sua História, o vigor com que continuava novas empresas, a confiança com que arquitetava novos planos, embebeciam numa doce esperança de que só mais tarde nos seria roubado, depois de por algum tempo gozar de descanso a que lhe dava direito meio século de estudos e trabalhos nunca interrompidos."

Traçou-lhe, depois, sucinta porém segura biobibliografia. E termina o primeiro artigo em verdadeira antecipação do que, quase cinqüenta anos depois, com ele próprio iria ocorrer: "Pouco antes de morrer, quando a enfermidade mortal o obrigava a guardar o leito, escrevendo a um amigo, o Dr. Ramiz Galvão, muito digno diretor da Biblioteca Nacional,

quase sem alude às dores que o conservaram prostrado e impotente: sobre questões de história pátria, sobre pontos obscuros que deseja esclarecidos, sobre manuscritos, cuja existência deseja conhecer, é que rola toda a carta.

"Nobre e tocante vida voltada ao trabalho e ao dever! Grande exemplo a seguir e a venerar!"

Examinando-lhe, depois, a obra e o muito que significa para as nossas letras históricas, não lhe poupou, entretanto, restrições e discordâncias, onde estas se impunham. Lamentou, assim, que Varnhagen "ignorasse os desdenhasse o corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia. Sem esse facho luminoso, ele não podia ver o modo por que se elabora a vida social. Sem ele as relações que ligam os momentos sucessivos da vida de um povo não podiam desenhar-se em seu espírito de modo a esclarecer as diferentes feições e fatores reciprocamente. Ele poderia escavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, nada deixar que fazer a seus sucessores no terreno dos fatos: compreender, porém, tais fatos em suas origens, em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanam; generalizar as ações e formular-lhes teoria; representá-las como conseqüências e demonstração de duas ou três leis basilares, não conseguiu, nem conseguiu-lo-ia".

Manifestou, enfim, o desejo de que cumprisse alguém esse belo programa. Registrou os sinais, que já se percebiam, de renascimento em nossos estudos históricos. Finalizou, entretanto, considerando indigno de

tal missão quem não sentisse gratidão pelo muito que nesse terreno havia feito o "grande combatente que jamais abandonou o campo - Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto-Seguro"(3).

A entrada de Capistrano, no ano seguinte, 1879, para a Biblioteca Nacional do RIO DE JANEIRO, como oficial, em consequência de aprovação em concurso, iria decidir, definitivamente, de sua vocação de historiador. Para aquela prova, animou-o Ramiz Galvão a que estudasse Iconografia, única das matérias em que não tinha conhecimentos especiais. Além dela, constou o referido concurso de trabalhos de História, Literatura, Filosofia, Geografia, Bibliografia, Paleografia, Inglês, Francês e Latim. Classificou-se em primeiro lugar, foi nomeado a 9 de agosto do referido ano(4).

Até essa época, avultava em seus escritos jornalísticos a crítica literária, iniciada ainda no Ceará(5), onde, contudo, já o atingira o interesse pela História do Brasil, como, em carta de 21 de janeiro (dia de "Luís XVI" ...) de 1914, relatou a José Veríssimo(6). De sua colaboração na Gazeta de Notícias, do RIO DE JANEIRO, na seção "Livros e Letras", constam numerosas notas bibliográficas, que os pesquisadores, inclusive o Sr. Antônio Simões dos Reis(7), ainda não conseguiram identificar e reunir totalmente. Um deles, o Sr. J. A. Pinto do Carmo, ampliando a lista antes esboçada pelo Sr. Tancredo de Barros Paiva, ali registrou resenhas capistraneanas referentes a obras de Félix Ferreira e Júlio Lourenço Pinto; sobre a edição em francês da Retirada da Laguna, de Alfredo de Escragnolle

Taunay, depois Visconde de Taunay; sobre Contos e Sonetos, de Valentim Magalhães; quanto a uma reedição da História da América Portuguesa, do "oco e ruidoso" Sebastião da Rocha Pita; corrigindo O Brasil e as Colônias Portuguesas, de Oliveira Martins; e outra com sérias restrições à Crônica Geral do Brasil, de Melo Moraes - todas de 1879 e 1880(8). Outras, ainda desse último ano, referem-se ao Compêndio de Civilidade Cristã, de D. Antônio de Macedo Costa; a um número da terceira Revista Brasileira (inclusive ao trabalho de Sílvio Romero sobre as modificações da língua portuguesa no Brasil); ao "provinciano" folheto Crítica de Escada a Baixo, de Silva Jardim; às Questões Sociais, de José Leão, e a publicações de menor importância. Vê-se, também aí, e apesar de ser a lista incompleta, a crescente preferência pelos temas históricos. Atesta-a o artigo "A Indústria Brasileira no Século XVI", a 24 de outubro de 1879 publicado na mesma Gazeta(9).

Ainda no setor literário pertencem outros trabalhos de 1880: "Camões de Perfil", sólido estudo crítico, escrito a propósito do terceiro centenário da morte do poeta, com o qual "não se perde tempo", diria ele; e severa apreciação de um livro de Sílvio Romero - A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna - Ensaio de Generalização. Notável acontecimento de nossas letras de ficção, o aparecimento das Memórias Póstumas de Braz Cubas, de Machado de Assis, seu companheiro no estudo de inglês e alemão(10), provocaria, no ano seguinte, dois artigos na Gazeta, em que discutiu sua classificação como ro-

mance(11). Anônimos, identificou-os o próprio Machado, no prefácio à terceira edição de seu primoroso livro.

Outros vultos e obras continuaram ocupando Capistrano como jornalista, inclusive na seção denominada "Gravetos de História Pátria". Assim, Tobias Barreto, a Gramática Portuguesa, de Júlio Ribeiro, e Raul Pompéia, este na Gazetinha. Um amigo morto, seu colaborador na edição do trabalho do Padre Fernão Cardim - Do princípio e Origem dos Índios do Brasil, Bastista Caetano de Almeida Nogueira, iria ocasionar a transcrição de um necrológio seu, da Gazeta de Notícias, embora sem indicação de autor, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro(12).

Em defesa de José de Alencar, também já falecido, manifestara-se na referida crítica a Sílvio Romero. Mais um bom trabalho sobre seu comprovinciano publicou em 1882, por ocasião do quinto aniversário de sua morte, inclusive comentando o livro que lhe dedicou Araripe Júnior. Aí, como em poucas linhas da Revista do Centro Literário e Científico José de Alencar, de 1883, expressou sua admiração pelo comprovinciano, a quem considerava "o primeiro vulto da literatura nacional"(13). Se, com isto, não encetou uma polêmica, deu início à séria malquerença, posteriormente refletida em escritos de Sílvio.

Por tudo isso, também como crítico literário merece a maior consideração Capistrano de Abreu. Bastaria, para dar-lhe autoridade e respeito, ter sido o criador da denominação de escola condoreira dada à corrente de nossos poetas hugoanos, título que Machado de Assis imediatamente aplaudiu e adotou(14), integrando-se,

desde então, em nossa História Literária. Ou, como escreveu a Sra. Lúcia Miguel-Pereira, "tudo isso nos faz lamentar que o erudito tivesse sufocado, em Capistrano, o crítico literário - mas que não nos ouçam os historiadores"...(15).

A esse tempo, porém, já estava definitivamente encaminhado para a História. A organização, na Biblioteca Nacional, da primeira Exposição de História do Brasil, em 1881, e do respectivo Catálogo (16), ainda hoje a mais importante peça de nossa bibliografia, levaria o seu funcionário a integrar-se na especialidade, embora sem desprezar quaisquer setores a ela ligados. Pela colaboração prestada aos trabalhos da Exposição, por ato imperial de 7 de janeiro de 1882 foi condecorado, com outros funcionários da Biblioteca, recebendo o grau de cavaleiro da Ordem da Rosa, conforme documentos que se guardam no Arquivo Nacional.

Podemos, assim, considerar o período de 1878 a 1883 como a primeira fase de Capistrano como historiador, tomando como ponto de partida o "Necrológio" de Varnhagen.

Em 1880 reuniu, em pequeno tomo de 80 páginas, quatro artigos em novembro do mesmo ano aparecidos na Gazeta de Notícias, cuja composição foi aproveitada. Era o seu primeiro volume de História do Brasil. Intitulava-se O Brasil no Século XVI. Estudos. I - A Armada de D. Nuno Manuel. Dedicou-o aos "colegas e amigos da Biblioteca Nacional". Referem-se, suas quatro partes, à "Armada de André Gonçalves", de 1501/1502; à "Armada de Gonçalo Coelho", de 1502/1504; à "Armada de D.

Nuno Manuel", de 1505/1506 (sic), e à Gazeta Alemã, de 1506 (sic). Vê-se, por aí, que aceitou Capistrano a hipótese, depois por ele mesmo abandonada, de ter sido André Gonçalves o comandante da primeira expedição exploradora do litoral brasileiro (17). E admitiu datas que depois recusaria, para a vinda da frota de D. Nuno Manuel (o que aliás foi o primeiro a esclarecer), e para a Gazeta que a noticiou (18). Começou, portanto, incorrendo em enganos, que depois não teria dúvidas em corrigir, dando, assim, salutar exemplo aos que, depois dele, têm na História imparcial e verdadeira o seu campo. Aliás, ao anunciar a publicação desse folheto, na Gazeta, não deixou de criticar, ele mesmo, sua mal feita lista bibliográfica, dizendo-a entretanto elaborada por um funcionário da Biblioteca Nacional, e concluindo pelo refrão: "Casa de ferreiro" ...

Do mesmo ano de 1880 foi mais um necrológio de sua autoria, embora publicado sob anonimato. Trata-se de "O Duque de Caxias", aparecido na Gazeta de Notícias, reproduzindo no volume intitulado Homenagem Póstuma ao Duque de Caxias, do mesmo ano, depois no Almanaque da "Gazeta de Notícias" para 1881. Ambos os bibliógrafos de Capistrano registrariam esse simples artigo biográfico, mais tarde, como "Visconde de Caxias", título que Luís Alves de Lima jamais teve, conforme minuciosamente apurou o Sr. E. Vilhena de Moraes em *Novos Aspectos da Figura de Caxias* (RJ, 1937), págs. 39-46.

Eram esses trabalhos o prelúdio de outro mais sério, a tese de concurso à cátedra de Corografia e História

do Brasil do Imperial Colégio de Pedro II, vaga pela morte de Joaquim Manuel de Macedo: *Descobrimento do Brasil e seu Desenvolvimento no Século XVI*, de 1883.

Entre aqueles dois de 1880 e este, em novo estudo "Sobre o Visconde de Porto Seguro", publicado em três artigos da Gazeta, em novembro de 1882, teve ocasião de rever e alargar suas opiniões sobre a matéria que daí por diante, durante quase meio século, seria sua constante e absorvente preocupação.

Analisou, primeiramente, a contribuição por Varnhagen trazida à historiografia brasileira, apesar de suas inegáveis deficiências maior e melhor que a apresentada por qualquer outro historiador nacional. Dedicando especial atenção à História Geral do Brasil (cujo início de publicação datará de um século, no ano de 1954), concordou com João Francisco Lisboa, que a História do Brasil, depois dela, tão cedo não seria escrita.

Sugerindo a elaboração de monografias, que contribuíssem para o futuro esclarecimento do conjunto, dividiu-o, então, em seis períodos característicos, o primeiro de 1500 a 1614, o segundo até 1700, o terceiro compreendendo a metade do século XVIII, o quarto de 1750 até a vinda da Família Real Portuguesa, em 1808, o quinto até 1850, o último daí por diante. Apesar de autor desta divisão, não a seguiu o próprio Capistrano, quando em 1906 rapidamente preparou os primorosos Capítulos de História Colonial, de 1500 a 1800(19).

Voltando a Varnhagen e a todos os que até então haviam cooperado para o levantamento do edifício de nossa História, somente na obra na Robert Southey

encontrou alguma superioridade relativamente à do sorocabano - "como forma, como concepção, como intuição". Embora discordemos deste julgamento, concordamos, entretanto, com a conclusão: enquanto não se ultimassem todos os trabalhos parciais que apontou, enquanto não se esclarecessem todas as dúvidas e não se suprissem todas as lacunas indicadas, Varnhagen continuaria sendo "o mestre, o guia, o senhor"(20).

Um parágrafo, contido no terceiro desses artigos "Sobre o Visconde de Porto Seguro", no qual declarava não ter sido Melo Moraes senão "um colecionador", proporcionou a Capistrano violento revide, através de numerosas mofinas, em prosa e verso, aparecidas no famoso pasquim O Corsário, do depois assassinado Apulco de Castro. Atribuindo-as, com energia, a Melo Moraes Filho, ameaçou-o este de acusá-lo por crime de injúria, ao que respondeu aceitar toda a responsabilidade.

III - Concurso para professor do Imperial Colégio de Pedro II

O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI - (1883)

A tese para o concurso de professor do Imperial Colégio de Pedro II apresentou, pela primeira vez entre nós, no início de cada capítulo, a indicação das fontes principais e auxiliares, de que se serviu o autor, para a exposição e crítica dos respectivos temas. Alcançavam

quanto de essencial existia a respeito, no Brasil e no estrangeiro. A cerrada argumentação do texto, sustentada em estilo excepcionalmente sucinto, não admitia réplicas acadêmicas às decisivas conclusões apresentadas. Audaciosas "proposições", algumas das quais até hoje não satisfatoriamente demonstradas, encerravam o impressionante trabalho.

Sobre seu mérito, escreveu José Veríssimo, um dos mais probos críticos com que tem contado a literatura brasileira: "O ponto, igual para todos os candidatos, versava sobre o descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI. Li todas essas teses. Com exceção da do Sr. Capistrano de Abreu, eram bons resumos do que estava em Varnhagen e em outras obras vulgares, sem nenhuma novidade, nem de investigação, nem de pensamento. Ao contrário dessas, e do que são aqui por via de regra as teses de concurso, onde os estudos próprios e a originalidade brilham geralmente pela ausência, a do Sr. Abreu se distinguia por aquelas duas raras qualidades, e se não revelava um lente - um sujeito capaz de ler em aula, de cor ou não, a matéria a ensinar, - mostrava claramente um professor capaz de fazer ele mesmo a sua ciência e de transmitir aos seus discípulos o gosto e a capacidade de a fazerem. E esta é uma das poucas justificativas do ensino oficial em países onde os estudos desinteressados pouquíssimas probabilidades têm de ser recompensados, servir menos ao aprendizado de rapazes estudando por obrigação matérias que desestimulam e que apenas memorizam, do que à formação de mestres, cujo ensino, ultrapassando as

paredes dos colégios ou faculdades, instrua cá fora a noção e lhe aproveite à cultura."(21)

A discussão da tese, no decorrer do concurso, ficou famosa na história de nosso ensino. Dela possuímos interessante relato, devido ao jornalista alemão Carlos von Koseritz, residente em Porto Alegre e então no Rio de Janeiro.

"A tese de Capistrano - escreveu ele - que trata com verdadeira mestria e grande saber do descobrimento do Brasil e do seu desenvolvimento no século XVI, era sem dúvida a melhor e tão excelente era que ia muito além dos horizontes dos dois limitadíssimos examinadores Moreira de Azevedo e Matoso Maia. Se o meu amigo Sílvio [Romero], que também pertence à comissão, tivesse examinado, a coisa teria corrido de outra maneira. Mas foi um verdadeiro exemplo de dois examinadores ignorantes e intelectualmente limitados, aos quais o examinando superava de longe, e que, por isto, com ele se chocavam e se comprometiam a cada momento. Eles faziam as mais extraordinárias e, por vezes, mesmo, tolas objeções à tese do talentoso jovem, e via-se claramente como o Imperador se aborrecia com a incapacidade dos examinadores. O candidato bateu-os em toda linha e brilhou realmente à custa dos seus argüidores. Cada um deles examinou desta forma nada menos que satisfatória, cerca de meia hora, e assim que a hora tinha corrido o Imperador deu o sinal para cessar a brincadeira cruel."(22)

Dando início a uma atividade nunca mais interrompida, a de divulgar documentos inéditos de

utilidade à História do Brasil, à tese acrescentou Capistrano um deles, e do maior valor, a carta de Estêvão Fróis ao rei D. Manuel, de 1514, alusiva a viagens de portugueses à costa Norte do Brasil, nos primeiros anos da centúria, ou nos últimos da anterior.

No mesmo ano de 1883 reeditou a tese, dedicando-a, então, "Aos organizadores do Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil, como prova de admiração e reconhecimento".

Nomeado professor, deixou, por isso, a Biblioteca Nacional. No dia da nomeação, registrou o Almanaque da "Gazeta de Notícias" para 1885, "disse confidencialmente aos amigos mais íntimos:

- "Sabem? Vou estudar..."

_ "O quê?"

_ "História do Brasil"(23)

A 23 de julho de 1883 tomou posse do cargo e a 25 daria sua primeira aula, sobre a invasão holandesa, conforme escreveu ao amigo Raul Pompéia.

No ano seguinte, 1884, na Gazeta Literária, publicou apenas a introdução de um trabalho que talvez seria a explicação de um "Programa de História do Brasil", caso o tivesse continuado. Declarou, inicialmente, que as "páginas seguintes e outras que sucederão contêm idéias que talvez mais tarde sejam desenvolvidas". O capítulo I (e único) intitula-se "O impulso para Oeste e Sul". Citando Mommsen, Ritter, Rafn, Major, Harisse, Joaquim Caetano da Silva e Peschelk, trata das civilizações do Mediterrâneo, dos normandos, dos ingleses, franceses e holandeses como

navegadores e, afinal, da Espanha e dos árabes. Interrompeu a explanação quando ia tratar dos portugueses(24).

Já em 1884 salientava o severo Júlio Ribeiro ser Capistrano "a maior glória do magistério oficial brasileiro(25).

IV - Segunda fase do historiador (1883/1889)

Um período de intensa atividade, quanto às pesquisas como relativamente às publicações de documentos e textos inéditos, abriu-se, então, para Capistrano de Abreu, até a proclamação da República. Demonstra-o, além dos trabalhos adiante mencionados, copiosa correspondência mantida com o seu amigo português Tomás Lio de Assunção, quase toda referente a pesquisas por este feitas, nos arquivos e bibliotecas de Portugal, a seu pedido(26); e com José Maria da Silva Paranhos Júnior, depois Barão do Rio Branco, então cônsul-geral do Brasil em Liverpool(27). Nesta última, é realmente curioso acompanhar a verdadeira caçada que durante muitos meses ambos empreenderam, à procura de certo manuscrito seiscentista, *Descrizione del Brasile*, que D. Pedro II vira em Nápoles, por ocasião de sua segunda viagem à Europa. Algumas vezes assumiu essa correspondência de dois grandes brasileiros o caráter de verdadeiro depoimento histórico, como, por exemplo, ao comentar Capistrano, no próprio dia 13 de maio de 1888,

a aprovação parlamentar e a promulgação pela Princesa Imperial Regente, D. Isabel, da Lei Áurea(28)

Desde 1881 havia iniciado Capistrano a publicação de valiosos trabalhos do Padre Fernão Cardim, com o lançamento do intitulado Do Princípio e Origem dos Índios do Brasil e seus Costumes, Adoração e Cerimônias, em edição custeada pelo jornalista Ferreira de Araújo, oferecida à Exposição de História e geografia do Brasil, com prefácio do historiador e notas lingüísticas de Batista Caetano de Almeida Nogueira.

Conhecendo, pela lição de Varnhagen, o valor dos documentos guardados nos arquivos, para o esclarecimento de numerosos episódios da História Pátria, ainda em 1883 começou Capistrano a divulgá-los em publicações isoladas.

Na citada Gazeta Literária, em seu número inicial, de 1º de outubro daquele ano, inseriu com pequena introdução sua, "A tomada de Pernambuco pelos holandeses em 1630, segundo Matias de Albuquerque", trabalho não mencionado por seus bibliógrafos.

Na mesma revista existiu uma seção denominada "Gazeta Colonial", dedicada à transcrição de documentos históricos, alguns dos quais, embora sem indicação do editor, aí foram incluídos pelo novo professor, como, por exemplo, os referentes ao Anhangüera (Bartolomeu Bueno da Silva) e ao alferes José Peixoto da Silva Braga, conforme declaração de Rodolfo Garcia, e em nota à História Geral do Brasil, de Varnhagen, tomo III da 3ª ed. integral, página 152.

Ainda na mesma Gazeta Literária publicou, nos números 19 e 20, de 11 de outubro e 24 de novembro de

1884, com introdução sua, "A bandeira de Francisco de Melo Palheta ao Madeira em 1722-23, segundo um de seus companheiros", cópia de manuscrito do Arquivo da Torre do Tombo, de Lisboa, oferecida à Biblioteca Nacional pelo benemérito livreiro João Martins Ribeiro. Apresentando-a, formulou votos para que se achassem outros documentos sobre Palheta, tornando-se "afinal possível escrever a biografia do introdutor do café no Brasil". Coube a um amigo do historiador, o Sr. Affonso de R. Taunay, realizar esse desejo, no primeiro volume de sua monumental História do Café no Brasil(29).

Entrando em nova seara, a da publicação, em vernáculo e com acréscimos e reduções, de obras estrangeiras convenientes ao país, editou, ainda em 1884, com o querido amigo Alfredo do Vale Cabral e a colaboração de vários especialistas, a tradução, refundida e condensada, da primeira parte da Geografia Física do Brasil, do alemão João Eduardo Wappaeus. De sua revisão e adaptação participaram o então capitão de fragata Luís Felipe de Saldanha da Gama, o geólogo Orville A. Derby, o Barão Homem de Melo, o tenente-coronel Francisco A. Pimenta Bueno, os odutores Álvaro Joaquim de Oliveira, Domingos de Almeida Martins Costa, B. F. de Ramiz Galvão, João Joaquim Pizarro e José Rodrigues Peixoto. Da maior parte da versão encarregou-se Dr. A. Leutenberger. A Capistrano e Cabral couberam, além da apresentação, a coordenação, o corte de diversas minudências, muitos dos acréscimos de que resultou haver mais matéria no texto brasileiro que no original alemão. Embora não saísse o segundo volume,

dedicado às províncias, julgavam os editores, certamente baseados no atraso em que então se encontravam os nossos estudos geográficos, que essa publicação seria "tão útil à atual geração quanto foi a Geografia (sic) Brasília, de Aires de Casal à geração de 1817".

No ano seguinte, 1885, na Revista da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil, publicou Capistrano outro valioso trabalho do jesuíta Fernão Cardim, por ele identificado e mandado conferir em Portugal, por intermédio de Lino de Assunção, com introdução e notas de sua autoria. Trata-se "Do Clima do Brasil e de algumas Cousas Notáveis que se acham assim na Terra como no Mar".

Do mesmo ano foi a publicação, também na citada Revista, de "Robério Dias e as Minas de Prata, segundo novos documentos". Foi Capistrano quem primeiro "chamou a atenção dos historiadores, no que respeita à questão de Robério Dias, relegando seus feitos para o domínio das lendas, definindo o papel e a fisionomia de Belchior Dias Moréia, seu pai, e ligando-o por um lado a Gabriel Soares e por outro a D. Rodrigo de Castelo Branco"(30). Prioridade esta, ainda recentemente esquecida, em tese referente à matéria.

Ainda na mesma Revista da Seção da Sociedade de Geografia, 2ª série, nº 4, do primeiro trimestre de 1886, inseriu Capistrano, sem comentários, o "Parecer e Tratado feito sobre os excessivos impostos que caíram sobre as lavouras do Brasil, arruinando o comércio dele; feito por João Peixoto Viegas, enviado ao senhor Marquês das Minas, Conselheiro de Sua Majestade e

então Governador-Geral da Cidade da Bahia", documentos de 1687 e 1680, o segundo dirigido a Salvador Correia de Sá e Benevides.

Esse ano de 1885 marcado, nas atividades editoriais de Capistrano de Abreu, como aquele em que, com a colaboração de Alfredo do Vale Cabral, deu início a publicações fundamentais para a História do Brasil. A princípio no Diário Oficial, depois na Imprensa Nacional, por ordem do ministro da Fazenda, Francisco Belisario Soares de Souza, começou a publicar trabalhos esparsos do padre José de Anchieta, um sobre Manuel da Nóbrega, e a preciosa História do Brasil de frei Vicente do Salvador, de acordo com cópias conseguidas da Biblioteca Eborense e da Torre do Tombo, quase sempre por intermédio do amigo Lino de Assunção. Confrontando-as com outras, publicadas por Varnhagen na Revista do Instituto Histórico (quanto à "informação do Brasil e das suas Capitanias", de Anchieta) ou existentes no RJ (a cópia da História de frei Vicente, em 1881 doada à Biblioteca Nacional pela alfarrabista João Martins Ribeiro) realizou obra das mais beneméritas e eruditas. Ao ter esse apogeu, escreveu mais tarde: "Revivi a emoção do humanista da Renascença diante de um códice ressuscitado da Antiguidade."

Enganou-se, porém, pois que os mestres também erram, quanto a uma "Enformación de la Província del Brasil para Nuestro Padre", que atribuiu a Anchieta, e que somente há pouco, em 1945, demonstraria o douto Serafim Leite, S. I., pertencer a Fernão Cardim(31). Acertou, entretanto, com referência a uma "Breve Notícia

das Missões dos Jesuítas no Brasil", que, com razão, supôs de autoria do Padre Luís da Fonseca, não de Anchieta. (32)

Publicadas, em abril, no Diário Oficial, as "Informações do Padre José de Anchieta sobre o Brasil", com o título logo alterado para "Informações do Brasil e suas Capitanias em 1584, pelo Padre José de Anchieta", foram reunidas no primeiro volume dos Materiais e Achegas para a História e Geografia do Brasil, de julho, sob a nova denominação de Informações e Fragmentos Históricos do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1584-1586), com apresentação assinada por J. B. da Silveira Caldeira, A. do Vale Cabral e J. Capistrano de Abreu.

Da mesma forma, trechos da História do Brasil de frei Vicente, no jornal do governo aparecidos de julho de 1886 a fevereiro de 1887, com apresentação de Vale Cabral e Capistrano, foram constituir a primeira parte do quinto número dos Materiais e Achegas, dedicada apenas nos livros I e II da obra, com "Aviso Preliminar", de Capistrano, datado de 20 de dezembro de 1887. Nada menos de 104 notas de pé de página, e outras, maiores, sobre o pau-brasil (em 5 capítulos) e as capitanias hereditárias (em 12 partes), e os frades que vieram com Álvares Cabral, enriquecem o pequeno tomo de 116 páginas, preludiando os magistrais "Prolegômenos" da segunda edição integral, de 1918. A primeira seria a de 1888, extraída dos Anais da Biblioteca Nacional, tomo XIII, de 1885-1886, fascículo nº 1, aparecido em 1889, com prefácio capistraneano datado de 8 de dezembro de 1'888 e mais reduzidas "Notas". Publicava-se, assim, 262

anos depois da escrita, graças aos esforços de Capistrano de Abreu, uma peça fundamental de nossa historiografia colonial.

Ainda em 1886, a 4 de junho, descobriu ele a solução de um dos enigmas de nossa História: a identificação do jesuíta João Antônio Andreoni como criptograma de André João Antonil, autor da inestimável *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*(33).

Também de 1886 e 1887 é uma tradução de Capistrano de original inglês, aliás nunca publicado em sua versão primitiva. Fê-la para ajudar seu amigo Herbert H. Smith, autor dessa curiosa *Viagem pelo Brasil - Do Rio de Janeiro a Cuiabá - Notas de um Naturalista*, primeiramente aparecida na *Gazeta de Notícias*, depois em livro. Reeditou-o Capistrano, em 1922, com prefácio seu, do ano anterior, e o acréscimo de três artigos de Smith, além de páginas de Carlos von den Steinen, para que Cuiabá não figurasse "só na folha de rosto".

Ainda em 1887 deu Capistrano nova ordem, como de costume baseado em documentos, a um assunto até então confuso e esparso: o das primeiras entradas no território depois pertencente à capitania, província e Estado de Minas Gerais. Publicando-o na revista *A Semana*, reviu-o, com o aumento de uma "Advertência", para a *Revista do Arquivo Público Mineiro*, de Belo Horizonte, vol. VI, de 1901, sob o novo título de "Os primeiros descobridores de Minas". Acompanham-no cartas dos jesuítas Aspilcueta Navarro e Antônio Blasquez, carta de mercê do governador Mem de Sá a

Vasco Rodrigues de Caldas, trechos das obras de Pero de Magalhães Gandavo - o Tratado da Terra do Brasil(34) e a História da Província Santa Cruz.

Outra tradução, esta do alemão, encerraria as atividades de Capistrano ainda em tempos do Império, em 1889, embora a respectiva e lúcida "Apresentação" seja datada de 20 de dezembro de 1888. Trata-se da Geografia Geral do Brasil, de A. W. Sellin, ex-diretor de Colônias teutas do sul, "consideravelmente aumentada" por quem tinha, dessa ciência, conceito adiantadíssimo para a época. Foi no respectivo prefácio que a palavra antropogeografia pela primeira vez apareceu entre nós, lamentando Capistrano a ausência de um capítulo antropogeográfico e esboçando-o, a "traços largos"(35).

Não seria, portanto, de admirar, que à sua parte, e de Vale Cabral e Orville A. Derby, na Geografia de Wappaeus, tenha recorrido o Barão de Santana Néri para a redação das "Noções Gerais" que abrem o primeiro capítulo de Le Brésil en 1889, obra publicada em Paris, no fim da monarquia.

No mesmo ano de 1889 esteve Capistrano afastado do exercício de sua cadeira no Colégio de Pedro II, conforme informação de Escragnolle Dória, na Memória Histórica do centenário do estabelecimento.

V - Terceira fase do historiador (1890/1898)

A proclamação da República, com a transformação subitamente produzida no ambiente social brasileiro,

haveria de influir na queda da produção historiográfica de Capistrano de Abreu, nos anos imediatamente seguintes. Seus bibliógrafos excepcionalmente nada registram, de sua pena, no ano de 1890. Feriu-o, então, a demência que atingiu seu fraternal amigo Alfredo do Vale Cabral, falecido quatro anos depois. Visitá-lo no Hospício passou a ser uma das dolorosas obrigações a que se impunha Capistrano. Em 1891 sofreu novo e profundo golpe, o falecimento de sua mulher, Maria José de Castro Fonseca, ex-aluna sua, pertencente a uma família baiana, à qual se havia unido dez anos antes. Sua perda, e a do amigo predileto, além da separação dos filhos, muito iriam contribuir, daí por diante, para as singularidades de procedimento pessoal, que passaram a caracterizar o historiador e que tanto têm enriquecido, nem sempre com veracidade, o respectivo anedotário.

Também não lhe agradariam as sucessivas reformas introduzidas no seu Colégio de Pedro II, agora transitoriamente e por acinte denominado Instituto Nacional de Instrução Secundária, depois Ginásio Nacional. Admitindo-se, sem concurso, a primeira nomeação de professores para cadeiras vagas ou recém-criadas(36) descia o estabelecimento-padrão da prestigiosa situação de que gozara, no regime anterior.

Somente a partir de 1891 retomou Capistrano o trabalho de tradutor, como sempre em benefício do país e de amigos. Em junho desse ano, dando primeira prova concreta de seu nunca mais interrompido interesse pela etnografia brasílica, no *Jornal do Comércio* publicou a versão do alemão de importante trabalho de Paulo

Ehrenreich sobre a "Divisão e Distribuição das Tribos do Brasil, segundo o estado atual dos nossos conhecimentos". Reproduziu-o, no ano seguinte, a *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, tomo VIII, 1º Boletim.

Completando-se, então, quatrocentos anos do descobrimento da América, traduziu a obra de Sophus ruge sobre *Colombo e o Quarto Centenário do Descobrimento de um Novo Mundo*. Também no *Jornal do Comércio* escreveu a respeito.

Ainda no ano de 1892 é o prefácio às *Notas sobre a Paraíba*, de Irineu Joffily, onde abordou os problemas históricos e geográficos do povoamento do interior nordestino e da localização e classificação dos respectivos indígenas.

Um "Instruções para Imigrantes", encomendadas por uma companhia encarregada de sua introdução no país, redigidas pela mesma época, apenas constituirão indício de que também Capistrano teve de recorrer à função de escritor de emergência, para algum necessário aumento de magra receita.

A partir de 1893 começou a traduzir do alemão, como *Monografias Brasileiras*, trabalhos de Emílio Augusto Goeldi: *Os Mamíferos do Brasil* e *As Aves do Brasil*, este em dois volumes, de 1849 e 1900, parte previamente divulgada no *Jornal do Comércio*, naquele ano.

Assistindo, como toda a população do RJ, à revolta da esquadra, de 1893-1894, contra o governo do vice-presidente marechal Floriano Peixoto, sabe-se que não

obteve este a simpatia do historiador, conforme diversas manifestações suas, nesse sentido conhecidas. Em carta a Urbano Duarte, de 7 de setembro de 1895, diria, francamente: "No tempo em que dominava nossa terra a mediocridade nefanda chamada F1, era quase impossível encontrarem-se três pessoas em conversa, sem que uma fosse polícia secreta."(37) Assim sendo, apesar de seu aparente desinteresse pela história contemporânea, não deixou de comentar, na *Gazeta de Notícias*, a 21 de fevereiro de 1895, as revelações a propósito daquela revolta contidas nos quatro volumes do *Processo do Conselheiro Augusto de Castilho*, então chegados ao Rio de Janeiro. Apesar da prudência com que transcreve fatos aí expostos, percebe-se, perfeitamente, aonde queria chegar, desejoso de fixar responsabilidades em acontecimentos ainda recentes.

A etnografia já era, a esse tempo, preocupação permanente do escritor que tão má impressão guardava da história proximamente vivida. Seria uma evasão para o crescente pessimismo com que passou a ver toda a situação política do país. Seu primeiro trabalho original, a respeito, foi "Os Bacaeris", excelente estudo sobre a língua e a concepção do mundo desses indígenas das cabeceiras dos rios Tapajós e Xingu, naquele mesmo ano publicado na quarta *Revista Brasileira*, de José Veríssimo. Tendo aparecido, em 1892 e 1894, dois trabalhos de Carlos von den Steinen, sobre a língua daqueles silvícolas e sua viagem ao Brasil Central, aproveitou-os Capistrano para confrontar os seus dados lingüísticos e crenças com um indígena bacaeri, Irineu,

trazido de Paranatinga pelo Dr. Oscar de Miranda. Os resultados desses estudos foram os referidos ensaios, com os quais inscreveu-se o autor entre os mais profundos especialistas do gênero.

1896 e 1898, como 1890, são anos em branco, pelo menos provisoriamente, na Bibliografia de Capistrano de Abreu. De 1897 conhece-se apenas uma apreciação sobre *Datas e Fatos da História do Ceará*, livro de seu amigo Guilherme Studart, que examinou na referida *Revista*(38). Como sempre, grande atenção dedica ao povoamento regional e à sua base econômica, o ciclo do gado.

VI - Quarta fase do historiador (1899/1907)

O ano de 1899 marcaria, na vida de Capistrano, acontecimento singular: o afastamento da cátedra do Ginásio nacional, por motivo da extinção da cadeira de História do Brasil, existente desde 1849 e ocupada, antes dele, por Antônio Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo(39). Uma reforma então ocorrida anexou o ensino da História do Brasil ao da História Universal. E de acordo com o *Relatório* em março de 1900 apresentado ao presidente da República pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, Epitácio Pessoa, em consequência daquela alteração passara "para a classe de extintos o lente João Capistrano de Abreu"(40). Como se o país, que pouco depois comemoraria quatrocentos anos de existência, pudesse prescindir, em seu estabelecimento-padrão do ensino secundário, do estudo de seu passado,

ou tê-lo apenas diluído no programa de outra disciplina, preenchida, aliás, por professores antes arbitrariamente nomeados sem concurso(41)! Diante do absurdo, de acordo com informações que recebemos de fonte fidedigna, isto é, de nosso amigo Rodolfo Garcia, recusou-se Capistrano a aceitar o seu aproveitamento como professor da nova cadeira. O mesmo afirmou, em conferência realizada em 1937, Fernando Antônio Raja Gabaglia, filho de um de seus bons amigos e colegas do Colégio de Pedro II, o Professor Eugênio Raja Gabaglia. Preferiu protestar, sendo afastado de seu cargo, passando à disponibilidade, situação em que definitivamente continuou. Se não foi um professor perfeito, pois que lhe faltavam algumas qualidades requeridas para sê-lo(42), bastaria esse protesto para elevá-lo à condição de verdadeiro patrono do ensino da História do Brasil.

Os historiadores sempre votam especial apreço aos seus antecessores, quando deles não têm motivos para discordar. Daí a minúcia e benevolência com que examinam seus escritos, quando realmente úteis ao melhor conhecimento do passado. Foi o que fez Capistrano, em três artigos do *Jornal do Comércio*, de junho e julho de 1899, dedicados às "Memórias de um Frade", isto é, *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*, do seiscentista Frei Manuel Calado, ou Frei Manuel do Salvador. Através de suas páginas soube coligir precioso depoimento de prestante testemunha do período de ocupação holandesa em Pernambuco.

No mesmo Jornal, na seção de "Revistas Históricas", publicou, nos dois meses seguintes, em três

artigos, um de seus mais notáveis trabalhos - "O Povoamento do Brasil Oriental", em 1924 refundido e aumentado para a revista *América Brasileira* sob o título "Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil". Trata-se de monografia modelar, base de toda a história de nossas estradas internas, no período colonial e mesmo posteriormente. Para redigir essa síntese admirável, muito pesquisou e indagou Capistrano, inclusive por meio de ativa correspondência. É o que comprovam, por exemplo, algumas cartas por ele escritas a João Brígido, ao Barão de Studart(43) e a Leandro Bezerra Monteiro(44); e outra recebida de Teodoro Sampaio, com magníficos esclarecimentos históricos e geográficos(45). Ou mesmo a contestação, cheia de exageros, mas nem por isso desinteressante, que provocou de Aníbal Falcão(46). Em 1816, escreveria ao amigo J; Lúcio de Azevedo: "Creio que cairia em delíquio, se lesse o Roteiro de João Velho do Vale, feito por ordem de Gomes Freire."

O último ano do século XIX, por muita gente tido como primeiro do século XX, 1900, ofereceu oportunidade para que em poucas páginas expusesse Capistrano as grandes transformações durante a centúria efetivadas no país. "O Brasil no Século" é esse simples artigo do jornal *A Notícia*, em que, com visão de mestre que sabe discernir o que realmente importa do que é apenas acessório ou supérfluo, acompanhou nossa evolução dos últimos anos do período colonial ao primeiro decênio do regime republicano. A abertura dos portos, o estabelecimento da corte portuguesa no Rio de Janeiro, a Independência, o Primeiro Reinado, as Re-

gências, todo o governo de D. Pedro II, colocam-se entre os dois extremos, com profundas alterações estruturais, sociais e econômicas. As campanhas externas e as rebeliões internas, o desenvolvimento cultural, tudo passou pelo óculo retrospectivo do historiador, mas afeito às críticas que aos louvores, sobretudo quanto às últimas décadas, de que foi credenciada testemunha. Com mais uma nota irônica terminou o quadro da centúria. Comentando o apoio que tanto os governistas como os ex-oposicionistas ofereciam à presidência de Campos Sales, lembrou "a fábula do homem grisalho que tinha duas amantes: a velha arrancava-lhe os cabelos pretos, a moça arrancava-lhe as cãs"(47).

Historiador atento a tudo quanto no estrangeiro se publicava e que pudesse ter interesse para o Brasil, não escapou a Capistrano o aparecimento, no Chile, de dois volumes por José Toríbio Medina dedicados a *João Dias de Solís*, o "Bofes de Bagaço". Aí encontrando transcrito um documento de 1524, por ele concluiu de outra vinda, anterior, ao Brasil, de Cristóvão Jaques(48).

A passagem do quarto centenário do descobrimento do Brasil motivou a publicação, pelo Liceu Literário Português, do RJ, de um inédito valioso, embora incompleto(49) a *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*, do setecentista carioca Simão Pereira de Sá. Encarregado de prefaciá-lo, escreveu Capistrano magnífico ensaio "Sobre a Colônia do Sacramento", terminando-o, entretanto, por conclusões muito pessimistas, relativas ao Uruguai e ao Rio Grande do Sul.

"Separada a Província Cisplatina - diz ele - que ficava significando o Rio Grande do Sul? Que se lucrava em, derribadas as muralhas de Ilion, guardar o cavalo de Tróia?"

"A resposta não se fez esperar. Em 1835 rebentou uma revolução que durou dez anos. Desde então, ou doutrinário, ou sanguinário, ou pecuário, ou caudatário ou federetário - as formas variam, o fundo permanece - grassa o artiguismo além do cabo de Santa Marta. O doutor Francia pôde prender o corpo; mas a alma de José Artigas (chacal conjugado a Moloch) ulula, duende impropiciável, pela campanha e sobre as coxilhas.

"Haveria médico, diz Willelm Roscher(50), incumbido do tratamento de um tísico, que em falta de medicamento eficaz, não querendo ficar sem fazer nada, cozesse a boca do paciente para impedir os escarros de sangue?"

"Se há!

"Desde mais de meio século não têm estado outros à cabeceira do enfermo Brasil"(51)

A injustiça dessa opinião não prevaleceu, porém, quando, mais tarde, graças a Assis Brasil, tendo repetidamente visitado o Rio Grande do Sul, melhor conheceu Capistrano sua história e sua gente. Assinalou-o autorizado julgador, Aurélio Porto, no *Dicionário Enciclopédico do Rio Grande do Sul*(52).

Ainda as comemorações do quarto centenário do descobrimento de nosso país proporcionaram a Capistrano ocasião para a retomada, com maiores elementos, do mesmo tema de sua tese de concurso, de

1883. *O Descobrimento do Brasil pelos Portugueses*, artigo no *Jornal do Comércio*, então ampliado e publicado em opúsculo de 72 páginas, e "O Descobrimento do Brasil. Povoamento do solo - Evolução Social", erudita memória incluída no *Livro do Centenário*, editado pela associação encarregada dos festejos, foram esses trabalhos de 1900, que mais uma vez confirmaram ao autor o título, unanimemente reconhecido, de especialista na controvertida matéria.

Ainda no mesmo ano ofereceu Capistrano ao Instituto Histórico, para publicação em sua *Revista*, uma cópia de consulta do Conselho Ultramarino, feita no Arquivo Nacional e confrontada com o original existente na Torre do Tombo, em Lisboa. Trata, esse "Subsídio para a História das Minas", de 1677, de papéis relativos a Jorge Soares de Macedo, interessantes às minas de Itabaiana e Paranaguá e ao estabelecimento dos luso-brasileiros no Rio da Prata(53).

A esse tempo prestava Capistrano outro considerável serviço à nossa bibliografia histórica. Desejoso de tornar acessível aos estudiosos os notáveis *Diálogos das grandezas do Brasil*, graças a Varnhagen apenas esparsamente publicados na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, de 1883 a 1887, conseguiu sua inserção, em fevereiro e março de 1900, no *Diário Oficial*. Pretendendo editá-los em volume, no *Jornal do Comércio* escreveu, a respeito, em 1900 e 1901, dois artigos, nos quais, contrariando uma afirmação de Diogo Barbosa Machado, na *Biblioteca Lusitana*, identificou como seu autor Ambrósio

Fernandes Brandão. Confirmou-o, com novos argumentos, Rodolfo Garcia, na edição, afinal conseguida, de 1930, da Academia Brasileira de Letras. Aceitou-o o Sr. Jaime Cortesão, na última publicação dos *Diálogos*, de 1943. Apesar de contestada aquela atribuição, por alguns partidários de São Tomé, não conseguiram estes apresentar alegações que se possam contrapor às dos mestres citados.

Um amigo morto era sempre motivo de profundo sentimento de Capistrano, de temperamento afetivo, apesar das aparências em contrário. Em 1901 faleceu Eduardo Prado, que ainda em 1899 havia visitado em sua fazenda paulista do brejão(54). Embora então se encontrasse no interior fluminense, à margem do Paraíba, a ele dedicou perfeito necrológio no *Jornal do Comércio*, como tantos escritos seus, originariamente publicado sem indicação de autoria. Mas, como acontecera quanto a Batista Caetano, também este trazia o típico subtítulo - "Notas de um amigo". Aí explicou, entre outras características de Eduardo Prado, as razões do monarquismo desse íntimo de Eça de Queirós e do Barão do Rio Branco: "Humilhava-o a inauguração de levantes e pronunciamentos militares vigentes na América Espanhola, do que o Brasil se tinha mantido imune; chocava seus instintos de artista ver abolida uma instituição antiga e única antigüidade americana, elo que prendia uma cadeia ininterrupta de nove séculos; indignava-o a indiferença, a bestialização dentro do país; ofendia-o a ironia do estrangeiro; e em todos estes

sentimentos confirmou-o o rumo que assumiam as cousas."(55)

Em 1902 voltou Capistrano à tradução anônima de obra de geografia humana que reputava útil à melhor compreensão da História: *O Homem e a Terra - Esboço das Correlações entre Ambos*, de Alfred Kirchoff, foi esse volume da "Biblioteca do Século XX", da editora Laemmert. Para ela também traduziu, igualmente do alemão, um livro de Edmundo Biernacki - *Medicina Moderna - Gênio e Limites do Saber Médico*.

Cearense jamais esquecido de sua terra (a que apenas voltou uma vez, em 1884, para assistir, como jornalista, às comemorações da libertação dos escravos da província), Capistrano traduziu, quanto à sua formação geológica, um artigo de Freid Katzer - "Paisagem do Ceará", publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, tomo XVII, de 1903. E não deixou, também, de comemorar a passagem do "Tricentenário do Ceará", no mesmo ano. Fê-lo, porém, à margem de trabalho de seu amigo, o Barão de Studart, embora, como de costume, fazendo-lhe reparos e trazendo-lhe acréscimos. Estes, como sempre, foram devidos não só ao aparecimento de novos documentos interessantes ao assunto (contidos na "Correspondência de Diogo Botelho, governador do Estado do Brasil, 1602-1608", depois publicada na *Revista do Instituto Histórico*, tomo LXXIII, de 1910, vol. 121), mas tb a lúcidas interpretações do próprio &&, no sentido de esclarecer os nebulosos primeiros tempos do Ceará. A eles voltou, em 1905, em artigo na *Notícia*, depois transcrito na *Revista do Instituto do Ceará*, vol.

XIX, sobre Martim Soares Moreno, o "guerreiro branco", da *Iracema*, de Alencar.

A História Eclesiástica do Brasil, até hoje não delineada em obra especial, apesar de algumas tentativas e projetos, abordou-a Capistrano em dois artigos de 1903 e 1904, no mesmo jornal *A Notícia*. Tratou apenas de vários conflitos entre "Clérigos e Leigos", durante nosso passado colonial, mais detidamente o travado entre o primeiro bispo, D. Pedro Fernandes Sardinha, e o segundo governador, D. Duarte da Costa.

E embora aí, com justiça histórica, não desse razão ao representante da Igreja, a esta prestou serviço em outra pesquisa da época, relativa ao famoso caso de "João Cointa, Senhor de Bolés". Coinquanto dele já tivessem tratado, em 1879, dois eruditos brasileiros, Ramiz Galvão e Cândido Mendes de Almeida, e, depois, um português, Sousa Viterbo, retomou o tema Capistrano, em 1903, ao receber a Biblioteca Nacional cópia do respectivo processo de heresia, procedente da Torre do Tombo. Diante do documento, e interpretando-o com a habitual exatidão, decisivamente concluiu pela improcedência de absurda acusação antes feita a Anchieta(56).

Voltaria a questão parecida em 1905, em trabalho sobre o teatrólogo "Antônio José, o Judeu", este, realmente, por sua reincidência, pela Inquisição entregue à execução do braço secular.

Como prova, entretanto, de que não se desinteressava completamente da História Contemporânea, como em carta de 1902 dissera ao Barão de Studart(57), no ano seguinte publicou sintético porém

modelar artigo biográfico referente ao "Duque de Caxias", pro ocasião do centenário de seu nascimento. Era, este, muito mais importante que o simples necrológio que lhe dedicara em 1880, e que aqui já mencionamos. Nele está contido, com alguma ironia mas com muita verdade, o quadro do progresso do Brasil ao passar a primeira metade do século XIX:

"Foi um decênio memorável o de 50" - diz Capistrano. "O Imperador contava vinte e cinco anos e a nação sentia-se igualmente moça. Terminara o período revolucionário, guerras estrangeiras felizes varreram a atmosfera, a extinção do tráfico tolhia novos insultos à soberania nacional, encurtava a distância do velho mundo com a navegação a vapor do Atlântico. Mauá canalizava milhões esterlinos, silvavam as primeiras locomotivas; as letras rasgavam os clássicos andrajos coloniais; falava-se em ópera nacional, em teatro nacional, João Caetano figurava de novo Moisés; três poemas épicos andavam em elaboração, havia quem escrevesse tragédias; na Comissão Científica do Norte não se admitiu um só estrangeiro, porque brasileiros bastavam e haviam de fazer melhor obra que os pobres Martins e Saint-Hilaire; o Instituto Histórico fitava sem acanhamento o Instituto de França: afinal delia-se a mácula original da nossa gente, a 'apagada e vil tristeza', de que já se queixava o épico lusitano, e Paraná, o político realista e prático, se empenhava em conciliar os partidos políticos."(58)

Sempre atento no servir aos amigos, de 1903 foi a tradução de outro trabalho de Emílio Augusto Goeldi, sobre "O Clima no Pará". E aparecendo, nos dois anos

seguintes, duas partes de *As Minas do Brasil e a sua Legislação*, de João Pandiá Calógeras, cuja elaboração eficazmente assistira e auxiliara(59), não deixou de comentá-las, em apreciações no *Jornal do Comércio*.

Já aqui notamos seu interesse pela "Geografia do Brasil". No *Almanaque Brasileiro Garnier*, de 1904, com esse título publicou pequeno mas meritório artigo, datado de 30 de dezembro de 1901, sobre a evolução dessa ciência no Brasil, das duas primeiras décadas do século XVI ao início do século XX. Terminou-o traçando plano para uma *Geografia do Brasil*, de autoria individual ou coletiva, na qual a geografia Humana teria amplo lugar, al lado da Geografia Física.

A outro plano voltaria, em 1909, em carta a Calógeras, de modo mais restrito, porém não menos original. Em dez ou doze páginas, atendendo ao seu constante espírito de síntese, propôs-se a examinar as seguintes regiões brasileiras: a Amazônia; o Litoral, até o Maranhão; Goiás, com os ribeirinhos do Tocantins, do São Francisco e do Parnaíba, a região do gado e ao mesmo tempo a mais seca; a região cafeeira, até o sul da Bahia, onde o café é rendido pelo cacau; o Rio Grande, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso, sobre cujo capítulo recomendava: "Pensa bem e verás que há uma porção de feições comuns que ligam estes Estados entre si mais que quaisquer outros."(60)

Não o fez Capistrano, que assim entretanto renunciou a nova época que seria aberta com a publicação da *Geografia do Brasil*, do Sr. Carlos Delgado de Carvalho, em 1913. Graças a Wappaeus, Peschjel e

Ratzel, em 1917 escreveu a J. Lúcio de Azevedo ter compreendido que a geografia é "tão bela ciência como difícil".

O aparecimento, no Rio de Janeiro, de uma revista ilustrada, *Kosmos*, em 1904, determinaria, no ano seguinte, a inclusão, em suas páginas, de seis excelentes artigos de Capistrano, cinco dos quais sob o título geral "História Pátria", e destes, apenas dois, o primeiro e o terceiro, recolhidos no volume *O Descobrimento do Brasil*, em 1929 editado pela Sociedade Capistrano de Abreu.

Tratam, ambos, e mais o segundo e o quarto, das primeiras explorações do litoral brasileiro no terço inicial do século XVI e da criação de capitanias hereditárias por D. João III. O sexto e último é totalmente dedicado ao grande colonizador Duarte Coelho e à sua capitania da Nova Lusitânia ou Pernambuco. Excepcionalmente, o quinto traz o título "Três de Maio" e refere-se à questão da fixação da data eficaz do descobrimento do Brasil.

Parece que o conjunto destinava-se a alguma obra em projeto, que continuasse os trabalhos sobre o descobrimento de nossa terra, revistos pelo historiador por ocasião do quarto centenário do acontecimento. Indício do que afirmamos encontra-se no aproveitamento, às vezes literal, de muitas dessas páginas publicadas em *Kosmos*, nos trechos iniciais dos *Capítulos de História Colonial*, preparados em fins de 1906 e início de 1907, conforme cartas ao Barão de Studart(61).

Os documentos históricos continuavam, porém, a merecer de Capistrano toda a atenção. Na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXVII, parte I, de 1904, vol. 109 (Rio de Janeiro, 1906), sob anonimato publicou minucioso “Catálogos dos Documentos mandados copiar pelo Senhor D. Pedro II” nos arquivos portugueses da Torre do Tombo, Academia Real das Ciências, Biblioteca de Évora e Conselho Ultramarino. Seguem-se-lhe “Registros” e “Papéis Vários”, deste Conselho, além da útil transcrição de “Regimentos Diversos” de nosso passado colonial. Seu amigo Vieira Fazenda, bibliotecário e arquivista de autor esse importante serviço prestado aos estudiosos, atribuindo-o a Capistrano em seu trabalho “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Subsídios para a sua História)”, aparecido na mesma *Revista*, tomo LXXIV, parte II, de 1911, vol. 124, pág. 364.

Com uma “nota explicativa” divulgou Capistrano, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. X, de 1905, uma “Relación de la Guerra y Victoria alcanzada contra los Portugueses del Brasil ano 1641 en 6 de Abril, do padre Claudio Ruyer”, manuscrito da coleção De Angelis, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, conveniente à história do ciclo vicentino da caça ao índio no Sul do país.

Traduções, alheias e próprias, de interesse histórico ou etnográfico, continuaram a ocupá-lo. Assim, favoravelmente comentou, no *Jornal do Comércio*, a versão das *Notas Dominicais*, de L. F. de Tollenare, no Recife realizada pelo devotado Alfredo de Carvalho. E

prosseguiu, ele mesmo, com as de Paulo Ehrenreich: “A Etnografia da América do Sul ao começar o Século XX”, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XI, de 1906, e “Etnografia Selvagem”, no *Almanaque Brasileiro Garnier* para o ano de 1907.

Apesar de posto em disponibilidade, o que daria mais tempo para os estudos de seu gosto e especialidade, sem a obrigação das aulas oficiais, nem por isso deixou de participar, algumas vezes, de acontecimentos do Colégio depois novamente denominado D. Pedro II.

Assim, em 1906, figurou em banca examinadora de concurso para professor de História Geral, especialmente do Brasil e da América, em que foram candidatos, entre outros, Escragnolle Dória (que obteve o primeiro lugar na classificação final), Osório Duque Estrada, Rocha Pombo e José Veríssimo. Ficando este colocado apenas em quinto lugar, daí resultaram nunca extintas incompatibilidades e sérios ressentimentos entre concorrentes e examinadores.

Por essa época teria Capistrano, de acordo com recente depoimento do Sr. Affonso de E. Taunay, derramado “tesouros de erudição anônima na confecção do catálogo da *Brasiliana* de José Carlos Rodrigues”, a notável *Biblioteca Brasiliense*, publicada em 1907.

A *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, Barão e Visconde de Porto Seguro, teve seus dois tomos publicados, pela primeira vez, em Madri, 1854 e 1857. Passados vinte anos, durante os quais o autor “empreendeu novas pesquisas, valeu-se de novos documentos, retificou datas e fato”, publicou ele, em

Viena, 1877, a segunda edição, muito aumentada, embora também em dois tomos(62), Falecido, no ano seguinte, o grande historiador, em 1902 a editora Laemmert encarregou Capistrano de organizar a terceira edição, revista, do livro magno de nossa historiografia. Comunicando-o ao Barão de Studart, solicitou-lhe retificações e notas(63). Devotamente entregou-se ao trabalho, mas, apesar da urgência desejada pelo impressor, somente em agosto de 1906 pôde assinar a nota preliminar do primeiro e único tomo de 530 páginas, contendo matéria que apenas alcança o Capítulo XXIII da obra, sobre “O Brasil em 1584”.

Um incêndio ocorrido nas oficinas da Companhia Tipográfica do Brasil destruiu, porém, quase toda essa edição parcial em 1907, poucos exemplares escapando do fogo, tornando-se, assim, verdadeiras raridades, pelo valor das abundantes anotações de Capistrano.

VII - Capítulos de história colonial (1907)

O ano que tão cruelmente marcou aquele esforço de Capistrano foi, porém, compensado pelo aparecimento daquela de suas obras que a crítica tem apontado como a mais importante de quantas escreveu, a melhor síntese, que até agora possuímos, da formação de nosso país: os *Capítulos de História Colonial*, de 1500 a 1800.

Como é natural, também Capistrano planejou escrever um livro em que pudesse transmitir o resultado de seus estudos sobre a História do Brasil. Adiou o

modificou o seu plano, de acordo com as contingências que se lhe apresentaram. Dele temos notícia em carta ao Barão do Rio Branco, de 17 de abril de 1890, que fomos os primeiros a divulgar, com alusão à idéia bem mais antiga, de quando ainda se encontrava no Ceará, isto é, de antes de abril de 1875. Trata-se, como é fácil verificar, do livro enfim apressadamente iniciado em 1906, a convite do Centro Industrial do Brasil, por intermédio de Luís Vieira Souto. Eis o trecho essencial da referida carta:

"Dou-lhe uma grande notícia (para mim): estou resolvido a escrever a História do Brasil, não a que sonhei há muitos anos no Ceará, depois de ter lido Buckle, e no entusiasmo daquela leitura que fez época em minha vida - uma História modesta, a grandes traços e largas malhas, até 1807. Escrevo-a porque posso reunir muita coisa que está esparsa, e espero encadear melhor certos fatos, e chamar a atenção para certos aspectos até agora menosprezados. parece-me que poderei dizer algumas coisas novas e pelo menos quebrar os quadros de ferro de Varnhagen, que, introduzidos por Macedo(64) no Colégio de Pedro II, ainda hoje são a base de nosso ensino. As bandeiras, as minas, as estradas, a criação de gado pode dizer-se que ainda são desconhecidas, como, aliás quase todo o século XVII, tirando-se as guerras espanholas e holandesas."(65).

Embora tenha-se limitado ao período de 1500 a 1800, a encomenda recebida abrangia toda a História do Brasil, como se infere de carta de Capistrano ao Barão de Studart, de 13 de novembro de 1906, em que escrevia:

"Estou às voltas com o trabalho para o livro de Vieira Souto, ainda não impresso por minha culpa. Já escrevi a guerra holandesa; hoje pretendo liquidar os Bandeirantes. Calculo cento e cinqüenta a duzentas páginas para o período colonial. As lacunas são muitas, mas isto é minha menor preocupação. Levantados os andaimes, saberei melhorar a tijupa. Espero em dois ou três meses escrever a história contemporânea." Entretanto, já a 7 de janeiro de 1907 informou ao correspondente ter "pingado o último ponto" do esboço de 300 páginas, só para o período anterior à vinda do Príncipe-Regente D. João. Com ele não ficara satisfeito e iria corrigir as respectivas provas com o auxílio de seu colega do Pedro II, professor Manuel Said Ali Jda, na falta de Calógeras, que "anda pelas euróicas terras abundantes"(66).

De sua insatisfação pelo livro que muitos consideram perfeito, deram-nos notícias verbais dois de seus melhores amigos, Eugênio de Castro e Rodolfo Garcia. Julgava-o carecedor de emendas, fato inteiramente natural, quanto a quaisquer livros de História, sempre suscetíveis de achegas, cortes e retificações. Sobre a pressa havida em sua redação, visível nas citadas cartas a Studart, é possível causa da quase omissão da Conjuração Mineira, depôs outro amigo de Capistrano, o Sr. Affonso de E. Taunay(67), invalidando, ou pelo menos diminuindo a versão de que teria sido proposital. Dissemos "quase omissão", porque uma indireta alusão ali há ao referido movimento de idéias, em suas últimas linhas(68) Em carta a Mário de Alencar, de 1915,

explicou que Tiradentes, "nos *Capítulos*, dada a escala, não entrou porque não cabia".

Obra de síntese, não diretamente de análise erudita, destinada à divulgação, embora também conveniente aos doutos, nela não são rigorosamente citadas as respectivas fontes, entretanto abundantíssimas. Capistrano muitas vezes atribuía afirmações a "um contemporâneo" ou a "um anônimo", a "um cronista" ou a indeterminado "documento"(69). Omitiu, mesmo, notas de pé de página que não havia poupado na versão primitiva de alguns tópicos, aparecidos na revista *Kosmos*, em 1905.

Sendo, porém, um de nossos raros historiadores que escrevia bem, dotado que era, de límpido estilo, sabia dosá-lo tanto de reminiscências arcaicas, perfeitamente cabíveis, quanto de expressões populares ou regionais de intenso sabor, sempre aplicadas com inteira propriedade. Como escreveu Paulo Prado: "Tinha horror ao estilo derramado, mal orgânico, defeito de raiz da produção intelectual brasileira. Nos seus últimos escritos a frase de Capistrano chegará à perfeição de extrema brevidade e singeleza, de adjetivos redundantes."(70) Era, como ele mesmo recomendava, autor que escrevia com "poucas palavras e muita verdade", criador de verdadeira "prosa telegráfica", sobretudo na correspondência.

Estes são, entretanto, aspectos secundários de livro tão importante. Nele, pela primeira vez em nossa historiografia, apareceu, nítida, a aliança da geografia, da etnologia, da história social e econômica, do próprio folclore. Não é uma história puramente política e

administrativa, militar e diplomática, como tantas outras, aliás quase todas. Chega a ser, em muitos pontos, obra precursora de nossa geopolítica. Nela aproveitou as retificações por ele próprio feitas a Varnhagen e a outros. E aproveitou, melhor o que o nosso grande historiador, fontes que este escondeu, ou que utilizou menos do que devia fazê-lo. Foi o que ocorreu, por exemplo, quanto aos *Diálogos das Grandezas*, *À História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, ao "benemérito" e "maravilhoso" Antonil-Andreoni (págs. 21 e 146) e aos documentos que Capistrano descobriu, copiou ou fez copiar, criticou, interpretou, resumiu. Em nossa História introduziu capítulos novos, como os da caça ao índio, ao Sul e ao Norte, o do ciclo do gado e do Sertão, o da conquista da Amazônia, o das missões religiosas que se tornaram núcleos de povoamento, o das estradas coloniais. Para caracterizar a população que aqui se formava, não duvidou recorrer às opiniões dos viajantes estrangeiros, como ao folclore. Foi dos primeiros a assinalar a importância da alimentação, das influências do indígena e do negro, entre outras. Fazendo-o, indicou documentos a serem procurados, pesquisas a serem feitas, revisões a serem realizadas - quanto às bandeiras e ao povoamento do interior, por exemplo(71). Julgando urgente a elaboração de uma História dos Jesuítas no Brasil, positivamente declarou que, enquanto não a possuíssemos, seria "presunçoso" quem quisesse escrever a do Brasil(72).

Muitas são as originalidades dos *Capítulos*, várias vezes provocadoras de discussões e divergências, nunca,

entretanto, desautorizadas ou sem fundamento. Assim acontece quando Capistrano, a propósito da chamada "guerra dos mascates", assinala que dispensam longas combinações e prodigalidades cerebrais" (pág. 176). Por isso mesmo, não deu significação senão local ao levante mineiro de 1720 (pág. 172); e escalpelou a "mandrice intelectual ou miopia política" do Bequemão (pág. 136). Discordou, também, da excessiva importância atribuída ao nosso municipalismo colonial (págs. 17 e 151); com maior razão, zombou dos ridículos justificadores de Calabar (pág. 102); pôs em seu justo lugar as exageradas qualidades usualmente concedidas ao mercenário Conde João Maurício de Nassau-Siegen (págs. 101-102), preferindo exaltar ao do "heróico" Matias de Albuquerque (págs. 96 e 102); e, como vimos, não deixou, também, de criticar o teorismo dos conjurados, que não devemos denominar *inconfidentes*, de 1789 (pág. 240).

No estudo, aí pela primeira vez feito, de nossa sociedade colonial, não deixou de precisar o vulto e os defeitos do clero, a existência do preconceito de cor, o valor da miscigenação, Acima de tudo, registrou o desapego inicial dos moradores pela nova terra, a primitiva situação de inferioridade do nascido no Brasil relativamente ao reino (págs. 78-79), e, depois, como consequência de nossa evolução histórica, a cessação daquele sentimento de inferioridade, a formação do espírito nativista (págs. 167-168).

Registros estes, que elevam seu autor à condição de nosso primeiro historiador-sociólogo e diminuem o

pessimismo do último parágrafo dos *Capítulos*, que não pode ser isoladamente apreciado, como tem sido, por ensaístas e conferencistas apressados. Porque o *retrato do Brasil* colonial que aí apresentou é o resultado de uma construção de três séculos, como esforço coletivo de portugueses e seis descendentes brasileiros, inclusive os de sangue indígena ou africano, contra a terra muitas vezes hostil e a ação de índios e estrangeiros igualmente inimigos.

Não pode ser assim integralmente aceita, à vista dos dados oferecidos pelo próprio Capistrano de Abreu, sua conclusão final: cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientais de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular - eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos" (pág. 240). Em nosso ver, nem seria "estrepitoso", ou *unânime*, o "entusiasmo" pelas riquezas naturais, nem verdadeira, ou *total*, a "aversão ou desprezo" dos naturais aos portugueses. Exatas nos parecem, entretanto, as demais conclusões, devendo-se acrescentar que a unidade das cinco regiões diversas (Amazônia, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste) seria obra da vinda da corte portuguesa para o Brasil e da conseqüente criação do Império brasileiro.

Publicados os *Capítulos* pelo Centro Industrial do Brasil, na obra - *O Brasil - Suas Riquezas Naturais, vol. I - Introdução. Indústria Extrativa*, sob o título geral de

"Breves Traços da História do Brasil Colônia, Império e República", limitou-se o texto de Capistrano ao período de 1500 a 1800, tirando-se, no mesmo ano de 1907, a respectiva separata, intitulada *Capítulos de História Colonial*.

Como o objetivo da entidade editora era, também, a propaganda do Brasil no estrangeiro, duas tiragens teve outro apressado trabalho de Capistrano, em francês e italiano, publicadas em 1909, em Paris e Milão, respectivamente.

A primeira, editada pelo Serviço de Expansão Econômica do Brasil, incluída em *Le Brésil - Ses Richesses Naturelles, ses Industries*, era um "Résumé Historique", que, entre as págs. 9 e 68, continha os seguintes capítulos: 1 - Période de 1500 à 1579; 2 - Période de 1580 à 1624; 3 - Invasion hollandaise (1624-1654); 4 - Peuplement de l'interieur. Les mines. Lutttes civiles (1627-1714); 5 - Lutttes contre les Espagnols. Questions de limites; 6 - Développement et progrès du Brésil au XVIIIe siècle; 7 - Le Brésil au XIXe siècle.

O Sr. Tancredo de Barros Paiva, em sua "Bibliografia Capistreana", cit., registrando a edição em francês como impressa no Rio de Janeiro, em 1908, acrescentou que a ela "Capistrano não emprestava a mínima responsabilidade"(73).

Apesar disto, foi a uma parte de um desses capítulos - "Lé Brésil Républicain", certamente porque já se encontrava traduzido para o francês, que recorreu Victor Orban, para representar Capistrano na antologia

de sua *Litterature Brésilienne*, publicada em Paris, 1914, págs. 350-352.

Para que se veja que o referido extrato não resiste a uma crítica, basta exemplificar um pouco. Embora nele seja declarado que a abolição "foi uma das maiores revoluções morais da história da humanidade", também encerra enganos evidentes, como o da necessidade da interdição do Imperador D. Pedro II, por ocasião de sua doença de 1887-1889 (sic) e a afirmativa do alheamento à monarquia dos senadores Francisco Belisário, Paulino de Sousa e Antônio Prado (págs. 65-66 da edição parisiense de 1909, tomo I).

VIII - Quinta fase do historiador (1908-1918)

Em 1908 publicou Capistrano de Abreu três trabalhos que, se não são dos mais longos e dos mais importantes de sua obra, contém, todos, interessantes e até mesmo decisivas contribuições para o esclarecimento de determinados episódios ou períodos da História Pátria.

O primeiro deles foi o dedicado à passagem do centenário da abertura dos portos brasileiros às nações amigas de Portugal (e não exclusivamente à Inglaterra, como pretendia esta). Intitulava-se, simplesmente, "28 de Janeiro" e, publicado sem assinatura no *Jornal do Comércio*, tais e tantas são as suas qualidades, que tornam fácil a identificação do autor.

O estudo, aí feito, dos antecedentes do ato baiano do Príncipe-Regente D. João, pode ser considerado

modelar. Resumiu Capistrano, sem nada esquecer de essencial, a difícil política exterior de Portugal no último decênio do século XVIII e primeiros anos da centúria seguinte, em consequência das agitações européias que se sucederam da Revolução Francesa ao estabelecimento e expansão do Império napoleônico. trazendo à situação de fins de 1807 a explicação contida na curiosa troca de cartas entre o conquistador corso e o Príncipe do Brasil, acrescentou-lhe, já para o desfecho relativo ao nosso país, uma peça inédita, manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Trata-se da introdução, por letra de Tomás Antônio de Vilanova Portugal, aos "Quadros Financeiros" que ali se guardam, pela qual ficou assegurada, contra a infundamentada opinião de mais algum devoto de São Tomé, a importante participação que no ato coube ao brasileiro José da Silva Lisboa, depois 1º Barão e Visconde de Cairu. Foi ele quem *capacitou*, isto é, convenceu da conveniência da medida favorável ao Brasil, ao ex-governador da Bahia e ex-vice-rei no Rio de Janeiro, D. Fernando José de Portugal e Castro, depois ministro, Conde e Marquês de Aguiar.

O segundo escrito do ano é simples apreciação do conteúdo de um livro de soldado alemão do Primeiro Reinado - *Quadros Alternados*, de Eduardo Teodoro Boesche. Nele, porém, encontram-se alguns dados úteis à melhor compreensão da atraente figura do Proclamador de nossa Independência, além de pormenores relativos à revolta dos batalhões estrangeiros no Rio de Janeiro, em

1828. Mais tarde, foi o livro traduzido por Vicente de Sousa Queiroz.

Um documento da importância da Carta de Pero Vaz de Caminha a D. Manuel I, narrando o descobrimento do Brasil, mereceria, de Capistrano de Abreu, especiais atenções. Já o havia examinado em trabalhos anteriores, inclusive considerando-o "diploma natalício lavrado à beira do berço de uma nacionalidade futura"(74). Retomando o assunto, para a *Revista do Instituto Histórico*, tomo LXXI, parte II, de 1908, vol. 118 (Rio de Janeiro, 1909), fê-lo com acuidade digna do tema. Reviu-o, mais uma vez, para o Livro de *Ouro Comemorativo do Centenário da Independência*, editado pelo *Anuário do Brasil*, de modo a tornar o seu estudo indispensável ao conhecimento da significação histórica da famosa missiva.

Também do ano de 1908 e, como de costume, anônima, foi a tradução, para o *Jornal do Comércio*, do "Dia Amazônico", belíssima página de Martins. Somente em 1921 identificou-a Arrojado Lisboa, transcrevendo-a na *Revista do Brasil*, de São Paulo. Leu-a, como primorosa página literária, Afrânio Peixoto, na Academia Brasileira de Letras, um mês depois da morte do historiador.

Do ano de 1909 só se conhecem os mencionados *Resumos Históricos* de Capistrano, publicados em francês e italiano. De 1910, muito pouco, não sendo difícil a descoberta do motivo dessa relativa inação: a vocação religiosa da filha mais velha do historiador, Honorina, e sua entrada para o convento das carmelitas de Santa

Teresa, no início do ano seguinte, mais um grande abalo para Capistrano. Reflexos dessa crise encontram-se em carta, de grande elevação moral, dirigida a João Pandiá Calógeras: "Honorina entrou para o Convento de Santa Teresa no dia 10. Obedeceu à sua consciência e é a única forma verdadeira de ser feliz... Eu tenho ficado em casa para me concentrar todo. A violência do incêndio desencadeado dispensará coivaras. A dor geral já passou, mas sinto às vezes um frio íntimo que sobe pela espinha e termina nos olhos, enchendo-os d'água. Contudo o frio vai diminuindo e os acessos se espaçando: considero-me curado. Se não tivesse medo das perguntas e consolações já poderia sair à rua. Se me escreveres, não toques nisso. Adeus, Sinhoca, freira do convento de um frade só."(75)

Desde 1909 ocupava-se Capistrano em outro tema de lingüística indígena. Seu amigo Luís Sombra trouxe-lhe do Acre um índio caxinauá, Bô-ro (Toco), e com este começou a recolher um vocabulário, depois frases inteiras. Desta vez, ao contrário do que ocorrera quanto á língua e tradições dos bacaeris, maiores foram as dificuldades, pois não dispunha o investigador de obras do valor das de um von den Steinen, para confronto. Conseguiu apenas um dicionário de sipibos, indígenas também pertencentes ao grupo dos panos. Mas encontrou reforço na vinda de outro índio, Tux-i-ni (Amarelo), mais jovem e muito esperto. Com esses documentos vivos trabalhou Capistrano mais de seis meses, principalmente na fazenda Paraíso, pertencente ao seu amigo e conterrâneo Virgílio Brígido, situada no município

fluminense de Carmo, à margem do Paraíba, perto do mineiro Porto Novo do Cunha.

Súmulas dessas novas pesquisas etnológicas publicaram-se em artigos do *Jornal do Comércio*, em janeiro de 1910, dezembro de 1911 e janeiro de 1912, os últimos intitulados "Dois depoimentos" (sobre os caxinauás). O volume que devia reuni-las totalmente perdeu-se, depois de composto, no incêndio da Imprensa Nacional, ocorrido em setembro de 1911. Salvaram-se apenas algumas coleções de provas, incompletas, que serviram, consideravelmente aumentadas, para a primeira edição, prefaciada em dezembro de 1913 e aparecida no ano seguinte, de *rã-txa hu-ni-ku-i - A Língua dos Caxinauás do rio Ibuçu, afluente do Muru (Prefeitura de Tarauacá)*, erudito conjunto de gramática, textos e vocabulário dos referidos indígenas. Nada menos de 5.926 frases, inúmeras lendas e mitos, aí se contêm. Dos cinco vocabulários panos até então existentes, o maior era o de Capistrano, afirmou, mais tarde, Ramiz Galvão, ao opinar pela concessão, ao livro, do Prêmio D. Pedro II, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro(76). para sua edição, convém lembrar que financeiramente contribuiu um amigo de Capistrano, José Pires Brandão(77).

Reeditou-o, com as emendas do autor e consagrador estudo crítico de Theodor Koch-Grünberg, graças à munificência do Sr. Guilherme Guinle, a Sociedade Capistrano de Abreu, em 1941.

De fevereiro de 1912 datou Capistrano pequeno prefácio ao livro *A Descoberta da América e a suposta*

prioridade dos Portugueses, de acordo com a História e a Cartografia Americana Betustíssima, do Sr. Tomás Oscar Marcondes de Sousa, aparecido em São Paulo, no mesmo ano. Substituíra, no encargo, seu amigo Orville A. Derby. Contendo o livro uma resposta a outro do português Faustino da Fonseca, quanto às alegadas viagens dos Corte Real à América, nele também muito se discutiu o duvidoso Colombo. Acreditando o prefaciador nas duas viagens de Vespúcio a serviço de Portugal, tema hoje contestado, também mencionou a questão da vinda de João Ramalho e terminou por elogiar o amor à verdade histórica revelado pelo autor, incitando-o a novos empreendimentos do gênero, no que foi bom profeta.

O rompimento da Primeira Guerra Mundial e suas conseqüências no Brasil também deveriam de afetar as atividades de escritor do germanófilo Capistrano, que já em 1906 escrevia ao Barão de Studart: "o tempo passa, a vida corre, e cada vez gosto menos de escrever e tenho tanta coisa ainda que ler, antes de partir para as regiões donde ninguém volta"(78). Assim, em 1915 e 1916 nada registram os bibliógrafos como saído de sua pena e obtendo a luz da publicidade.

Desse último ano é a sua comparação do Brasil ao jaburu, em carta a J. Lúcio de Azevedo: esta é a "ave que para mim simboliza nossa terra. Tem estatura avantajada, pernas grossas, asas fornidas, e passa os dias com uma perna cruzada na outra, triste, triste, daquela austera, apagada e vil tristeza".

Ainda em 1916 visitou Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, em companhia de Alfredo de

Toledo, Gentil Moura, Afonso de Freitas e Benedito Calixto. Como este último aí lhe mostrasse numerosos pontos freqüentados pelo padre José de Anchieta, apressou-se a escrever este cartão a Vieira Fazenda, "vulgo Tapera": "De Itanhaém, onde Anchieta jamais perdeu as botas, enviam muito saudar Capistrano, Toledo, Freitas, Gentiul." Recusando-se Calixto a assinar, ponderou-lhe Capistrano que o inaciano não usava botas, mas sandálias, com isso obtendo a assinatura do pintor com pretensões a historiador(79)...

Em 1917, conforme recentemente revelou o Sr. Mozart Monteiro, foi Capistrano convidado para diretor do Colégio D. Pedro II, não aceitando o cargo.

No mesmo ano escreveu vários pequenos trabalhos, de diferentes gêneros.

Assim, surgindo uma divergência quanto à classificação dos guaianases de Piratininga como tupis, em sentido afirmativo opinou em artigo do *Jornal do Comércio*, à matéria trazendo sólidos argumentos, apoiados em fatores geográficos. Quanto aos lingüísticos, ironicamente acrescentou que neles não pretendia, nem mesmo desejava ter competência...

Como, porém, jamais se manifestava satisfeito com seus trabalhos, em carta sem data, do mesmo ano, ao Sr. Afonso de E. Taunay, anunciava que iria ao Instituto Histórico, a fim de colher notas para refazer o artigo e reimprimi-lo em revista de Alberto Faria(80).

Outro tema até hoje controvertido foi o que abordou na *Revista do Brasil* - "Paulística - A pretexto de uma moeda de ouro". Citando informação do "fide-

indigno" Padre Simão de Vasconcelos, de que na capitania de São Vicente se batiam moedas de ouro, por isso "com o mesmo nome da terra", sem afirmá-lo categoricamente lançou a hipótese de que "Salvador Correia ou algum donatário obtivesse a remessa dos cunhos para a capitania e a moeda aí fosse cunhada"(81). Com isso, deu origem a longa a polêmica entre os nossos numismatas, ligando-se os tais "São Vicente" de ouro à existência, ou inexistência, de uma Vasa da Moeda na capitania, anterior, portanto, à que somente em fins do século XVII instalou-se na Bahia(82).

Amigo de seus amigos, como os que mais o fossem, Capistrano não lhes poupava louvores, mas também não deixava de criticá-los, quando o mereciam. É o que podemos ver na apreciação feita ao notável livro que é o tão saqueado *D. Pedro I e a Marquesa de Santos*, de Alberto Rangel. A 20 de maio de 1917 já anunciava ao Sr. Affonso de E. Taunay, em bilhete postal: "*Marquesa* está na Alfândega."(83) Isto, por ter sido o livro impresso em França, onde residia o autor. E a 10 de junho seguinte, no *Jornal do Comércio*, publicava sua crítica. Começava afirmando que o livro saíra "com documentação forte e sólida; dificilmente se encontraria trabalho nacional lançado em alicerces tão profundos e seguros". Mas, depois de analisá-lo extensamente, inclusive com a pitoresca sugestão de ter Varnhagen, na *História da Independência*, "o propósito de transformar o Patriarca [José Bonifácio] em Barão de Lucena" e a afirmação de não merecer grande crédito o andradista conselheiro Vasconcelos de Drummond - termina fazendo

restrições ao estilo do autor: "No seu vocabulário há carapinhas que estão pedindo pente ou tesoura. Certas incorreções seriam facilmente evitáveis. Infelizmente, não ficou de todo imune de certa gramatiquice industrial, gênero importado que Said Ali zurziu em tempo, e contra o qual já começou o grito de alarma em São Paulo."(84) Aludia, como se vê, ao movimento modernista ent~ção iniciado na Paulicéia.

Sempre que obtinha a cópia de um documento esclarecedor, cuidava Capistrano de sua publicação e comentário, a fim de deixar mais certa uma biografia ou uma ocorrência de nosso passado colonial. Foi o que aconteceu com o processo de Pero do Campo Tourinho na Inquisição, de 1550, guardado na Torre do Tombo e conseguido pela obsequiosidade de seu amigo, o "erudito e independente historiador dos jesuítas no Grão-Pará", J. Lúcio de Azevedo. "Atribulações de um Donatário" foi esse artigo da revista carioca *Ciências e Letras*, dirigida pelo casal Amélia de Freitas Bevilácqua-Clóvis Bevilacqua, de julho de 1917. Em suas poucas páginas conseguimos uma vista fiel da capitania hereditária de Porto Seguro em seus primeiros anos, quando incompatibilizados já se encontravam muitos de seus moradores com o enérgico e *boquirroto* capitão-mor, por eles entregue aos perigos de uma séria acusação perante o Tribunal do Santo Ofício.

No mesmo ano de 1917, por proposta de Max Fleiuss e parecer de Ramiz Galvão, obteve o livro *râ-txa bu-ni-ku-í* o Prêmio D. Pedro II, do Instituto Histórico, constante de uma medalha de ouro. Capistrano, infenso a

qualquer gênero de honrarias, escreveu ao seu amigo o Sr. Affonso de E. Taunay dizendo que, seguindo o precedente aberto por Varnhagen, iria doar o Prêmio para nova distribuição. Ficaria, assim, livre do "tal medalhão de ouro, entaladela bem desagradável para quem como eu abomina a Satanás, com todas as suas pompas e obras"(85).

Dois acontecimentos marcaram a vida de Capistrano no ano de 1918.

O primeiro, muito feliz, foi a reedição, enriquecida dos eruditos "Prolegômenos" de sua autoria, da *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador. Muito trabalho lhe deram esses acréscimos, conforme salientou em cartas ao citado amigo. Numa delas, datada do "Dia da Ascensão" daquele ano, noticiou: "Frei Vicente caminha, caminha, com as demoras inseparáveis dos rabinhos." Afinal publicado o livro, numa edição ainda sem exemplo entre nós, poderia Capistrano encerrar mais uma fase de sua ação de historiador. Os "Prolegômenos" à obra do franciscano da Bahia constituem, no consenso geral, o ponto mais alto atingido pela crítica histórica, no Brasil,

O outro acontecimento de 1918, este trágico, foi a morte, por ocasião da epidemia da gripe, do filho preferido de Capistrano, Fernando, por ele apelidado *Abril*. Em carta íntima, amargamente observou: "Quando Honorina nos deixou pensei que para mim o golpe seria mais forte do que se tivesse sido levada pela morte, porque da morte ninguém escapa e ela safa por sua livre vontade." E adiante: "Sinto-me mutilado. Que farei, não sei." E ainda: "Consolação não quero, nem preciso. Estou

aqui só, concentrado; se vem uma carta, um amigo, vêm irresistivelmente as lágrimas e não sinto alívio."(86) A J. Lúcio de Azevedo, recordou as qualidades do filho mais querido, para ressaltar a dor de sua perda. "De mim, direi apenas que volto reencourado." E passou, no parágrafo seguinte, aos temas históricos, comunicando que estava enviando livros e documentos que o amigo lhe solicitara(87).

Pode-se dizer que daí por diante não foi mais a mesma pessoa, embora não lhe diminuíssem, até a morte, a capacidade de trabalho e a lucidez do espírito. Era um homem irremediavelmente ferido pelo destino, um descrente e um pessimista que apenas no calor das amizades procurava compensar o malogro das perdas familiares.

IX - Sexta fase do historiador (1919/1927)

Também de 1919 não se registraram publicações feitas pelo historiador.

Perdeu, nesse ano, mais um velho amigo, Francisco Ramos Paz, comerciante português, colecionador e maçom de prol, um dos responsáveis pela campanha contra os bispos, no Império. Escrevendo ao Sr. Affonso de E. Taunay, a 18 de setembro, noticiou: "Ontem comecei a ocupar-me com a livraria do meu finado amigo Ramos Paz. O catálogo vai muito adiantado, mais de dez mil fichas. Vou proceder a uma distribuição sumária por matéria, de modo a acumular divisões e evitar asneiras."

E a 27 de fevereiro de 1920 acrescentava: "Não descrevi os livros, não os avaliei, não os reparti em classes, embora indicasse as que me pareceram mais simples; revejo apenas as provas e serei o responsável por tudo! Haverá em toda a superfície do planeta um rei mais constitucional?" O necrológio do extinto, por ele redigido, publicou-se em folheto, meses depois reproduzido em *Suplemento ao Catálogo da Biblioteca de Francisco Ramos Paz, adquirida pelo Dr. Arnaldo Guinle*, do mesmo ano. Comprado por 75:000\$000, quantia vultosa para a época, doou-a o adquirente à Biblioteca Nacional.

Também de 1920 foi um artigo de Capistrano sobre a velha questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte. Abordou-a para examinar, de modo especial, a questão da ligação de sua terra natal primeiramente ao Estado do Maranhão, depois à capitania-geral de Pernambuco.

Do ano de 1921 não se conhece trabalho publicado de Capistrano, a não ser o prefácio para a reedição do livro de Herbert H. Smith - *Do Rio de Janeiro a Cuiabá*, que traduzira em 1886/1887.

Não estava, entretanto, inativo, pois preparava a reedição fac-similar, por ele prefaciada, da *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão*, de Cláudio d'Abbeville, no ano seguinte impressa em Paris, com um "Glossário das palavras e frases da língua Tupi" redigido por seu amigo e dedicado colaborador, desde algum tempo insubstituível, Rodolfo Garcia. Obra editada em tiragem de 100 exemplares, apenas, deu

origem à Série Eduardo Prado - "Para melhor se conhecer o Brasil" - de iniciativa de Paulo Prado, sobrinho do patrono da coleção, colocada sob a orientação de Capistrano.

Seu segundo tomo, entretanto aparecido antes daquele primeiro, mas igualmente de 1922, continha matéria do maior valor e novidade para o estudo da sociedade brasileira de fins do século XVI: as *Confissões da Bahia*, resultantes da *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil*, em 1591-92 realizada pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça. O magistral prefácio de Capistrano salientou a contribuição à nossa História Social trazida por esses documentos há mais de três séculos guardados em Portugal. Teve separata, sob o título - *Um visitador do Santo Ofício à Cidade do Salvador e ao Recôncavo da Bahia de Todos os Santos* (1591-1592).

Conforme de Caxambu escreveu ao Sr. Affonso de E. Taunay, em fins de outubro de 1922 "à toda pressa"! preparou Capistrano um prólogo para o livro *As Fronteiras do Sul - A Jurisdição das Águas do Prata e a Ilha Martim Garcia*, do Sr. Fernando Nobre, dizendo-o, nada menos que "un avorton dont j'ai accouché". Realmente, depois de elogiar o Tratado de Madri, de 1750, pela solução dada ao impossível e obsoleto convênio de Tordesilhas e ao "quisto" que era a Colônia do Sacramento, lamentou que sua execução tivesse cabido ao Marquês de Pombal - "a brutalidade, a crueldade, a esterilidade feitas gente", por cujas "peçonhentas cartilhas" lia o Sr. Nobre, quanto à Guerra

Guaranítica. Terminou declarando que gostaria de defender D. Pedro I, a propósito da Cisplatina, maltratado pelo autor...

Também de outubro de 1922, mas publicado em janeiro de 1923, um artigo para a *Revista do Brasil*, de São Paulo, voltou a tratar das questões do Sul, do descobrimento do rio da Prata à fundação da Colônia do Sacramento. "Fragmento de um Prólogo" é o seu título; o conteúdo deixa bem visível o desejo de que não fosse apenas *fragmento* e, além disso, de um *prólogo*.

Foi nesse ano de 1923, contou Calógeras, que para comemorar os seus próximos setenta anos, "amigos e admiradores de sua culminância ética e científica quiseram dedicar-lhe uma obra coletiva, testemunho de veneração e de afetuoso respeito. Planeava-se fazer-lhe uma homenagem análoga às publicações jubilares que, em outros meios, se prestam aos Mestres sem-par. Transpirou a notícia por não sei que indiscrição. Enfureceu-se, ultrapassando todo limite, sua modéstia agressiva e vigilante. Pegou de sua mais acerada pena, e com ela feriu a seus aturdidos e bem intencionados ofensores. Dizia ele: "Segundo sou informado, trama-se para meu próximo aniversário uma patuléia, poliantéia ou coisa pior e mais ridícula, se for possível. Aos meus amigos previno que considero a tramóia como profundamente inamistosa. Não poderei manter relações com quem assim tenta desmoralizar-me." E braviamente acrescentou e datou: "Custe o que custar. Rio, dia do Corpo de Deus, 1923."(88) A citada declaração de

Capistrano foi impressa em cartão e por ele enviada aos amigos.

As primeiras *Histórias do Brasil*, ainda do século XVI, isto é, o *Tratado da Terra do Brasil e a História da Província Santa Cruz*, do bracarense Pero de Magalhães Gandavo, projetou Afrânio Peixoto publicar pela Academia Brasileira de Letras, com introdução de Capistrano e nota bibliográfica de Rodolfo Garcia. Assim foram realmente reeditadas em 1924, mas pelo *Anuário do Brasil*, por ter falhado aquela tentativa acadêmica.

Sempre interessado em qualquer problema de bibliografia histórica, contribuiu Capistrano para que fossem publicados na Revista do Brasil, de São Paulo, a partir de fevereiro de 1924, os "Capítulos de uma Biografia perdida de Caxias", de Eudoro Berlink. Tendo formulado votos para que aparecesse a parte faltosa, conseguiu achá-la, identificando-a devidamente, o Sr. E. Vilhena de Moraes, em 1928, que integralmente publicou, em 1934, esses valiosos *Apontamentos para a História Militar do Duque de Caxias*(89).

Na revista América Brasileira, do Rio de Janeiro, dirigida por Elísio de Carvalho, de outubro de 1924, saiu um trabalho de Capistrano de Abreu, sobre a "Formação dos limites do Brasil", É, quase literalmente, a parte sobre "Formação dos Limites", dos *Capítulos de História Colonial*.

No ano seguinte, ainda por iniciativa de Afrânio Peixoto, por ele decisivamente apoiada, conseguiu ver realizado outro antigo projeto seu: a reunião, em volume, dos três principais trabalhos do padre Fernão Cardim, um

dos quais inicialmente publicado por Varnhagen, dois pelo próprio Capistrano, há mais de quarenta anos. Além de sua introdução a um deles ("Do Princípio e Origem dos Índios do Brasil"), incluiu-se, como "Apenso" aos *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, primoroso artigo com que, em *O Jornal*, devidamente comemorou o tricentenário do falecimento do benemérito inaciano, a 27 de janeiro de 1925. Na edição desse ano, repetida em 1939, teve Batista Caetano de Almeida Nogueira como digno sucessor quanto à lingüística indígena o douto Rodolfo Garcia, indispensável auxiliar dos últimos anos do mestre cearense.

Prosseguindo, então, a publicação dos preciosos documentos relativos à *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil*, apareceram, no mesmo ano de 1925, ainda por ele prefaciada, as *Denúncias da Bahia*, de 1591-1593. Incluíram-se, como as anteriores *Confissões*, na Série Eduardo Prado. Daí por diante passaria Capistrano a incumbência ao amigo Rodolfo Garcia, o "Roth Wolf" de suas constantes cartas relativas a pesquisas históricas, que confiadamente lhe entregara.

Em agosto de 1925, em ocasião da séria crise no ensino secundário do país, por motivo das hostilidades rompidas entre o diretor do Departamento Nacional do Ensino, Dr. Juvenil da Rocha Vaz, e o do Externato do Colégio D. Pedro II, Conde Carlos de Laet, foi Capistrano chamado a ocupar a direção interina deste estabelecimento, de acordo com informação de Escragnoille Dória, na *Memória Histórica* do respectivo centenário de fundação.

Mais um trabalho de ocasião, que bem demonstra sua capacidade também quanto à História Contemporânea, e de que fora, até, em grande parte, testemunha, escreveu quando do centenário de nascimento de D. Pedro II, no número comemorativo de *O Jornal* do Rio de Janeiro, de 2 de dezembro de 1925, depois reproduzido no tomo XCVIII, de 1925, vol. 152 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. "Fases do Segundo Império", apesar do ensano do título, constitui magnífico depoimento, rico de contribuições próprias, onde a ironia não prejudica o espírito de justiça. Visto à distância, o Segundo Reinado se lhe apresentou em reabilitador panorama, embora não baseado na fantasia nem isento de críticas, mas em numerosas minúcias colhidas por quem de perto o conheceu.

Sobre D. Pedro II são dignos de consideração os conceitos de Capistrano, totalmente diferentes dos muito pessimistas que a 23 de dezembro de 1887 transmitiu em carta a José Maria da Silva Paranhos Junior, pouco depois Barão do Rio Branco: ... "posso lhe citar sem indiscreção uma carta de Valdetaro, a quem Peters disse do Imperador: *il n'est pas agité, il est fou*". E, mais adiante: "Estou convencido que o Imperador não pode nem deve mais reinar no Brasil. Na melhor hipótese - a de ele estar com a memória e a inteligência intactas - ele há de ouvir todos os dias alusões e grosserias, e por fim há de descobri-las onde não as há. Imagine Moreira de Azevedo lendo uma memória no Instituto e declarando modestamente que tem lacunas: ou o Instituto ri-se, ou o

Imperador cora. Mas é este um dos negócios em que o melhor é falar menos, como dizia Martinho de Campos. Estou convencido que o terceiro reinado será uma desgraça e esta opinião vejo-a cada dia espalhar-se e consolidar-se; mas não pode deixar de ser assim. Acho que a História o que há de dizer do Imperador é que ele não soube fazer o bem e não quis fazer o mal. Coitado." (90)

Transcorridos 38 anos, mudadas as instituições, morto o grande Imperador, o tempo e a justiça "na voz da História" ditaram-lhe outras opiniões sobre o Magnânimo, no referido artigo de 1925, que passamos a examinar. Depois de natural introdução sobre o Primeiro Reinado, a abdicação, as Regências e os difíceis primeiros tempos do governo pessoal de D. Pedro II, quando o imperante era pouco mais que uma criança, começam os decisivos depoimentos de quem realmente poderia julgá-lo. Assinalou, desde logo, sua "repugnância às injustiças" (pág. 116 da reimpressão nos *Ensaios e Estudos*. 2ª série, cit.). Relativamente à alegada retratação de *Timandro-Torres* Homem-Visconde de Inhomirim, assegurou: "o Imperador nunca exigiu tais baixezas. Enquanto reinou, os insultadores encontraram nele uma equanimidade imperturbável" (pág. 118). Devotado amigo e defensor de José de Alencar, convém notar como Capistrano justificou o fato de D. Pedro II não tê-lo escolhido senador pelo Ceará. Na década de 50, "a mais brilhante do Império" (pág. 119), "devia sentir-se bem" o Imperador, "belo, sadio, augusto", sem ninguém a disputar-lhe a autoridade, mecenas de todos reconhecido

e exaltado (pág. 121), um dos "sábios da cidade", reunidos no Instituto Histórico. O povo - depõe Capistrano, o mesmo que *sentiu* o povo no próprio período colonial - "o povo confiava na sua integridade". "Punha especial garbo em não possuir favoritos(91). Não os tinha, não os podia ter. Favorecia aos oprimidos". Apesar de tímido (pág. 122), atingiu o apogeu "na questão Christie, quando uma brutalidade inglesa pôs de pé a nação inteira ao lado do seu primeiro cidadão". Também quanto à sua compreensão da Guerra do Paraguai "acompanhou-o unanimemente a nação" (pág. 123).

Depois dela começou a mutação do ambiente, e, como nas Regências, "a imprensa neutra e próspera, amamentada pelos *testas-de-ferro*, não conhecida barreiras". "Surgiam os caricaturistas e o lápis do litógrafo desafiava o *lápiz fatídico*. Sentia-se a necessidade do desrespeito, da bambochata. Esvaíra-se o nimbo imperial e o Imperador era puxado para o fandango." Era a "desafeição" pela monarquia, tão bem assinalada, mais tarde, por um verdadeiro discípulo de Capistrano, João Pandiá Calógeras, na *Formação Histórica do Brasil*(92). "Da diferença" - continua o mestre - "não deu fé" o Imperador; "ao contrário, absorvia-o novo divertimento intelectual." Alude aos seus estudos de língua orientais - o árabe, o hebraico, o sânscrito, insuflados pelo amigo Gobineau, o do *Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas* (pág. 125), enfim, o Imperador não conciliava mais o respeito que lhe era devido (pág. 128) - eis a triste verdade!

Entretanto, comentando a abolição da escravatura, decisivamente julgou Capistrano a obra da monarquia no Brasil: "reparou os dois maiores erros causados pelas dinastias de ultramar: constituiu um país uno de capitánias separadas, não deixou escravo numa terra que parecia sói poder subsistir com eles" (pág. 127).

Quanto à proclamação da República é também importantíssimo o depoimento capistraneano. A intenção de Deodoro era, a 15 de novembro de 1889, apenas a deposição do ministério. Atitudes de Aristides Lobo e de Benjamin Constant devidamente lembrou, para mostrar que só à noite foi decidida a mudança das instituições (pág. 129).

Finalizando e aludindo ao exílio de D. Pedro II recorreu à profecia de quem dele teria motivos de queixa, José de Alencar: "mostrou-se na adversidade o varão forte de Horácio, a quem as ruínas do seu fastígio não esmagam, mas ao contrário exaltam, como um pedestal. É o destino dos homens fadados para a dominação. O poder, a fortuna os expande, e eles absorvem ou repelem quantos se lhes aproximam. O revés, a desgraça os concentra e então eles acham dentro de si mesmos o mundo onde se isolam" (pág. 130).

Síntese admirável, que tanto honra o historiador como a época de que se ocupou, tornou-se esse capítulo de Capistrano imprescindível a quantos quiserem realmente conhecer o que foram o Segundo Reinado e seu imortal titular.

De 1926 não se conhece trabalho publicado de sua autoria, e isto se explica porque ativamente ocupava-se,

então, com Rodolfo Garcia, das anotações para a 3ª edição integral da *História Geral do Brasil*, de Varnhagen. Aceitara essa incumbência, conforme escreveu ainda em 1916, "porque, com os documentos mais ou menos conhecidos, não se pode fazer obra inteiramente nova, e a de Varnhagen, revista com cuidado, pode atravessar este período de transição"(93). Em abril de 1927 escreveu a J. Lúcio de Azevedo que "o peso e a responsabilidade" ficavam com Garcia. Mas Capistrano faleceu "quando apenas se dava por terminada a revisão das provas do primeiro tomo e se iniciavam as anotações do segundo"(94), não chegando, portanto, a ver sua saída. Ao "robusto cireneu" que havia obtido ceder suas notas antigas, acrescidas de outras, novas, e a ele coube ultimar, em 1935, a gigantesca empresa, passando a ter cinco tomos, a obra antes apenas de dois.

Do último ano de vida do historiador, 1927, são dois trabalhos em que voltou ao século XVI, de sua antiga predileção: o erudito prefácio à primorosa edição crítica do *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa* (1530-1532), para a Série Eduardo Prado preparada por seu amigo o comandante Eugênio de Castro, e "A obra de Anchieta no Brasil", mais uma síntese perfeita, em artigo de *O Jornal*. Terminou-o com uma recomendação felizmente ouvida, poucos anos depois: "A história póstuma de José de Anchieta merece vir à luz. Reunir suas cartas, seus escritos vários, em prosa e verso, é uma dívida que não admite mais moratória."

Falecido Capistrano de Abreu a 13 de agosto de 1927, em página admirável registrou Calógeras a

consagração nacional que foi o seu enterro(95). Maior que qualquer outra homenagem foi, porém, a criação da Sociedade Capistrano de Abreu, que de 1928 a 1941, principalmente graças a Paulo Prado, Eugênio de Castro e Rodolfo Garcia conseguiu reunir em oito volumes a maior parte de sua obra esparsa em folhetos de edições esgotadas e periódicos de mais de meio século.

Postumamente, publicou Paulo Prado, em seu livro *Retrato do Brasil*, de 1928, valioso "Esquema das Bandeiras" de autoria de Capistrano; e na *Miscelânea de Estudos em honra de D. Carolina Michaelis de Vasconcelos*, aparecida em Coimbra, 1933. 1933, há uma sua nota etimológica, sobre "Dois vocábulos brasílicos".

X - Correspondência de Capistrano

Em um estudo biobibliográfico de Capistrano de Abreu não poderá faltar uma referência à sua copiosa correspondência, aliás em via da publicação, embora parcial. Escrevendo com vivacidade, em cartas não muito longas, mas sempre originais, sabia comentar ocorrências da época e pessoas nelas envolvidas, acentuando-lhes, às vezes em um só traço, irônico ou sarcástico, toda a personalidade. Daí ter escrito Paulo Prado que "a obra principal de Capistrano está talvez em sua formidável correspondência espalhada pelos mais afastados recantos do Brasil, assim como pela Europa e América"(96). Nem lhe faltam depoimentos de valor, para a História do fim do Império, como vimos, ou dos primeiros decênios da

República. Ficou famoso, por exemplo, o agudo retrato de Rui Barbosa, seu antigo companheiro no estudo de grego, lecionado pelo erudito Barão de Tautphoeus. Está contido em carta a João Lúcio de Azevedo, o amigo português dos últimos lustros, e foi divulgado pelo Sr. Luís Viana Filho, na excelente biografia que é *A Vida de Rui Barbosa*(97).

Acima de tudo, a nota predominante da correspondência capistraneana é a constante pesquisa histórica, a informação bibliográfica, a procura e a troca de dados úteis aos estudos, próprios e alheios. Bem expressivas são, a respeito, as *Cartas de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção*, graças ao escritor português, Sr. Luís Silveira reunidas em volume desde 1946. Ou as dirigidas ao Barão do Rio Branco, quando este ainda residia na Europa. E ainda a longa troca de missivas com o Barão de Studart, em que a História do Nordeste, especialmente do Ceará, é o tema permanente de dois mestres consumados. E, mais tarde, a prolongada correspondência com João Lúcio de Azevedo, que vale por verdadeira crônica do Brasil de seu tempo, tantas são as questões políticas, literárias e pessoais nela abordadas, não raro em alusões ferinas e pequenos dados em que seu pessimismo atinge as raias da maledicência. Doada à Biblioteca Nacional e respectiva coleção, em 1928, foi, por aquele motivo, retirada da consulta pública, pelo ministro da Justiça, Vianna do Castelo, por se encontrarem ainda vivos alguns figurões nela caricaturados. Confirmou a ordem, posteriormente, Belisário Pena, ministro da Educação. "Era do feitio de

Capistrano" - escreveu a propósito o previdente João Ribeiro - "não propriamente a maledicência, mas certa desenvoltura e mordacidade no julgamento dos homens." Julgava-os, às vezes, por um só ato, insuficiente para uma condenação definitiva(98). Aos políticos seus amigos - Leopoldo de Bulhões, Severino Vieira, Francisco Sá, Calógeras, Domício da Gama, Assis Brasil - embora ministros de Estado em várias ocasiões, não poupava Capistrano suas opiniões, não temendo desagradar com rude franqueza.

Nem sempre eram de louvores as manifestações de sua amizade. No terreno da metodologia histórica, por exemplo, não transigia. Eis por que, a propósito da publicação de documentos, que na *Revista do Instituto do Ceará* um tanto desordenadamente fazia o seu caro amigo Barão de Studart, escreveu-lhe a 20 de abril de 1904: "Por que não dás a procedência dos documentos que publicas?... Por que motivo, portanto, te insurges contra uma obrigação a que se sujeitam todos os historiadores, principalmente desde que, com os estudos arquivais, com a criação da crítica histórica, com a crítica das fontes, criada por Leopoldo von Ranke, na Alemanha, foi renovada a fisionomia da História?"

De seus últimos anos de vida são as cartas, tão cheias de informações históricas, dirigidas ao Sr. Affonse de E. Taunay e Rodolfo Garcia. Datava-as, sempre, de modo original. De seu "tugúrio" ou do "Gigante de Pedra" (alusão à proximidade do pico do Corcovado), dia do santo *tal* ou de qualquer festa religiosa, dos "defuntos", da "oitava de Apulco de Castro, mártir", "de

Luís XVI", do equinócio ou do solstício, de outra qualquer referência histórica ou do próprio calendário. Fevereiro, por exemplo, era o "capenga"... Terminava-se, comumente, por "Bien à vous", excepcionalmente por "Vale et me ama". Ao Sr. Taunay, com a expressão - "Adeus, nova geração", explicando, porém, que, no Ceará, "adeus não tem significação agoureira". E a Garcia, o "Roth Wolf" - "Ergebenst". Assinava-se apenas "Cap", "João Ninguém" ou simplesmente "J. N." e "C".

Isto não só por humildade, mas também por não gostar do próprio nome. - "Não tenho nada com Capistrano", dizia. "É uma cidade da Itália. Gosto que me chamem - Abreu."(99) Tinha razão em não apreciar seu segundo nome, pois muitas vezes o viu, ou ouviu, deturpado, e até por pessoas cultas. Assim, conforme dedicatórias hoje em nosso poder, em 1885, ao seu "caro amigo *Capistrano*" mandou o pernambucano Pereira da Costa sua *Notícia sobre as Comarcas da Província do Piauí*; e em 1890, ainda cerimoniosamente, "ao ilustrado amigo *Capistrano*", remeteu separata sobre o governo cearense de Féo e Torres o "Dr. Gme Studart". Se isto acontecia com historiadores, perdoa-se a insistência com que o rude cearense ordenava a certo magistrado muito conhecido, e que o só tratava de *Capistrano*: - "Chame-me de Abreu! Chame-me de Abreu!"

Não possuindo diploma de curso superior, abominava o habitual tratamento brasileiro de "doutor". Preferiria, à moda do interior do Ceará, ser chamado apenas de "seu home"(100)... Amigo, porém, de criar apelidos, a E. Roquette Pinto denominava "Esaú", por ter preferido o

"prato de lentilhas" de um prêmio do Instituto Histórico a ir excursionar, em sua companhia, ao vale do rio Doce(101). A Vieira Fazenda crismou de "Tapera Velha", para ser, por sua vez, por ele chamado "Cariri Jaguaribara"...

Da correspondência mantida com o Sr. Affonso de E. Taunay, seu aluno em 1889, já aqui apresentamos vários trechos. A título de exemplo de crônica jocosa que também sabia fazer, dos acontecimentos da época, eis os comentários nela feitos à visita dos reis belgas ao Brasil, em 26 de setembro de 1920: "... tivermos chuva e reis da Bélgica e Congo. A chuva parece entrar em férias, sem grande alvoroço. Os reis continuam não muito satisfeitos. Não encontraram o Brasil de seus sonhos. Queriam ver mata, sertão, índios: encontrara engrossadores e tomalarguras, mendigos de comendas. Defendem-se, condecorando *Chauffeurs* e abreviando de uma semana a camisola de força. Pensei em traduzir-lhes no melhor flamengo *A prisão de Tasso* do velho Magalhães e mandar como lenitivo".

XI - Amigos de Capistrano de Abreu

Do conhecimento, mesmo superficial, da correspondência da Capistrano de Abreu, que constituirá um acontecimento literário quando for publicada, naturalmente decorre a verificação de que foi homem de muitos amigos, circunstância excepcional entre nós, se acrescentarmos a veneração que muitos lhe votaram e a observação de ter sido ele, na maior parte de sua vida,

simples professor, desde 1899 em disponibilidade, sempre pobre e modesto, entretanto profundamente respeitado pelos que melhor representavam este país.

Numa lista facilmente feita, em que os vivos pouco passam de uma dúzia, arrolamos mais de 130 nomes de amigos seus, sendo entretanto inevitáveis as omissões.

Começando por seus protetores, no Ceará e na Corte, mencionaremos o coronel Joaquim José de Sousa Sombra (a quem declarou dever sua vocação de historiador); José de Alencar, a quem tanto cultuou; o senador Visconde de Jaguaribe (em cuja casa se hospedou, nos primeiros tempos do Rio de Janeiro); e Ferreira de Araújo, diretor da *Gazeta de Notícias*.

Passando a outros mortos, em ordem alfabética, merecidamente compete o primeiro lugar ao bibliógrafo Alfredo do Vale Cabral, seu fraternal amigo, cujo doloroso fim foi um dos grandes desgostos da vida de Capistrano. Com o Conde de Afonso Celso manteve boas relações durante quarenta anos. A Afrânio Peixoto decisivamente apoiou, quando do planejamento das Publicações da Academia Brasileira de Letras. A Alberto Rangel muito quis, embora não lhe poupasse críticas misturadas aos louvores, como vimos. Antônio Felício dos Santos, católico fervoroso, tentou, sem êxito, conseguir-lhe morte cristã, como também fez Calógeras, levando-lhe, na véspera da morte, a visita do sábio padre Leonel Franca. Com este preferiu, porém, falar da obra de outro ilustre jesuíta, o padre J. M. de Madureira... Antônio Sales, seu conterrâneo, dedicou-lhe páginas interessantes, em *Retratos e Lembranças*. Dele é este

perfil, que diremos quase fiel: "Desconfiado e afetivo, modesto e ao mesmo tempo autoritário, ora meigo, ríspido até a impolidez, intolerante com muitas coisas e tolerante com outras, pessimista e capaz de fanatizar-se por uma pessoa ou por uma idéia, Capistrano é um problema psicológico impossível de se decifrar. Com o conselheiro Antônio Prado, amizade por usa vez herdada do tio deste, Eduardo Prado. A Assis Brasil dever-se-á, talvez, a modificação da opinião de Capistrano sobre os gaúchos, pois duas vezes conseguiu a ida do historiador à sua Fazenda de Pedras Altas, no extremo Sul do país. Visitou, porém, o Rio grande, como escreveu a Calógeras, aconselhando-o a fazer o mesmo, quanto à Argentina: como "mera esponja, tratando de absorver a maior quantidade de líquido", pois "a filtração se fará melhor no Rio"(102). De Araripe Júnior foi amigo, antes de com ele se incompatibilizar, como também ocorreu quanto a outros, que mencionaremos. A Calógeras transferiu, entre outras, a amizade de Alonso Adjuto. E entre os seus grandes amigos também deve ser incluído Aguiar Moreira. O poeta Alberto de Oliveira, o bibliotecário Aurélio Lopes de Sousa, os paulistas Alfredo de Toledo e Afonso de Freitas Júnior, o erudito arquivista português Antônio baião, o historiador pernambucano Alfredo de Carvalho, o prolixo rio-grandense Alfredo Varela, Alberto Faria e o campista Alberto Lamego encerram, decerto sem completá-la, a lista da letra A.

Com o Barão do Rio Branco ocorreu fato bem elucidativo do temperamento de Capistrano: foram

melhores as suas relações epistolares, de quanto o diplomata ainda estava ausente do Brasil, que as pessoais, depois de sua fixação no país. É o que revela a correspondência, guardada no Arquivo Histórico do Itamarati. Homem acima de tudo independente, o historiador não era dos que possam pertencer a determinados círculos, mesmo quando estes estejam centralizados por individualidades superiores, como a do segundo Paranhos, ou a de machado de Assis, nos primeiros tempos da Academia Brasileira de Letras, a que não quis pertencer.

De Batista Caetano de Almeida Nogueira, seu colaborador na publicação de um texto de Fernão Cardim, já mencionamos o necrológio que foi o primeiro trabalho de Capistrano na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1883. Também foi amigo do Bertino Miranda, o editor dos *Anais Históricos* de Bernardo Pereira de Berredo. E já aludimos ao pintor Benedito Calixto, "o bom Benê", seu companheiro nas permanências em São Vicente.

O vizinho Cassius Berlink, os alemães Carlos von den Steinen e Clemente Brandenburger, o conterrâneo Clóvis Bevilacqua, Coelho Neto, de quem traçou expressivo retrato, e Constâncio Alves, que sobre ele escreveu com tanto "humour" - figuram na letra C das amizades capistraneanas.

Domingos José Nogueira Jaguaribe, filho de Visconde de Jaguaribe, amigo desde a infância e por toda a vida, era o hospedeiro do historiador, em suas idas a São Vicente. Assistiu-lhe a morte, conforme sentida carta

a Calógeras: "As relações de nossas famílias datam de quase cem anos. Eles são de Icó, nós de Sobral. Maranguape nos reuniu." E acrescentou, traindo a generosidade com que anonimamente ajudava aos amigos: "Uma vez, disse-lhe: vamos escolher dentre de seus livros um, vamos revê-lo e emendá-lo; será sua mensagem."(103)

Domício da Gama mereceu de Capistrano dedicatória das mais calorosas, na edição de *O Descobrimento do Brasil pelos Portugueses*, de 1900. Sua morte foi das que mais sentiu, segundo Calógeras. Ex-ministro, como estes, também foi de suas relações o general Dionísio Cerqueira.

De Eduardo Prado mencionamos o necrológio feito por Capistrano, seu visitante na Fazenda do Brejão. De Emílio Augusto Goeldi foi dedicado tradutor. Para o comandante Eugênio de castro prefaciou o *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa*, um de seus últimos escritos. Entre os seus amigos do Ceará incluía-se Eusébio de Sousa, a quem eruditamente ainda escreveu vinte e oito dias antes de morrer, sobre os fonólitos de Quixadá. Edgard, Fernando Antônio e João Capistrano Raja Gabaglia, filhos de seu colega Eugênio, do Colégio de Pedro II, são, de seus amigos, dos mais recentemente desaparecidos os dois primeiros. Como também acontece a Edgard Roquette Pinto.

Ferdinand Briguiet, o livreiro; Franco da Rocha, Fernandes Figueira, Ferreira Viana (como o genro José e o neto Paulo José Pires Brandão); Francisco Sá e Francisco Ramos Paz - este também biografado pelo

historiador - seguem-se na lista. E dentre os amigos que passaram a desafetos inclui-se o professor Fausto Barreto.

Dom Guilherme Studart, o anglo-cearense Barão de Studart, "querido companheiro de infância", manteve relações por mais de 60 anos, "alisando os mesmos bancos". O que não impediu de, possuindo este cartas de João Antônio Andreoni, não o comunicar ao amigo, que disso se queixou ao Sr. Affonso de E. Taunay, pedindo-lhe que discretamente investigasse o caso, sem mencionar o seu nome, pois "santo de casa não faz milagre"(104). Também o goiano Guimarães Natal, Gentil de Assis Moura, Godofredo Leão Veloso e Graça Aranha figuram entre os amigos do historiador. Do norte-americano Herbert H. Smith traduziu, como vimos, seu livro de viagens, a título de auxílio pecuniário, Heráclito Domingues, antiquário cearense da sua Chile, também foi de suas amizades.

De João Pandiá Calógeras, amigo de 43 anos, "sem uma nuvem, sem um desfalecimento, no mais elevado convívio de espíritos que se possa imaginar"(105), recebeu Capistrano a mais alta demonstração de afeto. Tornando-se católico praticante, graças ao jesuíta J. M. de madureira, dele não se esquecia nem nas próprias orações(106). E, tendo o mesmo inaciano escrito notável obra, *A Liberdade dos Índios - A Companhia de Jesus - Sua Pedagogia e seus Resultados*, conseguiu que fosse revista pelo historiador. Mas, insistindo o padre para que também sobre ele escrevesse Capistrano, não o conseguiu, conforme este trecho de carta de Calógeras:

"Nosso amigo é avesso a escrever e acha desvalioso quanto lhe sai da pena. Esse feitio, com a idade, vai se tornando dominante. Já me disse que nada escreveria, que o estimava muito, e que a sua colaboração fora uma prova do muito apreço em, que o tem; mas que escrever era impossível, pois suas convicções próprias diferiam muito das do amigo e que, se a probidade científica lhe permitia a revisão, as convicções não consentiriam aprovar quanto está no livro."(107)

Outro xará, João Lúcio de Azevedo, por muitos anos correspondente em Portugal, apesar de autor de várias e valiosas obras relativas à História portuguesa e brasileira, tornar-se-á melhor conhecido entre nós, através de 267 cartas de 1916 a 1927 trocadas com Capistrano, hoje guardadas na Biblioteca Nacional.

João Brígido, o desabusado jornalista e historiador cearense, com o qual também se correspondeu; João Lopes, outro coestaduano; João ribeiro, que por ocasião de sua morte escreveu venerá-lo há quarenta anos; Joaquim Serra, que em 1875 o apresentou a Machado de Assis, tendo-o conhecido por intermédio de José de Alencar; Joaquim Nabuco, a quem teria auxiliado com informações históricas, quando advogado do Brasil na questão dos limites com a Guiana Britânica(108), embora nunca tivesse sido seu amigo, sendo-lhe até antipático, em certa época; o jesuíta alemão João Batista Hafkemeyer, do Rio Grande do Sul; John Casper Branner, o geólogo norte-americano, de quem conhecia até o gosto pelo feijão com carne-seca e pelo pirão de farinha(109); José Alexandre Teixeira de Melo, velho colega da

Biblioteca Nacional; José Veríssimo, crítico do qual divergiu, mas amigo cuja morte muito sentiu; José de Mendonça, mato-grossense, ex-aluno seu, no Externato Aquino, de quem dizia, a outro ex-aluno, o Sr. Affonso de E. Taunay: "procure-o, festeje-o e afague-o; tudo merece, tudo agradecerei"(110), Jerônimo de Avelar Figueira de Melo, diplomata cujas pesquisas nos arquivos europeus tanto o interessaram; Júlio Conceição, outro amigo paulista; José Pires Brandão, aqui já citado; José Carlos Rodrigues, a quem teria ajudado em sua notável *Biblioteca Brasiliense*; José Valdez Correia, conterrâneo que lhe veio recomendado, como aquele outro que assim encaminhou a um ministro: "Bulhões - este moço é cearense" - conseguindo imediatamente empregá-lo...

Este mesmo Leopoldo de Bulhões, o ilustre goiano a quem pediu licença para entrar em Goiás, 1914, ministro que autorizou a primeira impressão, destruída pelo fogo, de *rã-txa hu-ni-ki-î*, para os índios auxiliares de Capistrano era apenas "o cabeça vermelha" - *bux'ka tax-î*(111)... Leandro Bezerra Monteiro também foi seu correspondente, conforme depoimento de um neto, Geraldo Bezerra de Menezes(112). De Lino de Assunção, português, já foi mencionada a colaboração prestada a Capistrano nos arquivos e bibliotecas de seu país. E entre os amigos fraternais inclui-se o militar Luís Sombra, que do Acre trouxe os indígenas caxinauás necessários aos seus estudos, e a quem chamava "Marupiara", sinônimo indígena de "Providência".

Foi, provavelmente, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, o terceiro do nome, o amigo com quem mais

discutiu. Queriam-se muito, mas também muito divergiam, teimosos em seus pontos de vista, ambos profundos conhecedores da História do Brasil, mais forte na do Império o Andrada. Visitava-o em sua casa de São Bernardo o cearense, e terríveis eram as discussões em que se empenhavam, embora às vezes de origens perfeitamente fúteis, como, por exemplo, quanto à altura de José Bonifácio, o Patriarca, "baixote" para Capistrano, apenas "meão", para seu bisneto... O Sr. Affonso de E. Taunay, amigo de ambos, assistiu a muitas dessas turras, registrando-as em artigos e livro de agradável leitura(113). Encontrando-se na Europa, em 1917, escreveu e imprimiu Martim curiosa *Carta a Capistrano de Abreu*, na qual, além de lamentar a morte de Vieira Fazenda, apresentou as razões por que não retomaria a elaboração de *Os Andradas*, livro sobre seus antepassados.

Em Mário de Alencar continuou Capistrano, em amizade, a veneração votada ao pai, José de Alencar, para ele o maior dos ficcionistas brasileiros. As cartas àquele escritas mostrarão, quando publicadas, a intensidade desse sentimento, como o artigo com que Mário saudou o aparecimento dos *Capítulos de História Colonial* mostrou a admiração que lhe merecia o mestre(114). Com Machado de Assis, seu colega no estudo de alemão e inglês, como vimos, manteve Capistrano boas relações, embora os respectivos temperamentos não permitissem que chegassem à amizade franca. Miguel Arrojado Lisboa foi outro grande amigo seu, aureolado, ainda mais, pelo conhecimento e

serviços prestados ao Nordeste, de que nunca se esqueceu o filho de Columinjuba, nome que significa *menino amarelo*, e que Capistrano pronunciava com enternecimento. Ao seu convívio levou o sogro, conselheiro Silva Costa, como depois o genro, o cirurgião Dr. Iseu de Almeida e Silva, que ainda mantém esse sentimento de três gerações. Manuel Said Ali Ida, o grande filósofo há pouco desaparecido, ajudava-o na correção de provas tipográficas, tarefa nunca pequena para os verdadeiros escritores, e que Capistrano, por mais de uma vez, pôde retribuir-lhe com acréscimo e sugestões. Mário Behring, diretor da Biblioteca Nacional, Miguel Couto, o fraternal Manuel Mota, o senador Manuel de Melo Cardoso Barata, historiador e bibliógrafo – também têm lugar nas amizades capistraneanas.

Com os norte-americanos Orville A. Derby e Herbert H. Smith foi Capistrano ao Paraná, em 1885, a fim de assistirem à inauguração da Estrada de Ferro paranaense. Manteve com o geólogo as melhores relações, não sendo impossível que tenha contribuído para atrai-lo aos estudos históricos, que com proveito para nós também versou(115). Octavio de Sousa Leão foi outro de seus amigos. Com Oliveira Lima só por algum tempo manteve boas relações.

Paulo Prado também figura entre os principais titulares da amizade de Capistrano, merecendo referência não só a sua benemérita iniciativa da Série Eduardo Prado - "Para melhor se conhecer o Brasil", como a organização da Sociedade Capistrano de Abreu,

divulgadora de seu espólio, cultuadora de sua obra. "Convidando-o uma vez a ir à Europa", respondeu-lhe "com o seu ar *bourru*: Não gosto de taperas"(116)... O ex-aluno Paulo José Pires Brandão a Capistrano dedicou evocador capítulo em seu livro *Vultos do Meu Caminho*. O ex-senador e ministro do Império, também ex-presidente do Ceará, Pedro Leão Veloso, como o boêmio Paula Ney e o estudioso Paulino Nogueira, ambos cearenses; o varnhageano Pedro Lessa, Primitivo Moacir, baiano, o etnólogo Paulo Ehrenreich, cujas principais obras traduziu - igualmente figuraram nas relações de Capistrano.

A Pereira da Costa, o historiador pernambucano, conheceu no Recife, em 1884, quando de passagem para o Ceará. Além da troca de publicações e correspondência, no Rio se encontraram, em 1908. A ele escreveu Capistrano, em 1922, lamentando não poder ir ao Recife, a fim de ajudá-lo a rever os tão esperados *Anais Pernambucanos*(117).

Raimundo Antônio da Rocha Lima deve ter sido a primeira grande admiração de sua mocidade, sobre a qual deve ter exercido alguma influência positiva, ainda no Ceará. Ramiz Galvão, que o acolheu na Biblioteca Nacional em 1879, e a quem coube fazer o seu necrológio, no Instituto Histórico, 48 anos depois, sempre mereceu seu relativo apreço. Rodolfo Garcia pode ser considerado, em muitos pontos, o verdadeiro continuador de Capistrano, conforme em outro trabalho demonstramos(118). De Raul Pompéia foi amigo, dele entretanto se separando, talvez em conseqüência do

agressivo florianismo do autor de *O Ateneu*, que ajudou a rever. Muito sentiu, porém, seu trágico fim, como escreveu a Rodrigo Octavio(119), seu companheiro da alegre "Panelinha", reunião gastronômica de intelectuais. Por causa de Raimundo Correia rompeu com José do Patrocínio, com ele rudemente recusando-se a reatar relações mesmo no jubiloso dia 13 de maio de 1888. O austríaco Rudolph R. Schuller, etnólogo e pesquisador na Espanha e em Londres, para a Biblioteca Nacional, também teve a amizade do historiador. De Rui Barbosa não foi, nem poderia ser amigo, embora juntos tivessem estudado o grego.

De Sílvio Romero ora recebeu elogios, ora ataques, de acordo com a variabilidade de suas opiniões, conforme também já registramos(120).

Outros cearenses, o monarquista Tomás Pompeu de Sousa Brasil Filho, Tomé Mota e Virgílio Brígido, seu hospedeiro em fazenda fluminense, como também ocorria com José Cardoso Moura Brasil; outro baiano, o erudito Teodoro Sampaio; o maranhense Tasso Frago, o alemão Theodor Koch-Grünberg, o humorista Urbano Duarte, o mineiro Urbino Vianna, o farmacêutico Vicente Werneck - continuam a enorme lista. Outro bom amigo e colega foi Vieira Fazenda, bibliotecário e arquivista do Instituto Histórico, antes de Rodolfo Garcia. A Tobias Monteiro não poupou muitas farpas e alguns elogios.

Dos amigos de Capistrano felizmente ainda vivos, basta mencionar os nomes: Affonso de E. Taunay, Artur César Ferreira Reis, Assis Chateaubriand, Djalma Guimarães, Eugênio Raja Gabaglia, Gustavo Barroso,

Gustavo Lessa, Ildefonso Albano, Iseu de Almeida e Silva, Jaime Coelho, Manuel Cícero Peregrino da Silva, Maria Luísa da Mota Cunha Freire, Maurício de Castro.

"Quando a alguém se afeiçoava" - escreveu a Sra. Alba Cañizares Nascimento, em sua primeira biografia posta em opúsculo - "adotava-lhe a família toda. Nos lares amigos era-lhe disputada a presença, e suas visitas assinaladas como dias de festa." A amizade a Assis Brasil, Calógeras, Domingos Jaguaribe, Francisco Sá, Arrojado Lisboa e Mário de Alencar - estendia-se, entre outras, às respectivas parentelas.

XII - Por que não escreveu Capistrano de Abreu uma *História do Brasil*?

Pergunta habitual entre escritores que têm tratado de Capistrano de Abreu é a relativa ao fato de não ter ele escrito uma *História do Brasil* que abrangesse todo o nosso passado, do descobrimento à época de que foi contemporâneo.

Desde 1878, ao "Necrológio" de Varnhagen, traçara ele algumas das condições necessárias ao empreendimento. Em períodos nos quais a modéstia impedia a apresentação da própria candidatura, escreveu: "Esperemos que alguém, iniciado no movimento do pensar contemporâneo, conhecedor dos métodos novos e dos instrumentos poderosos que a ciência põe à disposição de seus adeptos, eleve o edifício, cujos elementos históricos já se podem perceber." E, depois de

citar esses indícios: "Por toda parte pululam materiais e operários; não tardará talvez o arquiteto. Que venha, e escreva uma história da nossa Pátria digna do século de Comte e Herbert Spencer. Inspirado pela teoria da evolução, mostre a unidade que ata os três séculos que vivemos(121). Guiado pela lei do *consensus*, mostre-nos a *rationale* de nossa civilização, aponte-nos a interdependência orgânica dos fenômenos, e esclareça uns pelos outros. Arranque das entranhas do passado o segredo angustioso do presente, e liberte-nos do empirismo crasso em que tripudiamos."(122) Refletem-se, nesse trecho, influências de leituras recentes, fortes à época, mas que não seriam definitivas, pois delas completamente libertou-se Capistrano, na maturidade.

Quatro anos depois, em novo trabalho "Sobre o Visconde de Porto Seguro", lembrou Capistrano a afirmação de João Francisco Lisboa de que a História do Brasil, "depois do livro de Varnhagen, não seria novamente escrita tão cedo". E acrescentou: As palavras de Timon se vão verificando: o trabalho é muito grande, as facilidades são pequenas, e, além disso, os homens que poderiam tomá-lo em si, vão desaparecendo. Se estudarmos a corporação que entre nós representa, ou que pelo menos deve representar, os estudos históricos; e lançarmos os olhos para o Instituto Histórico, veremos aí homens distintos, e que têm adiantado nossos conhecimentos em diferentes questões; nenhum, porém, será capaz de escrever uma história do Brasil. O motivo é este: cada século exige certas qualidades em quem o estuda. O século XVI exige aptidões que no século XVII

são dispensáveis. O século XVIII, por seu lado, põe em jogo faculdades novas. Ora, no Instituto Histórico, todos os que se entregam às investigações, têm aptidões para estudar principalmente a história contemporânea, e são insensíveis à nossa história primitiva. Até agora, apenas Cândido Mendes destoou. Varnhagen não dispunha inteiramente das qualidades necessárias para o estudo dos três séculos, mas possuía-as até certo grau." E, de novo eliminando-se por modéstia, opinou: "Só dois brasileiros poderiam escrever a história de nossa Pátria melhor do que ele o fez - Joaquim Caetano da Silva, com sua perspicácia maravilhosa, com sua lucidez de espírito, com seu gosto de minúcias, com seu estilo-álgebra, com seu saber interossímil; e João Francisco Lisboa, com seu modo abundante, com sua ironia ácida, com sua pungência doentia, com seu pessimismo previdente, com a intuição que fervilhava de suas páginas. Seriam dois belos livros, se fossem escritos."(123)

A necessidade do recurso aos arquivos portugueses, para o melhor levantamento da História do Brasil, desde logo apareceu, nítida, à compreensão de Capistrano,. Em carta ao amigo Tomás Lino de Assunção escreveu, a 12 de março de 1885: "A história do Brasil é um mundo, e o que existe nos arquivos portugueses pelo menos um continente. Seria preciso passar muitos anos aí, sem ter outra coisa a fazer, para dar cabo da tarefa. Peço-te, pois, que circunscreve tuas investigações ao século XVI."(124)

Em 1890 já havia, porém, amadurecido o plano para a elaboração de uma História do Brasil Colonial, conforme escreveu ao Barão do Rio Branco, em carta que

em 1942 divulgamos e aqui citamos, a propósito dos futuros *Capítulos de História Colonial*. Em 1901, em carta ao outro "Barão assinalado", o de Studart, confirmava o projeto de uma *História do Brasil*, em que aproveitaria capítulos já publicados, como os do descobrimento pelos portugueses e do povoamento do Sertão. No ano seguinte, em outra carta ao mesmo Studart, que também já citamos, acentuava, entretanto, seu desinteresse pela História Contemporânea, isto é, do século XIX brasileiro.

Caracterizou-se essa limitação natural do historiador, ao aparecer aquele livro, em 1907. Foi o que registrou, ao apreciá-lo, o consciencioso crítico José Veríssimo: "O que ele agora publica, com o título desprezencioso como ele próprio, de *Capítulos de História Colonial*, não é, infelizmente, ainda a obra completa e definitiva (quanto uma história o pode ser), que só talvez os seus longos, constantes e aproveitados estudos da matéria e seguro saber dela, nos podiam dar, e que tanto faz à nossa cultura. Entretanto, pelo volume, e como último resultado desses estudos e saber, é a principal e mais considerável publicação do Sr. Capistrano de Abreu, a síntese, como só talvez estava aqui no caso de fazer (e verificá-lo é bem triste para nós), de estudos que têm já perto de trinta anos."(125)

Da mesma forma, e na mesma ocasião, salientou o amigo Mário de Alencar: "... com esse preparo e essa aptidão, que já eram consumados em 1886, com o que aprendeu depois, em todo o tempo de magistério, por que não escrevia ele a *História do Brasil*? Era a pergunta

reiterada e instante dos amigos. Respondia que ainda não era chegado o tempo, ainda lhe faltava muita coisa. Excesso de honestidade, é que era: escrúpulo de consciência exigente de mais. Havia sempre um ponto obscuro a esclarecer, um documento a consultar, a necessidade de um manuscrito que pertencia a uma biblioteca da Europa: e entretanto ele ia derramando o saber em monografias, em artigos de jornais e revistas, e nos intervalos, alongados o mais possível, continuava o estudo". E mais adiante, quanto aos *Capítulos*, assegurou: "Ainda não é a História; é, porém, mais do que tudo anteriormente feito por ele; é já o alicerce da sua construção, são as paredes mestras do arcabouço acabado. Pelos fundamentos que ali estão, pelas paredes, sabe-se o que será o edifício e a arquitetura."(126)

Mais tarde, em 1914, agradecendo a José Veríssimo outro artigo de crítica, este relativo a *rã-txa hu-ni-ku-î*, Capistrano assim explicou a questão: "Quando pensei em consagrar-me à História do Brasil, resultado de uma leitura febricitante de Taine, Buckle e da viagem de Agassiz, feita ainda no Ceará, não me lembro se pretendia abarcar toda a história. Mais tarde reconheci que era necessário incluir a época contemporânea, mas a minha curiosidade dispersou-me a atenção por toda a parte e agora posso dizer como Monte Alverne: é tarde! é muito tarde!"(127)

Confirmou-o Capistrano, em 1917, em carta a João Lúcio de Azevedo: "Tenho presente a primeira vez em que veio a idéia de escrever a História do Brasil. Estava no Ceará, na freguesia de Maranguape, com poucos

livros, arredado de todo comércio intelectual. Acabava de ler Buckle no original, relia mais uma vez Taine, tinha acabado a viagem de Agassiz."(128)

Para que se veja como eram mal compreendidas, entre nós, as atividades de Capistrano, basta repetir o que, a respeito de seus estudos etnográficos e da necessidade, para o seu renome, de trabalho mais brilhante, registrou o conterrâneo e ex-condiscípulo Rodolfo Teófilo, em 1922: "Seu precioso tempo, cultura e mentalidade vai gastando no estudo da língua dos índios 'caxiuvás' (sic); melhor fora que o fizesse em obra de mais utilidade e relevância."(129)

Por ocasião da morte do historiador, voltaram ao mesmo tema da *História do Brasil* que deveria ter escrito, vários articulistas.

João Ribeiro, no *Jornal do Brasil*, lastimou "que ele não quisesse escrever toda a nossa História e só ele poderia fazê-lo com autoridade". Não deixou, entretanto, de acrescentar: "Fez, todavia, muito."(130) O que não impediu que, no mesmo periódico, certo Gonçalo Jorge visse, no fato (aliás hipotético) de ter-se Capistrano recusado "terminantemente a escrever o muito que de sua cultura gigantesca era de esperar" - talvez "o gesto de maior e mais desdenhosa ironia que ele teve para todos nós"(131).

Dois vultos de grande importância em nossas letras, Constância Alves e o Sr. Alceu de Amoroso Lima, no ano seguinte, 1928, por ocasião do aparecimento da 2ª edição dos *Capítulos de História Colonial*, concordaram na apresentação do mesmo motivo para justificar a falta

de uma *História do Brasil* escrita pelo extinto de 1927: a urgente necessidade de uma *História dos Jesuítas no Brasil*. "Deixou de escrevê-la - disse o primeiro - como devia ser escrita, porque há grandes lacunas na documentação. Contentou-se por isso com trabalhos fragmentários, certo de que seria prestar melhor serviço à verdade, apresentá-la por partes, em quadros restritos, mas completos, do que numa grande tela, com rasgões inevitáveis."(132) Não podendo fazer coisa completa, a seu jeito - registrou o segundo - preferiu pesquisar, desbastar, revelar e explicar o maior número de fontes possível para que o futuro possa vir a fazer o que ele julgava assim prematuro - *no atual estado dos nossos conhecimentos*."(133)

Também um compendiógrafo, Jônatas Serrano, formaria no coro dessas lamentações, três anos depois, em sua *História do Brasil*: "Pena é que não levasse a cabo uma *História do Brasil* de largas proporções segundo um plano pessoal."(134)

Salientando a necessidade do levantamento das histórias de "períodos fragmentários" ou regionais, assinalou, em 1934, no prefácio à 2ª edição de *Paulística*, Paulo Prado: "Foi diante dessa tarefa gigantesca que recuou a honestidade intelectual de Capistrano; preferiu ser o operário minucioso e incansável a erigir em areia incerta uma catedral disforme."(135)

Quem melhor viu e compreendeu a significação da obra de Capistrano, justificando-a quanto àquelas tão repetidas críticas, foi o historiador francês Henri Hauser,

em suas "Notes et Réflexions sur le Travail Historique au Brésil", publicadas na *Revue Historique*, de Paris, tomo CLXXXI, fasc. 1, de janeiro-março de 1937, pág. 89: "Cet historien, lui aussi trop peu connu en France, a contre lui de n'avoir pas attaché son nom à une ghrabde opeuvre, d'apparaître comme un essayiste. Mais si, pour être historien, il faut savoir étudier les textes, avoir un esprit critique toujours en éveil, distinguer entre les époques et donner au lecteur le sens aigu de ces différences, enfin écrire avec une sobriété élégante et faire revivre le passé, nous dirons que cet érudit, mort de notre temps dans un âge avancé, fut un grand historien. On peut fournir la preuve de cette qualité dans de simples momnographies aussi bien que dans des gros volumes."

Entre os brasileiros persistiam, entretanto, a propósito, sólidas incompreensões.

Outra versão, a respeito de uma *História do Brasil* a ser por ele escrita, e que reputamos menos provável, foi a registrada em 1938, por seu conterrâneo Antônio Sales (no livro *Retratos e Lembranças*, pág. 197), segundo a qual, cedendo a injunções dos amigos que lhe perguntavam por que não a escrevia, "chegou Capistrano de Abreu a munir-se de uma série de cadernos, e em cada um punha uma numeração de um capítulo, dos quais ia escrevendo o começo. Então era visto pela rua a sobraçar os cadernos, de que não se separava... senão quando, um belo dia, os esqueceu na Biblioteca Nacional, para não mais procurá-los".

Embora sem autoridade para afirmações tão categóricas, opinou em 1940 o Sr. Nelson Werneck

Sodré, em sua *História da Literatura Brasileira - Seus Fundamentos Econômicos*, que "o que falta à obra desse infatigável conhecedor das nossas coisas é justamente o método histórico". E mais: "Faltou a Capistrano, para ser o maior dos nossos historiadores, o lastro filosófico que daria unidade à sua pesquisa e ultimaria o seu esforço imenso."(136) Repetiu, assim, ampliada, a injustiça de Sílvio Romero, aliás posterior aos mais exagerados louvores (137).

Concordou, infelizmente, com asserção tão absurda, o Sr. Dolor Barreira, ao estudar, no Instituto do Ceará, em 1942, "Por que não escreveu Capistrano de Abreu a História do Brasil? Aceitando a audaciosa tese de que a ele "faltou capacidade filosófica", acrescentou-lhe, como suficiente resposta à pergunta, a carta de 1914, a José Veríssimo, aqui citada, que não nos parece tão decisiva a respeito (138).

Ainda há pouco tempo, por ocasião das comemorações do centenário do nascimento de Capistrano, não faltou quem incidisse em outro erro, supondo que ele, como Varnhagen, tenha se preocupado mais "com a escavação de documentos e a verificação de sua autenticidade, do que com as generalizações que os abrangessem e explicassem".

Exposta, assim, a matéria, quer nos parecer que a seu respeito tem havido, no Brasil, singular e constante equívoco, a propósito do valor da obra de Capistrano de Abreu. Equívoco devido mais aos leigos que dela se têm ocupado, críticos cheios de boa vontade, mas inabilitados para julgamento do caso. Partem da ingênua idéia de que

grande historiador é apenas aquele que escreve uma *grande obra* sobre determinado país, região ou época, e daí concluem que não tendo Capistrano escrito um trabalho do gênero, falhou à sua missão, não legou à posteridade a mensagem para a qual estava destinado. Errônea premissa, a nosso ver, que conduz à errônea conclusão. Nem é aquela a característica essencial de um notável historiador, nem é exclusivamente o citado o seu objetivo.

Concluindo, podemos afirmar que, embora sem escrever uma monumental *História do Brasil*, Capistrano de Abreu pôde ser o mais importante de nossos historiadores, por ter sido o primeiro a dar-lhe, mesmo em ensaios esparsos, profundidade técnica e sentido sociológico, interpretação moderna e elevada, fora dos limites da simples crônica, da história-narrativa-de-fatos. Para tanto, não foi apenas historiador, pois serviu-se de quase todas as ciências auxiliares da História, tornou-se um dos brasileiros mais cultos de seu tempo. Iniciando-se como crítico literário e jornalista, passou a ser também geógrafo e filólogo, americanista ou indigenista do mais alto teor, etnólogo e etnólogo de renome universal. Suas incursões em domínios científicos aparentemente alheios a História, propriamente dita, não foram "excursões, vilegiaturas, digressões", como assegurou um conferencista de seu centenário. Precursor de nossos estudos antropogeográficos histórico, também o podemos considerar pioneiro de nossa geopolítica, em sua mais extensa significação. Biógrafo, bibliógrafo, paelógrafo e epistológrafo, como dedicado tradutor bem mereceu o

título de naturalista, como filósofo da História, e de sociólogo. Escritor que sabia redigir como poucos de seu tempo, como estilista figura em nossa literatura. Um título, porém, lhe basta, e este incontestável - é o maior de nossos historiadores.

NOTAS

1. PEDRO GOMES DE MATOS – Capistrano de Abreu – Vida e Obra do Grande Historiador (Fortaleza, 1953), passim. – Rodolfo Teófilo – “O Ateneu Cearense”, no *Almanaque Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1922*, págs. 500-501. – Dolor Barreira – *História da Literatura Cearense*, tomo I (Fortaleza, 1948), págs. 89 e 101.
2. TRISTÃO DE ATAÍDE – *Estudos*, 4ª série (Rio de Janeiro, 1931), págs. 162-163. – Pedro de Matos – op. cit., passim. – Joaquim Serra – “Cartas a Machado de Assis”, na *Revista da Academia Brasileira de Letras*, do Rio de Janeiro, ano II, nº 5, de julho de 1911, pág. 70.
3. J. CAPISTRANO DE ABREU – “Necrológio” cit., transcrito em *Ensaio e Estudos (Crítica e História)*, 1ª série, publ. da Sociedade Capistrano de Abreu (Rio de Janeiro, 1931), págs. 127, 133, 139-40 e 141.
4. B.F. DE RAMIZ GALVÃO (Barão de Ramiz) – Necrológio de Capistrano de Abreu, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 101, 1º de 1927, vol. 155 (Rio de Janeiro, 1928), pág. 461. – Em carta ao presidente do Instituto Histórico, Conde de Afonso Celso, de 8 de outubro de 1917, lida em sessão do dia 16 (*Revista do Instituto*, tomo 82, de 1917, vol. 136, pág. 833), transcrita pelo Sr. J. A. Pinto do Carmo na *Bibliografia de Capistrano de Abreu*, págs. 59-60,

mencionou paternalmente o provinciano bisonho, e com o exemplo, com a convivência dos admiráveis colaboradores, hoje todos mortos, que soube reunir na Biblioteca Nacional, acompanhou-se os primeiros passos nos estudos a que o Instituto Histórico tem dado impulso e direção desde 1838”.

Na prova escrita de Filosofia do concurso para admissão ao quadro da Biblioteca Nacional, quanto à moral individual seguiu Capistrano o compêndio de July, determinando os deveres dos homens pelos seus direitos. Como indício de sua futura orientação de historiador, aí definiu a moral da inteligência como “a investigação da verdade, a sua propagação”. Quanto à moral religiosa foi, a um tempo, tão sucinto quanto prudente. A um preceito de Kant (“obra de modo que as tuas ações possam servir de modelo às dos outros homens”), acrescentou uma variante: “obra de modo que todas as tuas ações tornam mais vivo em ti o amor de teu criador”. (Conforme documento do Arquivo Nacional, revelado pelo respectivo diretor, Sr. E. Vilhena de Moraes, em palestra realizada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a 3 de novembro de 1953, no dia seguinte noticiada no *Jornal de Comércio*).

5. DOLOR BARREIRA – op. cit., tomo I, pág. 101.

6. Publ. na *Revista da Academia Brasileira de Letras*, ano XXII, nº 119, de novembro de 1931. vol. XXXVII, págs.370-371.

7. Revista *Euclides*, tomo 2, nº 7, de 1º de junho de 1940, pág. 101.

8. J. A. PINTO DO CARMO – op. cit., págs. 37-38. – Com Valentim Magalhães teria Capistrano um incidente em 1885, a propósito de sua saída da *Gazeta de Notícias*, conforme publicação daquele em *O País*, de 4 de junho desse ano, e respostas, no dia seguinte, nas “Publicações a Pedidos” da *Gazeta*, de Ferreira de Araújo, Capistrano de Abreu e Dermeval da Fonseca. – Reconciliaram-se, porém, mais tarde, pois, em 1892, escrevia-lhe Valentim, pedindo o pagamento de 15\$000 de sua quota em jantar do Clube Rabelais... – Também a propósito de declaração

no mesmo jornal, foi Capistrano processado por Melo Moraes Filho, recusando-se a usar o habitual “testa-de-ferro”. (Constâncio Alves – “Capistrano de Abreu”, artigo no *Jornal do Comércio* de 11 de outubro de 1928, transcrito na *Revista Brasileira de Letras*, ano XIX, nº 84, de dezembro de 1928, vol. XXVIII, págs. 439-449). Ver, a respeito, as últimas linhas deste capítulo.

9. Estudando, aí, as profissões do século XVI, que a própria legislação assinalava serem diferentes das indústrias, registrou e caracterizou as dos oleiros, cavouqueiros, pedreiros, carpinteiros, ferreiros, pescadores, criadores de gado, curtidores, seleiros, alpargateiros e talvez sapateiros, tecelões, mercadores e, afinal, a mais importante, a dos lavradores. Prometendo tratar, posteriormente, da indústria, não o fez.

10. Machado e Capistrano estudaram inglês com o Professor Eduardo F., Alexander. (*Exposição Machado de Assis*, publ. do Centenário do Nascimento de Machado de Assis – 1839-1939, ed. do Ministério da Educação e Saúde (Rio de Janeiro, 1939), pág. 101). – Sílvio Romero, em suas *Zeuerissimações Ineptas da Crítica*, de 1909, págs. 62-63, apresentou Capistrano a Machado como alunos de alemão do Prof. Carlos Jansen, acusando o historiador de intrigá-lo com este último. – Convém notar que o conhecimento da língua alemã não justifica sugestões, já aparecidas e contestadas, referentes a uma forte influência germânica na obra de Capistrano, a partir daquele estudo.

11. “*As Memórias Póstumas de Braz Cubas* são um romance?” – Convém lembrar que também pela época do aparecimento das *Memórias* comentou o noticiário da *Revista Ilustrada*, de Ângelo Agostin, que muita gente iria ser reconhecida entre as suas personagens, o que equivalia a considerá-las um romance *à clef*.

12. “Batista Caetano. Notas de um amigo”; na *Gazeta de Notícias* de 28 de dezembro de 1882 e na *Revista* cit., tomo XLVI, parte I, de 1883, vol.

66, págs. 243-246. Foi este o primeiro trabalho de Capistrano publicado pelo Instituto Histórico, para o qual entraria como sócio em 1887.

13. A crítica cit., aparecida em artigos da *Gazeta de Notícias*, foi reproduzida em *Ensaio e Estudos (Crítica e História)*, cit., 3ª série (Rio de Janeiro, 1938), tendo a págs. 177-178 a defesa de Alencar. – Os artigos de 12 a 20 de dezembro de 1882, também da *Gazeta*, não foram mencionados pelo bibliógrafo de Capistrano. – A referência na *Revista do Centro Literário* repetiu-a Mário de Alencar no artigo “Capistrano de Abreu”, de 23 de dezembro de 1907, publ. no *Almanaque Brasileiro Garnier*, de 1909, págs. 358-363.

14. “V. Hugo produziu já entre nós, principalmente no Norte, certo movimento de imitação, que começou em Pernambuco, a escola hegoísta, como dizem alguns, ou a escola *condoreira*, expressão que li há algumas semanas num artigo bibliográfico do Sr. Capistrano de Abreu, um dos nossos bons talentos modernos” (Machado de Assis – “A Nova Geração”, na coletânea intitulada *Crítica*, em 1910 organizada por Mário de Alencar, reed. Garnier, s.d. [1924], págs. 109-110).

15. LÚCIA MIGUEL-PEREIRA – “Um crítico”, art. no jornal *O Estado de S. Paulo*, de São Paulo, de 5 de dezembro de 1949.

16. *Catálogo da Exposição de História do Brasil realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, a 2 de dezembro de 1881, nos *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. IX, de 1881, 2 tomos.

17. Em art. da série intitulada “História Pátria”, publicado na revista *Kosmos*, do Rio de Janeiro, em janeiro de 1905, ao mencionar, no texto, a expedição atribuída a André Gonçalves, esclareceu, em nota: “Esta notícia deve-se a Gaspar Correia, cuja autoridade ficou profundamente abalada depois do estudo de Hümmereich sobre Vasco da Gama.” (Conforme a transcrição em *O Descobrimento do Brasil*, reed. da Sociedade Capistrano de Abreu [Rio de Janeiro, 1929], pág. 3110. – Nos *Capítulos de História*

Colonial, de 1907, absteve-se Capistrano de mencionar o comandante da primeira expedição exploradora (Conforme a 3ª ed. [Rio de Janeiro, 1934], págs. 28-29). – Vários nomes para ele foram sugeridos, sendo mais aceita, atualmente, a possibilidade de ter esse comando competido a Gaspar de Lemos, o mesmo capitão da frota cabralina que levou a notícia do descobrimento. Discutiu a matéria William Brooks Greenlee, em “The Captaincy of the Second Portuguese Voyage to Brazil, 1501-1502”, na revista *The Americas*, da Academia de História Franciscana da América, de Washington, D.C., vol. II, de 1945, págs. 3-12. (Conforme nossa *História do Brasil Colonial* (São Paulo, 1952, pág. 40).

18. Em nota ao prólogo da edição da *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*, de Simão Pereira de Sá (Rio de Janeiro, 1900), explicou Capistrano que novas investigações haviam demonstrado datar a *Gazeta Alemã* de “1514”. (Op. cit., pág. XXXVII). Conseqüentemente, em seus *Capítulos de História Colonial*, mudou o ano da expedição de D. Nuno Manuel para “1513” (3ª ed. cit., pág. 32).

19. Certamente não o fez porque, entre 1882 e 1906, muitas modificações no referido plano ter-lhe-iam sugerido os seus estudos.

20. J. CAPISTRANO DE ABREU – “Sobre o Visconde de Pôrto Seguro”, trabalho de 1882, reproduzido nos *Ensaio e Estudos (Crítica e História)*, 1ª série, cit., págs. 193-217.

21. JOSÉ VERÍSSIMO – Artigo de crítica intitulado “O Sr. Capistrano de Abreu”, na seção “Revista Literária” do *Jornal do Comércio* de 16 de setembro de 1907, relativo aos *Capítulos de História Colonial*, mas com referência à sua obra anterior; reproduzido na *Revista da Academia Cearense*, tomo XV (Fortaleza, 1910), págs. 202-211.

22. CARLOS VON KOSERITZ – *Imagens do Brasil*. Tradução, prefácio e notas de Afonso Arinos de Melo Franco (São Paulo, 1943), pág. 110.

23. A. S. R. [Antônio Simões dos Reis] – “Capistrano de Abreu (Para a sua Bibliografia)”, na revista *Euclides*, cit., pág. 101.
24. *Gazeta Literária*, do Rio de Janeiro, ano II, nº 20 de 24 de novembro de 1884, págs. 377-380.
25. AFONSO DE FREITAS JUNIOR – “Discurso proferido na Sessão Magna de 1º de Novembro” (de 1927), na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XXV, de 1927 (São Paulo, 1928), pág. 609.
26. Guardada no Arquivo Histórico de Ultramar, de Lisboa, e publicada, em parte, pelo Sr. Manuel Múrias na Revista *Ocidente*, de Lisboa, vol. IV, nºs 9 e 11, de janeiro e março de 1939; totalmente, pelo Sr. Lupis Silveira, nos *Documentos dos Arquivos Portugueses que importam ao Brasil*, n167s 6, 9 e 10, de março, setembro e novembro de 1945; depois, em volume – *Cartas de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção* (Lisboa, 1946), IV-88p. – A Sociedade Capistrano de Abreu possui cópia dessa correspondência, tirada em Lisboa, antes das referidas publicações, pelo General Francisco Jaguaribe Gomes de Matos.
27. Guardada no Arquivo Histórico do Itamarati, do Ministério das Relações Exteriores. Em grande parte inédita, será integralmente publicada, em breve, pelo Instituto Nacional do Livro, como contribuição ao centenário de nascimento de Capistrano de Abreu.
28. Na *Revista do Brasil*, do Rio de Janeiro, 3ª fase, ano IV, nº 32, de fevereiro de 1941, págs. 90-92, publicamos essa interessante carta de Capistrano ao Barão do Rio Branco, assim como a que se lhe seguiu, de 21 de maio de 1888.
29. Op. cit., vol. I (Rio, 1939), 2ª parte – “No Brasil Colonial, 1727-1822”, caps. I a VI, págs. 283-362.

30. RODOLFO GARCIA – Nota à Seção XXIV da 4ª ed. integral do tomo II da *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Narnhagen (São Paulo, 1948 [1950], págs. 78-79).

31. No artigo “Fernão Cardim, autor da *Informação da Província do Brasil para nosso Padre*, de 31 de dezembro de 1583”, publ. no *Jornal do Comércio* de 30 de dezembro de 1945; e em sua grandiosa *História da Companhia de Jesus no Brasil*, tomo VII (Rio, 1949), págs. 135 e 280.

32. Capistrano o assegurou no prefácio datado de 20 de janeiro e publicado no *Diário Oficial* de 4 de abril de 1886. Apesar de ter sido editada, posteriormente, com outros títulos (“Trabalhos dos Primeiros Jesuítas no Brasil”, na *Revista do Instituto Histórico*, tomo LVII, parte I, de 1894, vol. 89, págs. 213-247) e atribuída a Anchieta na edição de suas *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões* (Rio, 1933), como em publicação do Ministério da Educação (*Primeiros Aldeamentos na Bahia*, 1946) – concordou Serafim Leite, S. I., com Capistrano de Abreu, na atribuição ao padre Luís da Fonseca, em sua cit. *História da Companhia*, tomo VIII, pág. 255.

33. Conforme sua Carta XVIII, a Lino de Assunção, de 5 de junho de 1886, à pág. 49 da publicação em livro, cit., do Sr. Luís Silveira. – E carta de Capistrano ao Sr. Affonso de R. Taunay, de 23 de julho de 1921, no trabalho deste – “Antonil e sua obra – Estudo biobibliográfico”, na edição de 1923 da *Cultura*, págs. 42-43.

Curioso será notar que a 26 de junho de 1893, do Ceará, de regresso da Europa, também Guilherme Studart escrevesse a Capistrano, noticiando-lhe ter chegado à mesma identificação. (“Uma Questão Bibliográfica”, na *Revista do Instituto do Ceará*, tomo LIV, de 1940. pág. 69).

34. Sobre “A primeira versão do *Tratado da Terra do Brasil, de Pero de Magalhães Gandavo*”, inclusive a questão da entrada de Martim Carvalho

às terras hoje mineiras, publicamos um estudo na *Revista de História*, de São Paulo, ano IV, nº 15, de julho-setembro de 1953, págs. 89-95.

35. ALCIDES BEZERRA – “Capistrano, Ensaísta e Crítico”, no *Boletim de Ariel*, do Rio de Janeiro, ano II, nº 4, de janeiro de 1933, pág. 84.

36. ESCRAGNOLLE DÓRIA – *Memória Histórica – Comemorativa do 1º Centenário do Colégio de Pedro Segundo – 1837-1937* (Rio, s.d. [1938]), pág. 200.

37. Nessa carta, a ser brevemente publicada, recusava-se Capistrano a aceitar o convite para fazer parte de uma sociedade em organização, talvez a Academia Brasileira de Letras, de que já se cogitava. Confirmou-o, em carta autobiográfica de 18 de agosto de 1901, ao Barão de Studart: “Não quis fazer parte da Academia Brasileira, e é avesso a qualquer sociedade, por já achar demais a humana.”

38. Convém notar que falta a respectiva introdução, à transcrição crítica feita no volume intitulado *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, em 1930 editado pela Sociedade Capistrano de Abreu.

39. Cf. Helio Vianna – “A cátedra de História do Brasil no plano universitário”, aula inaugural na Faculdade Nacional de Filosofia, a 1º de dezembro de 1939, publ. na revista *Educação e Administração Escolar*, do Rio de Janeiro, nºs 13-16, de setembro-dezembro do mesmo ano; “O Ensino da História do Brasil”, na revista *Cultura Política*, do Rio de Janeiro, nº 26, de abril de 1943, págs. 118-120; “O Ensino da História do Brasil no Curso Secundário”, em *O Ensino da História do Brasil*, publ. da Comissão da História do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (MÈXICO, 1953), págs. 37-40.

40. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Epitácio Pessoa, Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores em Março de 1900* (Rio de Janeiro, 1900), pág. 263.

41. ESCRAGNOLLE DÓRIA – *Memória Histórica*, cit., págs. 200-201.

42. “Segundo ouço dizer, o Sr. Capistrano de Abreu, lente sabedor de mais para a pouca vontade de aprender das últimas gerações de rapazes, não terá talvez conseguido ensinar a muitos as listas das capitanias e o rol dos governadores-gerais em que quase se cifra aqui o ensino da história nacional, mas terá feito mais e melhor, dando a alguns, a compreensão de nossa geografia e história, e a todos os que não são indignos de aprender com ele, alguma coisa do seu muito saber destes assuntos” – José Veríssimo, artigo de 1907, cit. em nossa nota 21, pág. 207 da *Revista da Academia Cearense*, citada. – Note-se que José Veríssimo fora, até pouco tempo antes da saída de Capistrano, isto é, até agosto de 1898, diretor do Externato do Ginásio Nacional. (Cf. Francisco Prisco – *José Veríssimo, sua Vida e suas Obras* [Rio de Janeiro, 1937], pág. 80.)

Em momento de mau humor escreveria Capistrano a Mário de Alencar: “Felizmente tive alunos, nunca tive discípulos e nunca os cobicei.”

43. A João Brígido, de 1883, no *Anuário do Colégio Pedro II*, vol. IX, de 1935-36, pág. 244; a Studart, guardadas no Instituto do Ceará, mal transcritas ou resumidas pelo Sr. Gomes de Matos – op. cit., págs. 193-209; publicadas, outras, com úteis anotações do Sr. Raimundo Girão, no *Unitário*, Jornal de Fortaleza, números de 22, 23 e 24 de outubro de 1953.

44. Publicadas pelo Sr. Geraldo Bezerra de Menezes em artigo sobre “Capistrano de Abreu” no jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, de 23 de abril de 1944.

45. Transcrita no vol. *Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*, cit., págs. edição-79.

46. Idem, págs. 59-62. Publicada, antes, com a primeira parte da versão inicial do ensaio de Capistrano, na *Revista do Instituto Arqueológico e*

Geográfico Pernambucano, vol. XII, nº 65, de junho de 1905 (Recife, 1907), págs. 84-88.

47. Transcrição nos *Ensaio e Estudos (Crítica e História)*, 3ª série, cit., pág. 148.

48. “Solís e primeiras explorações”, art. publ. a 24 de janeiro de 1900, no *Jornal do Comércio*, incluído no vol. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, cit., págs. 9-24. – Cf. Helio Vianna – “José Toríbio Medina”, conferência na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, por ocasião do centenário de nascimento de Medina, na revista *Verbum*, tomo X, fasc. 1, de março de 1953, pág. 43.

49. Ambos os apógrafos da *História Topográfica* existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro estão incompletos, assinalou Capistrano a págs. XXXIV do prefácio de sua edição. Contém esta exatamente seja esta a parte mutilada. Falta-nos assim a crônica do primeiro povoamento de S. Pedro” (pág. XXXV). Entretanto, em sua “Bibliografia Capistraneana”, cit., anotou o Sr. Tancredo de Barros Paiva: “Uma cópia, que pertenceu ao padre José M. dos Santos Mota, vendida em 1925 em Lisboa, tinha 743 artigos.” Onde andar?

50. WILHELM ROSCHER – *Politik: Geschichtliche Naturlehre der Monarchie, Aristokratie und Demokratie* (Stuttgart, 1892), pág. 34. (Nota de Capistrano)

51. “Sobre a Colônia do Sacramento”, prólogo à referida ed. da *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento* (Rio de Janeiro, 1900), pág. XXXIV.

52. Op. cit., 1º vol. fac. I, de julho de 1936, verbete “João Capistrano de Abreu”.

53. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXIII, parte I, de 1900, vol. 101 (Rio de Janeiro, 1091), págs. 5-13.
54. Conforme carta de Capistrano ao Barão de Studart, de Santa Rita de Passa Quatro, 20 de março de 1899.
55. Conforme a transcrição em *Ensaaios e Estudos (Crítica e História)*, 1ª série, cit., pág. 341.
56. Neste, como no caso da identificação de Brandônio como Ambrósio Fernandes Brandão, também apareceu um argumentador, destituído de documentos novos, para tentar reacender a extinta aleivosia. Pulverizou-o, porém, um inaciano, o Padre Hélio Abranches Viotti, S. J., em artigos no *Jornal do Comércio*, de 17 e 24 de maio de 1953.
57. Conservada no Instituto do Ceará, em Fortaleza.
58. Em *Ensaaios e Estudos (Crítica e História)*, 2ª série, cit., págs. 32-33.
59. EUGÊNIO DE CASTRO – “Calógeras e Capistrano”, art. no *Diário de São Paulo*, de 16 de setembro de 1934, depois incluído no *In Memoriam – Calógeras na opinião de seus contemporâneos* (São Paulo, 1934), págs. 239-243.
60. EUGÊNIO DE CASTRO – Idem.
61. Verifica-se, de uma dessas cartas, a de 12 de abril de 1905, que os artigos da *Kosmos* resultaram do projeto, em 1903 formulado pelo autor, de anteceder cada volume da *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, “de uma introdução de cem páginas, fazendo a síntese do período correspondente”.

62. RODOLFO GARCIA – “Ensaio Biobibliográfico sobre Francisco Adolfo de Varnhagen – Visconde de Pôrto Seguro”, trabalho de 1928, reproduzido em “Apenso ao tomo II da 3ª integral da *História Geral do Brasil* (São Paulo, s.d. [1930]), pág. 448.

63. Carta conservada no Arquivo do Instituto do Ceará, de 5 de junho de 1902.

64. JOAQUIM MANUEL DE MACEDO, autor de um volume de *Lições de História do Brasil*, que teve numerosas edições, apesar de seus reconhecidos defeitos.

65. Original no Arquivo Histórico do Itamarati, do Ministério das Relações Exteriores. Publicamos o texto transcrito em “Cartas de Capistrano de Abreu ao Barão do Rio Branco”, na revista *Cultura Política*, nº 17, de julho de 1942, pág. 337 – “Primeiro projeto dos *Capítulos de História Colonial*”.

66. Cartas que guardam no Instituto do Ceará, em Fortaleza.

67. AFFONSO DE R. TAUNAY – “Martim Francisco III”, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XXXI, de 1933-1934 (São Paulo, 1936), pág. 78.

68. “Não se inquiria, porém, o meio de conseguir tal independência vagamente conhecida, tão avessa a índole do povo a questões práticas e concretas. Preferiam divagara sobre o que se faria depois de conquistá-la por um modo qualquer, por uma série de sucessos imprevistos, como afinal sucedeu.” – *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, 3ª ed. (Rio de Janeiro, 1934), pág. 240.

Noutras oportunidades mais claramente manifestou Capistrano seu pouco apreço pela “chamada Conjuração Mineira” (“Clérigos e Leigos”, artigo de 1903), a ela desprezivelmente se referindo em crítica do mesmo ano, a propósito de documento relativo a Joaquim Silvério dos Reis: “Não será

para estranhar que algum jovem nortista, intrigado pelas honras prestadas a Tiradentes em detrimento dos Mascates e dos republicanos de 17, se proponha a provar que Silvério foi um benemérito, porque a conjuração mineira nunca adquiriu uma arma nem passou de conversas ociosas, queria a desmembração do Brasil e não sua unidade, avançava um movimento destinado a falhar, miseravelmente, sem o abalo simultâneo das colônias espanholas, etc, etc. já não se fez coisa semelhante com Calabar?” (*Ensaios e Estudos*, cit., 3ª série, págs. 36 e 184-185).

69. Páginas 145 e 188, 121 e 144, 168, 150 e 153, por exemplo.

70. PAULO PRADO – *Paulística*, 2ª ed. (São Paulo, 1934), pág. 233.

71. A páginas 112, 121, 148 e 192 da cit., 3ª dos *Capítulos*.

72. Pág. 192. Esse desejo de Capistrano realizou-o, felizmente, o Dr. Serafim Leite, S.J., com sua monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil*, em 10 tomos, de 1938 a 1950 publicados em Lisboa e no Rio de Janeiro.

73. Op. cit., nos *Anais do Museu Paulista*, tomo IV, cit., pág. 499.

74. “O Descobrimento do Brasil, Povoamento do solo – Evolução social”, memória inserta no *Livro do Centenário – 1500-1900* (Rio de Janeiro, 1900), transcrita em *O Descobrimento do Brasil*, cit. (Rio de Janeiro, 1929), págs. 328-329.

75. EUGÊNIO DE CASTRO – Artigo citado na nota 59. – Referia-se Capistrano, na última frase, à senhora de Calógeras.

76. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXXII, de 1917, vol. 136, págs. 764-765.

77. Conforme Carta de Capistrano de Abreu a José Veríssimo, agradecendo crítica feita à *rã-txa hu-ni-ku-î*, de 21 de janeiro de 1914, publicada na *Revista da Academia Brasileira de Letras*, ano XXII, nº 119, de novembro de 1931, vol. XXXVII, pág. 371. O artigo de Veríssimo, publicado no *Imparcial* do dia 18 do mesmo mês, elogiava obra desinteressada, que poucos leitores teria, mas que era “prova de rara virtude intelectual”. Salientou, também, o estilo, “muito seu, em que intimamente se casam bonomia e simplicidade e uma leve ironia, e a língua, sem apuros de forma tem uns laivos arcaicos e umas audácias modernistas”.

78. Carta ao Arquivo do Instituto do Ceará.

79. AFONSO DE FREITAS JUNIOR – “Discurso” mencionado na nota 25, págs. 610-611. - Possui a Biblioteca da Sociedade Capistrano de Abreu exemplar do livro *Capitanias Paulistas*, de Benedito Calixto, fartamente corrigido por seu patrono, até a pág. 31.

80. AFFONSO DE E. TAUNAY – “Algumas cartas de Capistrano de Abreu”, no *Jornal do Comércio* de 16 de maio de 1943.

81. Transcrição em *Ensaaios e Estudos*, cit., 2ª série, pág. 135.

82. AFFONSO DE E. TAUNAY – “Algumas cartas de Capistrano de Abreu”, no *Jornal do Comércio* de 9 de maio de 1943, nota.

83. AFFONSO DE E. TAUNAY – “Algumas cartas de Capistrano de Abreu”, no *Jornal do Comércio* de 13 de junho de 1943.

84. Transcrição nos *Ensaaios e Estudos*, cit., 2ª serie, pág. 172.

85. AFFONSO DE E. TAUNAY – “Algumas cartas”, cit., no *Jornal do Comércio* de 16 de maio de 1943. Na *Revista do Instituto Histórico*, tomo

82, de 1917, vol. 136, págs. 743, 764-765, 833 e 854 encontram-se referências a respeito. A carta de Capistrano ao Conde de Afonso Celso, presidente do Instituto, foi transcrita por J. A. Pinto do Carmo – op. cit., págs. 59-60.

86. Carta à filha Matilde.

87. Carta na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

88. JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS – “Capistrano de Abreu”, conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, realizada a 13 de setembro de 1927, publ. na respectiva *Revista*, tomo 101, 1º de 1927, vol. 155 (Rio de Janeiro, 1928), págs. 344-355, transcrita em seu livro *Res Nostra...* (São Paulo, 1930), pág. 3 a citação. (Vol. em 1936 reeditado com o título de *Estudos Históricos e Políticos*).

89. E. VILHENA DE MORAES E CASSIUS BERLINK – Caxias – Apontamentos para a *História Militar do Duque de Caxias, por Eudoro Berlinck* (Rio de Janeiro, 1934), “Introdução”, do primeiro, e artigo do segundo.

90. Carta guardada no Arquivo Histórico do Itamarati, do Ministério das Relações Exteriores.

91. Em seu *Diário* de 1862, que se guarda no Museu Imperial, de Petrópolis, na introdução datada de 31 de dezembro de 1861, registrou D. Pedro II: “Não tenho tido, nem tenho validos, caprichando mesmo em evitar qualquer acusação a tal respeito, sobretudo quanto a Validas.” (Cf. Helio Vianna – “Um ano da vida de D. Pedro II em seu *Diário* de 1862”, capítulo do livro *Letras Imperiais*, a aparecer.)

92. J. PANDIÁ CALÓGERAS – *Formação Histórica do Brasil*, 1ª ed. (Rio de Janeiro, 1930), cap. XII: “Evolução partidária. Liberdade dos nascituros. Questão religiosa. *Desafeição pelo Império*”.
93. Carta a J. Lúcio de Azevedo, na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.
94. RODOLFO GARCIA – “Explicação” no tomo II da 3ª ed. integral da *História Geral doo Brasil*, de Varnhagen, cit., pág. 5.
95. JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS – Conferência cit., na nota 88, pág. 9 da *Res Nostra...*
96. PAULO PRADO – *Paulística*, 2ª ed. cit., pág. 234.
97. Op. cit., ed. do Centenário de Rui, págs. 409-410.
98. JOÃO RIBEIRO – “Cartas de Capistrano”, artigo no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, de 18 de dezembro de 1927, transcrito em *Autores e Livros*, suplemento literário do jornal *A Manhã*, ano IV, vol. VI, nº 5, de 6 de fevereiro de 1944, pág. 70.
99. E. ROQUETTE PINTO – “Capistrano de Abreu”, art. transcrito no *Boletim do Museu Nacional*, do Rio de Janeiro, vol. IV, nº 1, de março de 1928, pág. 3.
100. Carta a J. Lúcio de Azevedo, de 14 de setembro de 1916.
101. E. ROQUETTE PINTO – Artigo cit., pág. 2.
102. EUGÊNIO DE CASTRO – Artigo cit. na nota 59.

103. JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS – Conferência cit., pág. 5 da *Res Nostra...*
104. Carta publicada no *Jornal do Comércio* de 13 de junho de 1943.
105. JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS – Conferência cit., pág. 3 da *Res Nostra...*
106. “J’invoque et j’implore votre miséricorde infinie et paternelle en faveur de Martim Francisco et de Capistrano, deux bons, deux justes qui vécurent selon votre loi”, etc. – João Pandiá Calógeras – *Ascensões d’Alma – Uma Página Íntima* (Rio de Janeiro, 1934), pág. 9.
107. ANTÔNIO GONTIJO DE CARVALHO – *Calógeras* (São Paulo, 1935), págs. 153-154.
108. JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS – Conferência cit., pág. 4 da *Res Nostra...*
109. EUGÊNIO DE CASTRO – Artigo cit.
110. Cartão-postal de 18 de setembro de 1919.
111. “Nota Explicativa” a *rã-txa hu-ni-ku-î*, 2ª ed. (Rio de Janeiro, 1941), pág. 10.
112. “Capistrano de Abreu”, artigo em *A Manhã*, cit. na nota 40.
113. Em numerosos artigos do *Jornal do Comércio* e na biografia “Martim Francisco III”, publ. na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XXXI, de 1933-1934, cit., págs. 5-88.

114. “Capistrano de Abreu”, artigo de 23 de dezembro de 1907, publ. no *Almanaque Brasileiro Garnier* de 1909, págs. 358-363.
115. Cf. Affonso de E. Taunay – “Derby e a História do Brasil”, em *Orville A. Derby (1851-1951) Alguns Aspectos de sua Obra* (Rio de Janeiro, 1951), págs. 51-52.
116. PAULO PRADO – *Paulística*, 2ª ed., pág. 234.
117. *Revista de História de Pernambuco*, ano I, nºs 5-6, de dezembro de 1927, pág. 28.
118. HELIO VIANNA – “Varnhagen, Capistrano e Garcia”, trabalho adiante incluído.
119. RODRIGO OCTAVIO FILHO – “A Vida de Capistrano de Abreu”, conferência no Instituto Histórico realizada a 2 e publ. a 27 de setembro de 1953, no *Jornal do Comércio*.
120. HELIO VIANNA – “Os Historiadores Nacionais na *História da Literatura Brasileira*, de Silvio Romero”, na *Revista do Instituto Geográfico Brasileiro*, vol. 182, de janeiro-março de 1944 (Rio de Janeiro, 1944), págs. 164-168.
121. Note-se que um dos defeitos antes por ele apontados em Varnhagen era exatamente que “a História do Brasil não se lhe afigurava um todo solidário e coerente” (“Necrológio” cit., transcrito nos *Ensaio e Estudos*, 1ª série, cit., pág. 138). Observe-se, também que embora escrevendo em 1878, limitava Capistrano aquela unidade aos “três séculos que vivemos”, isto é, os de 1500 a 1800, que afinal resumiu nos *Capítulos de História Colonial*.

122. “Necrológio” cit., transcrito nos *Ensaio e Estudos*, 1ª série, pág. 140.
123. J. CAPISTRANO DE ABREU – “Sobre o Visconde de Pôrto Seguro”, cit., em *Ensaio e Estudos*, 1ª série, págs. 200-201.
124. *Cartas de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção*, cit., pág. 1.
125. JOSÉ VERÍSSIMO – Crítica sobre os *Capítulos de História Colonial*, não recolhida aos seus *Estudos de Literatura Brasileira*, cit., na nota 21.
126. MÁRIO DE ALENCAR – “Capistrano de Abreu”, art. de 23 de dezembro de 1907, publ. no *Almanaque Brasileiro Garnier* de 1909, págs. 358-363.
127. J. CAPISTRANO DE ABREU – Carta a José Veríssimo, publ. na *Revista da Academia Brasileira de Letras*, cit., ano XXII, vol. XXXVII, nº 119, de novembro de 1931, págs. 370-371.
128. Carta na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.
129. RODOLFO TEÓFILO – “O Ateneu Cearense”, no *Almanaque do Ceará para 1922*, cit. na nota 1, pág. 501.
130. JOÃO RIBEIRO – “A Morte de Capistrano”, artigo no *Jornal do Brasil*, de 14 de agosto de 1927, transcrito no suplemento literário de *A Manhã*, cit.
131. *Jornal do Brasil*, art. de 15 de agosto de 1927.
132. CONSTÂNCIO ALVES – Artigo no *Jornal do Comércio* de 11 de outubro de 1928, dia em que entregou à Academia Brasileira de Letras um

exemplar da referida reedição. Transcrito na respectiva *Revista*, ano XIX, vol. XXVIII, nº 84, de dezembro de 1928, págs. 439-449.

133. TRISTÃO DE ATAÍDE – *Estudos*, 3ª série, tomo I (Rio de Janeiro, 1930), pág. 308.

134. Op. cit. (Rio de Janeiro, 1931), pág. 10.

135. Op. cit. (São Paulo, 1934), págs. V-VI.

136. Op. cit. (Rio de Janeiro, 1940), pág. 194.

137. Cf. Helio Vianna – Trabalho citado na nota 120.

138. DOLOR BARREIRA – Op. cit., na *Revista do Instituto do Ceará*, tomo LVII, de 1943, págs. 226 e 229.

**TEXTOS DE
CAPISTRANO DE ABREU**

DESCOBRIMENTO DO BRASIL

Três nações da Europa disputam-se a glória de ter descoberto o Brasil: a França, a Espanha e Portugal.
Vejam os em que assentam estas pretensões.

I

PRETENSÕES FRANCESAS

FONTES - DESMARQUETS, *Mémoires chronologiques pour servir à l'histoire de Dieppe et de la navigation française*. Paris – Dieppe, 1875, 2 vols. 12º, transcritas textualmente por Joaquim Caetano da Silva, *L'Oyapoc et l'Amazone*. Paris, 1861, 2 vols. 8(?) (número 10557 do Catálogo da Exposição de História e geografia do Brasil), na parte que interessa ao Brasil.

AUXILIARES – GAFFAREL, *Jean Cousin ou la découverte de l'Amérique avant Christophe Colomb*, apud *Revue Politique et littéraire*, vol. VI (2ª série) págs. 1038 e seguintes.

Idem, *Histoire du Brésil Français au seizième Siècle*, Paris 1878, 8º (nº 5721 do Cat. da Exp. de Hist. e Geog. do Brasil).

RAMIZ GALVÃO – *O novo livro do Sr. Paulo Gaffarel*, na *Revista Brasileira*, I, págs. 56-69.

GABRIL GRAVIER – *Examen critique de l'Histoire du Brésil Français ou seizième siècle*. Paris, 1878, 8º (nº 2722 do Cat. da Exp. de Hist. e Geog. do Brasil).

Idem – *Les Normands sur la route des Indes*. Rouen, 1880, 8^{vo}.

1. Segundo Desmarquets nas *Mémoires chronologiques pour servir à l'histoire de Dieppe*, mercadores de grosso trato desta cidade fizeram em 1488 uma associação comercial e propuseram a Jean Cousin que por sua conta partisse em viagem de exploração.

Jean Cousin, marinheiro perito, bravo soldado e negociante, primeiro conferenciou com seu mestre o padre Descaliers, que fundara em Dieppe uma escola onde ensinava a teoria da navegação, e além disso era segundo Asseline", excelente cartógrafo.

"Descaliers deu instruções muito extensas ao seu discípulo, assegura Gaffarel, recomendou-lhe que aproveitasse os ventos do largo e que não beirasse o litoral, para evitar as tempestades sempre frequentes naquelas paragens e não naufragar em algum dos bancos de areia e recifes, tão numerosos na costa.

Cousin obedeceu a estes sábios conselhos. Chegando à altura dos Açores foi arrastado para Oeste por uma corrente marítima e aportou a uma terra desconhecida, junto à embocadura de um rio imenso. Tomou posse deste continente; porém, como não tinha uma equipagem bastante numerosa, nem recursos materiais suficientes para fundar um estabelecimento, tornou a embarcar.

Em lugar de voltar em direitura a Dieppe e dar conta de sua descoberta, ele singrou na direção de

sueste, isto é, da África Austral, descobriu o cabo, que depois ficou sendo chamado cabo das Agulhas, tomou nota dos lugares e de sua posição, subiu para o norte perlongando Congo e Guiné, onde permutou suas mercadorias, e voltou a Dieppe em 1489 (2)."

Este país desconhecido achado por Cousin é o Brasil, o rio imenso é o Amazonas, segundo os franceses, que assim, de simples golpe, quase fizeram metade do caminho do Oriente, que mais tarde devia ser percorrido por Vasco da Gama, ao mesmo tempo que precediam Cristóvão Colombo no descobrimento do Novo Mundo.

Mais ainda: o imediato de Cousin era um castelhano de nome Pinzon, que durante a viagem se incompatibilizou com o chefe, foi causa de contínuas divergências, e uma vez, na África, com sua deslealdade para com os indígenas deu motivo aos Europeus serem atacados e quase fez abortar a expedição. Por esta razão, chegando a Dieppe, Cousin conseguiu que ele fosse declarado impróprio para servir na marinha dieppense, e então Pinzon retirou-se para Gênova e depois para Castela.

Ora, diz Gaffarel, tudo leva a crer que este Pinzon é Martin Alonso Pinzon (3), o mesmo a quem Colombo confiou três anos mais tarde o comando de um dos três vasos da esquadilha em que descobriu o Novo Mundo. De sorte que não só foi Cousin quem descobriu o nosso continente, como foi, graças a um seu companheiro, que Colombo usurpou depois a glória de tamanho descobrimento.

2. Exposta assim a pretensão dos franceses, vejamos agora o que ela vale.

Segundo Gaffarel, a viagem é possível geográfica e historicamente.

Historicamente, porque os dieppenses eram navegadores ousados, que tinham se estendido muito pelo Oceano e em algumas partes precedido os portugueses e castelhanos.

Geograficamente, porque as tradições dieppenses falam de uma corrente a favor da qual navegara Jean Cousin e esta corrente existe: é o *gulf-stream*.

Tudo isto é muito exato, e se possível e real fossem termos coextensos, a discussão ficava encerrada. Infelizmente as tradições dieppenses foram pela primeira vez divulgadas em 1875, dois séculos quase depois do fato que comemoram. Para saber-se então da existência das correntes oceânicas não era necessário que Cousin tivesse feito a viagem que lhe atribuem. Seria a viagem de Jean Cousin que deu o conhecimento das correntes? Seria o conhecimento das correntes que deu origem à tradição da viagem de Jean Cousin? É impossível responder de modo satisfatório.

A última hipótese afigura-se, porém, a mais provável.

É grande a semelhança entre a viagem de Cousin e a de Cabral, viagem autêntica, conhecida desde o anop em que se realizou. A semelhança é tão grande, que esta parece ter sido o molde por que se cortou aquela (?).

Uma outra circunstância milita ainda contra a realidade da viagem de Cousin.

Ao mesmo tempo em que descobriu a América, o capitão dieppense percorreu quase inteiro o caminho da Índia. Não está visível o orgulho nacional, que ao mesmo tempo quer avocar a glória dos espanhóis e a glória dos portugueses?

3. E Pinzon? dirá Gaffarel.

O caráter de imediato de Cousin é igual ao do companheiro de Colombo, em ambas as expedições foi idêntico o proceder de ambos, é mais provável que os dois fossem uma só e mesma pessoa, do que ao mesmo tempo, com o mesmo nome, com a mesma profissão, com o mesmo caráter existirem dois homens diferentes(4).

Esta probabilidade, segundo o mesmo autor, torna-se quase certeza se consultarmos o *Diário* de Colombo e a biografia escrita por D. Fernando. Aí vê-se que muitas vezes Colombo conferenciou com Martin Alonso e que foram suas indicações que muitas vezes o determinaram a seguir este ou aquele rumo. Dir-se-ia que Colombo se dirigia menos à ciência do que às reminiscências de Pinzon (?).

Esta argumentação aparenta uma força que não possui realmente. Na verdade, é mais provável que o Pinzon de Cousin e o de Colombo fossem o mesmo homem, do que fossem dois homens diferentes. Mas houve Cousin e Pinzon? É isto exatamente que está em questão.

Quanto às relações entre Colombo e Pinzon, concedido que fossem quais as pinta o autor do *Brésil*

Français, (não foram) elas dão muito que pensar. Não o dão, porém, menos o interesse e vileza de Colombo, cujo caráter até hoje tem sido acatado, e que até se tem querido canonizar; a generosidade inverossímil, a discricção heróica, a modéstia piramidal de Pinzon, cujo caráter tão pouco se coadunava com estas qualidades(8) e, sobretudo, a ingenuidade refratária da companhia, que nunca suspeitou ou surpreendeu coisa alguma, ou, se a suspeitou ou surpreendeu, nunca articulou de modo a cair no domínio público.

A pecha que resultaria deste conjunto de circunstâncias para o caráter de Colombo, e a ingenuidade boçal da companhia, Gaffarel não julgou necessário explicar. O mesmo, porém, não fez quanto ao desinteresse de Pinzon.

"Talvez se objecte, diz elle, que, si realmente Pinzon tivesse descoberto a América antes de Colombo, elle teria reivindicado para si esta honra por ocasião do processo que instaurou quando morreu o Almirante. Mas Pinzon fora despedido ignominiosamente de Dieppe, não queria sem duvida ativar um negocio de que se sabia mal e expôr-se à affronta de ser publicamente desmentido pelos Dieppenses, reclamasse para si a gloria de ter primeiro avistado a terra nova."(9)

Estes reparos teriam força incontestável, se o próprio autor não se desse ao trabalho de refutá-los.

"Existiam então, diz elle, relações frequentes entre Castelhanos e Dieppenses... Não havia navio dieppense ou castelhano que, fazendo-se ao mar, não levasse a

bordo um interprete ou um piloto castelhano ou dieppense.” (10)

Se isto é exato, torna-se evidente que não só o silêncio de Pinzon não era bastante para que não fosse devassado o seu passado, como era inteiramente inútil e ineficaz. De que servia o silêncio, se a cada instante chegavam a Castela pilotos e intérpretes de Dieppe, de que servia, se a cada instante iam a Dieppe intérpretes e pilotos de Castela?

Gaffarel compreendeu que este motivo não era suficiente e apresenta outro. Pinzon temia que os dieppenses o desmentissem publicamente, se reclamasse para si a glória de primeiro ter descoberto a terra nova (11).

Dando de barato que tal receio pudesse atuar sobre o homem firme, explosivo e altaneiro que o autor descreve, vejamos se existia tal perigo.

Ainda uma vez é Gaffarel quem responde a Gaffarel.

Desde 1500, Cabral declarou que havia chegado ao Brasil, e o mesmo fizeram Vicente Yañez Pinzon e Diego de Lepe. Por que não protestaram e não os desmentiram publicamente os dieppenses? *“Porque, como os Phenícios na antiguidade, responde o nosso autor, guardavam cuidadosamente o segredo de seus descobertos e temiam a concurrencia.” (12)*

Se assim era, que perigo havia para Pinzon de ser publicamente desmentido? Fariam os dieppenses, por causa dele, uma exceção ao sistema adotado?

4. Ainda outro argumento aduzido por Gaffarel e que se prende a Pinzon.

Em 1499 um Pinzon, Vicente Yañez, saiu a descobrir terra e foi dar exatamente no Amazonas, isto é, no ponto do Brasil visitado por Cousin e seu imediato, segundo Desmarquets.

No mesmo ano saiu de Palos, isto é, da cidade de Pinzon, Diego de Lepe, cuja viagem é quase idêntica a de Vicente Yañez.

Logo, conclui o autor da *Histoire du Brésil Français*, havia em Palos, na família e na roda os Pinzon, uma tradição, cuja origem ascendia ao imediato de Jean Cousin (13).

É bem possível, mas onde está a prova?

O simples fato das duas viagens não a fornece. Desde que em sua terceira expedição Colombo chegou à terra firma, a tendência dos navegantes foi procurarem a América do Sul.

Colombo descobriu de Paria para diante. Hojeda, que se lhe seguiu, descobriu do Oiapoque até Paria. Vicente Yañez descobriu do cabo de Santo Agostinho ao Oiapoque. Diego de Lepe descobriu do cabo de Santo Agostinho para o Sul.

Vê-se, portanto, que a simples ambição de encontrar lugares ainda não percorridos basta para explicar a contigüidade ea coincidência dos descobrimentos.

5. Passemos a outros pontos.

Segundo Desmarquets, Jean Cousin, o predecessor de Colombo e precursor de Vasco da Gama, era discípulo do padre Descaliers, notável cartógrafo, nascido em 1440. Deste Descaliers existem cartas e portulanos datados de 1550 e 1553, isto é, de quando ele já devia ter de 110 a 113 anos.

É plausível que em tal idade um homem possa entregar-se a trabalhos desta ordem?

Para sair-se da dificuldade, Gaffarel imaginou diversos expedientes de modo tão cabal (14) que ele a abandonou.

Segundo: que os portulanos de 1550 e 1553 eram cópias de portulanos mais antigos, sugestão que também abandonou à vista das observações de Malte-Brun(15)

Terceiro e último: que Descaliers era, não mestre de Jean Cousin, como o afirma Desmarquets, mas simplesmente seu contemporâneo e da mesma idade que ele, como se deduz de Asseline.

Esta última opinião é a que sustenta na *Histoire du Brésil Français*.

Vejamos o seu valor.

Se Descaliers tinha aproximadamente a mesma idade que Cousin, é preciso começar por inquirir qual a idade de Jean Cousin.

A este respeito quanto diz Gaffarel é extremamente vago: Cousin estava na flor dos anos e no ardor das esperanças (16) – eis tudo.

Felizmente, aí mesmo ele afirma que desde sua mocidade o nauta dieppense se entregara à navegação; que ora fora soldado, ora negociante, que se distinguira

em um combate contra os ingleses; dera prova de si nas costas da África e em diferentes viagens de longo curso – tudo isto antes de 1488 (17).

Para um homem ter feito diferentes viagens de longo curso, ter-se distinguido em um combate como comandante de navio, possuir ao mesmo tempo bastante prestígio para que negociantes de grosso trato lhe confiassem uma empresa tão importante como uma viagem de exploração por mares e terras desconhecidas, trinta anos são antes de menos que de mais.

Suponhamos, porém, que Cousin tivesse nascido em 1460 e contasse então só vinte e oito anos. Se o padre Descaliers era aproximadamente da mesma idade que ele, deveria ter nascido neste ano, pouco mais ou menos.

Sendo assim, o padre Descaliers teria desenhado os postulanos de 1550 e 1553 com perto de cem anos – noventa em um caso, noventa e três em outro, o que diminui, mas não faz desaparecer a dificuldade apontada por Major.

6. Resta examinar o último argumento de Gaffarel.

É certo, reconhece ele, que nem um documento coevo atesta a viagem de Cousin; que Desmarquets não é digno de grande confiança; mas Desmarquets escreveu à vista de documentos oficiais, roteiros, etc. Se tais documentos não existem, é porque em 1694, quando Dieppe foi bombardeada pelos ingleses, queimaram-se com todos os outros que estavam no arquivo do almirantado (18).

Abstraindo do juízo sobre Desmarquets, ora pelo autor considerado uma autoridade de peso, que pecantes pelos pormenores que pelo fundo (19), ora como escritor que mistura a verdade com a mentira, confunde as épocas e os homens (20), é impossível não reparar na esquisitice de documentos consumidos em 1694 serem consultados por um homem que escrevia em 1785. É um caso de longevidade quase tão notável como o de Descaliers, na hipótese dos documentos serem os mesmos.

Se, porém, não foram os mesmos, ainda é mais digno de reparo que, havendo entre a expedição de Cousin (1488) e o incêndio dos arquivos de Dieppe (1696) mais de dois séculos de permissão, ninguém se lembrasse de consultá-los. Ou a tradição já existia e, se ninguém consultou os documentos, é porque ela não inspirava confiança nem merecida crédito; ou não existia, e dá-se aqui o mesmo que já se sugeriu a respeito das correntes oceânicas: foi depois do incêndio, que impossibilitava refutação e demonstração; foi por causa do incêndio que a tradição apareceu, se é que Desmarquets não a inventou inteiriça.

7. Dois anos depois do livro de Gaffarel, apareceu em Rouen um opúsculo de Gabriel Gravier defendendo idéias semelhantes (21).

Gravier não pugna por esta ou por aquela expedição. Embora a viagem de Cousin afigure-se-lhe possível, ele não se alista entre os campeões. Suas proposições são genéricas e podem reduzir-se a esta:

antes dos portugueses e espanhóis terem vindo ao Brasil já este país fora visitado pelos franceses.

Os argumentos que apresenta são dois: um trecho de *Copia der Newen Zeytung auss Presillig Landt* e um trecho de *Conneville*, francês que em 1504 esteve em diferentes lugares do nosso território;

O trecho da *Zeytung* diz pouco mais ou menos que os naturais do Brasil disseram a navegantes portugueses que de tempos em tempos iam àquelas paragens em navios homens brancos, vestidos, de barba geralmente ruiva, que os portugueses julgavam franceses (22).

O valor desta informação não é grande, mas Gravier procura e, até certo ponto, consegue dar-lhe força. Eis como:

A *Zeytung* não traz data.

Humboldt, que primeiro a conheceu, graças a Falkenstein, fixou a viagem nela descrita entre 1521 e 1540 (23), reconhecendo porém que a solução que apresentava oferecia graves dificuldades. Varnhagen fixou-a primeiro em 1508 (viagem de Solis e Pinzon), depois, talvez por sugestões de Joaquim Caetano da Silva, em 1506 (narrativa da viagem de Gonçalo Coelho).

Gravier é de opinião que a viagem nele referida é a de 1501, em que veio Vespúcio como piloto, e serviu de chefe D. Nuno Manuel, segundo Varnhagen, ou André Gonçalves, segundo Cândido Mendes.

Para prová-lo, Gravier procura estabelecer um paralelo entre a expedição tal qual a narram as cartas de Vespúcio e a expedição narrada pela *Zeytung*(24).

Esta comparação é feita com muito cuidado, e, diz o autor, mereceu a aprovação de autoridade tão eminente como D'Avezac (25).

Todavia não convence, pois, apesar de serem muitos e grandes os pontos de contato entre as duas viagens, as divergências ainda são maiores. Basta que nos lembremos.

1º que os navegantes da *Zeytung*, depois de terem chegado aos quarenta graus sul, tornaram outra vez para o Brasil(26), ao passo que Vespúcio seguiu diretamente para a Europa;

2º que na *Zeytung* se afirma que já estavam conhecidas 600 a 700 léguas de terra, ao passo que Vespúcio veio na primeira expedição exploradora, quando o território era de todo desconhecido;

3º que na *Zeytung* se fala em naturais que vestiam peles, circunstância que com certeza não teria escapado a Vespúcio, se dela tivesse tido conhecimento;

4º que, enfim, da *Zeytung* se deduz que o fim principal da expedição era a viagem para a Malaca(27), ao passo que das cartas de Vespúcio este objeto não transparece na primeira viagem.

Parece, portanto, que não podem identificar-se as duas viagens, e portanto o testemunho dos indígenas só pode referir-se a uma época posterior a 1501.

Suponhamos um instante que Gravier tenha razão, que a *Zeytung* seja efetivamente a narrativa da expedição de 1501. O que se pode daí concluir é unicamente que os portugueses suspeitavam que os franceses tinham chegado ao sul do Brasil. Uma suspeita não é prova.

O trecho de Gonneville não parece mais concludente.

De alguns anos a esta parte, diz ele, os franceses têm ido ao Brasil (28). Estes alguns anos de quando se deve contar? De 1503, em que a 24 de junho partiram de Honfleur? De 19 de junho de 1505, em que Gonneville fez esta declaração?

Na última hipótese, incontestavelmente a mais provável, é preciso estar muito prevenido para enxergar nas palavras do marinheiro de Honfleur a afirmação do descobrimento do Brasil pelos franceses.

Na segunda, a que Gravier (29) admite, há mais verossimilhança incontestavelmente; mas que valor tem esta afirmação vaga, em que não se declinam nomes, em que não se especificam fatos, em que se não determinam lugares?

8. Em resumo:

A viagem de Jean Cousin é possível geográfica e historicamente; mas, à luz dos documentos conhecidos e dos argumentos dos que a defendem, não está provada.

A intervenção de Descaliers é dificuldade insolúvel; porque, ou fosse mais velho que Cousin ou da mesma idade que ele, não podia normalmente traçar cartas geográficas em 1553 e entretanto ele traçou-as e tais cartas existem.

A intervenção de Pinzon dá lugar à dupla dificuldade: ou se tem de admitir dois homens com o mesmo nome, com o mesmo caráter, com a mesma

profissão, no mesmo tempo; ou se tem de admitir um só a representar papel que destoa de todos os seus precedentes, dos precedentes de Colombo, de todas as regras de verossimilhança.

A identidade entre parte da viagem de Cabral e parte da de Cousin; a quase identidade entre parte da viagem deste e parte da viagem de Vasco da Gama, são novas dificuldades; patenteiam o orgulho nacional a esforçar-se por encobrir ao mesmo tempo a glória de duas nações rivais.

A falta de documentos coevos, as contradições dos que defendem a tradição dieppense, que para admitir a viagem têm que socorrer-se a Desmarquets, único que a atesta, e para defendê-la têm que o atacar e modificar suas afirmações, são novas dificuldades.

E ainda há outras e outras.

Portanto, por ora, é impossível reconhecer que o descobrimento do Brasil é devido a franceses.

II

PRETENSÕES ESPANHOLAS

FONTES – *Probanzas bechas por el fiscal del Rey en lo pleito que siguió contra el Almirante de Indias D. Diego Colon*, perguntas 5^a, 7^a e 8^a ap. Navarrete, *Cóleccion de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los Españoles desde fines del siglo XV*, Madrid, 1825-1837, 5 vol. 4^{to}.

JUAN DE LA COSA, *Mappa mundi*, ap. Jomard, *Les monuments de la géographie*, Paris, s.d., fol.

Novus orbis regionum ac insularum veteribus incognitarum. Basilese, 1532, fol. (nº 798 do Cat. da Exp.).

P. MARTYR DE ANGLERA, *De rebus oceanicis et novo orbe decades très*, Coloniae, 1574, in-8^{to}.

AMERICO VESPUCIO... *Ses écrits...* par F. A. de Varnhagen. Lima, 1865. folio (nº 836 do C. da Exp.).

AUXILIARES – HUMBOLDT, *Examen critique de l'histoire de la géographie du nouveau continent et des progrès de l'astronomie nautique au quinzième et seizième siècle*, Paris, 1836-1839, 5 vols. in-8^{to}.

VARNHAGEN, *História Geral do Brasil*, 1ª edição. Madrid, 1854-1857, 1 vols., in-8^{to}, e 2ª, Vienna, 1874 (nº 5396 e 5399 do Cat. da Exp.).

Idem, *Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil*, Paris, 1858, in-8^{to} (nº 5398 do Cat. da Exp.).

D'AVEZAC, *Considérations géographiques sur l'histoire du Brésil*, Paris, 1857, in-8^{to} (nº 5397 do Cat.).

Idem. *Les voyages d'Améric Vespuce au compte de l'Espagne*, Paris, 1858, in-8^{to} (nº 835 do Cat.).

SILVA, *L'Oyapoc et l'Amazone*, Paris, 1862, 2 vols. in-8^{to}.

PESCHEL, *Geschichte des Zeitalters der Entdeckungen*, Stuttgart, 1877, in-8^{to}.

9. Aqui pisa-se terreno mais sólido e passa-se do domínio de tradições vagas, incoerentes, quiçá inventadas, para fatos precisos e textos autênticos.

Desde o século XVI os espanhóis reclamaram como seu o descobrimento do Brasil, e ninguém ainda lho

contestou com vantagem. Dúvidas e pontos obscuros existem – não há como negá-lo – mas versam antes sobre minúcias do que sobre o fato fundamental.

Entretanto, é preciso desde o princípio fazer uma distinção. Há pretensões espanholas de duas ordens: umas que foram manifestadas desde o século XVI e têm sido defendidas sem solução de continuidade; outras que apareceram pela primeira vez em nosso tempo, há menos de trinta anos. As primeiras grupam-se à roda de Vicente Yañez Pinzon e Diego de Lepe; as segundas grupam-se à roda de Alonso de Hojeda e de Américo Vespúcio. Estas não têm a mesma origem, a mesma antiguidade que aquelas, nem o mesmo valor.

Vejamos.

10. Vicente Yañez Pinzon, segundo Pedro Martir, partiu de Palos com quatro caravelas nos princípios de dezembro de 1499(30) e pelas Canárias foi ao Cabo Verde, à ilha de Santiago. Daí seguiu a 13 de janeiro(31) com vento de sudoeste pela proa e, navegadas trezentas léguas, passou a linha. Com o mesmo rumo seguiu mais duzentas e quarenta léguas e por fim, depois de 14 dias de viagem desde Santiago(32), no dia 26 de janeiro chegou a um cabo, a que deu o nome de *Santa Maria de la Consolacion*. Daqui foram beirando a costa e, depois de diversos incidentes, chegaram ao Haiti.

A viagem de Pinzon é de autenticidade inconcussa; em 1500, Juan de La Costa e o governo espanhol, em 1501, Pedro Martir; em 1504 Angelo Trevizano, e desde

então muitos outros, todos os historiadores, têm dado testemunho dela.

As dúvidas versam apenas sobre três incidentes: o ponto de partida entre Palos e Santa Maria de la Consolacion; o ponto de chegada; e o ponto até onde beirou o litoral americano.

11. Sobre o primeiro incidente calou-se Pinzon no depoimento que fez a 21 de março de 1513, e discordam dois de seus companheiros. Um, Pedro Ramirez, diz que o ponto de partida foi das ilhas de Anton, que Navarrete conjectura serem umas situadas quarenta léguas ao norte do Cabo Verde, outro, Diego Hernandez Colmenero, diz que foi da ilha do Fogo.

Qual dos dois tem razão? D'Avezac pensa que Colmenero, porque o seu testemunho é apenas explicitamente contestado por Pedro Ramirez, ao passo que o deste, explicitamente condenado por Diego Hernandez Colmenero, é condenado implicitamente por Antônio Hernandez Colmenero e Manuel de Valdovinos, que dão acordes como ponto de partida as ilhas de Cabo Verde.

Não parece entretanto que qualquer das duas opiniões possa prevalecer, primeiro, porque a discordância que patenteiam enfraquece a ambas; segundo, porque foram exprimidas de 1513 a 1515, muitos anos depois do acontecimento a que se referem, quando já não devia estar fresca a lembrança que dele guardavam.

A opinião que parece mais provável é de Pedro Martir, que dá como ponto de partida a ilha de

Santiago(33). É certo que Pedro Martir não fez parte da viagem, mas, além de ter interrogado os marinheiros(34) e o próprio Pinzon, a parte de suas “Décadas” que trata do assunto foi escrita em 1501, e por conseguinte oferece maiores garantias.

12. Qual o primeiro ponto do Brasil a que chegou Vicente Yañez Pinzon?

Interrogado a este respeito, declarou ele em Sevilha que fora o cabo de Santo Agostinho, e o mesmo atestaram Garcia Hernandez (de Huelva) e Manuel de Valdovinos. Entretanto, Varnhagen é de opinião que foi o ponto do Mucuripe(35).

Eis as razões que apresenta:

1° Saindo das ilhas do Cabo Verde em rumo de Sudoeste, não se pode chegar a cabo de Santo Agostinho; entretanto, infere-se ao depoimento dos companheiros de Pinzon que foi este o rumo seguido.

2° A costa um pouco ao norte do cabo de Santo Agostinho pende para leste; entretanto a costa que Pinzon diz ter beirado corria a Leste quarta a noroeste.

3° A distância do litoral descoberto por Pinzon foi oficialmente computada em seiscentas léguas; entretanto a distância computada da costa de Santo Agostinho não confere.

Estas objeções podem ser respondidas em poucas palavras.

1) Admitido que partido de Cabo Verde, em rumo de S.S.O., Pinzon não chegaria a Santo Agostinho, podem tirar-se daí duas conclusões:

Ou que Pinzon não chegou realmente ao cabo de Santo Agostinho;

Ou que Pinzon não seguiu o rumo de S.S.O.

Varnhagen aceita a primeira, mas a segundo é a mais provável (admitido que no rumo de S.S.O. não se possa vir de Santiago a S. Agostinho)(36)

Em primeiro lugar Pinzon e seus companheiros declaram explicitamente que Santa Maria de la Consolacion é o mesmo cabo a que os portugueses deram o nome de Santo Agostinho.

Em segundo lugar, há desacordo sobre o rumo: Pinzon e seus companheiros João de Umbria ou Ungria e Diego Hernandez de Colmenero não declaram rumo; Antônio Hernandez Colomenero diz sudoeste entre meias do sul; Pedro Ramirez e Manuel de Valdovinos dizem S.S.O., tudo de 1513 a 1515; Pedro Martir diz S.O. pela proa (37) em 1501; Trevisano diz que navegaram com ventos de leste, em 1504 (38). Quem pode decidir no meio de tantas afirmações contraditórias?

Acresce que Pinzon em 1509 esteve outra vez no cabo de Santo Agostinho (39) e que por conseguinte refrescou suas reminiscências; que a primeira viagem que fizera, realizando-se com mau tempo, a agulha não lhe podia dar indicações muito precisas; que as correntes não eram então conhecidas etc.

2) Quanto à direção da costa, não parece que o argumento seja mais forte. Se a costa corre de um modo e

Pinzon diz que ela corre de outro, por que dizer que Pinzon não correu esta costa, antes que dizer que ele não soube descrever a costa que correu?

Entretanto, esta é a opinião mais provável; porque ao passo que não há desacordo quanto à sinonímia entre Consolacion e Santo Agostinho, há desacordo entre os companheiros de Pinzon quanto à arrumação do litoral. Pinzon dá *oeste quarta a noroeste* de seus companheiros, Juan de Umbria dá *noroeste-sudeste*, Antônio Hernandez de Colmenero, *nordeste*; o físico Garcia Hernandez, *noroeste*. Prova de quanto uma viagem cursiva, narrada tantos anos depois de feita, é insuficiente para dela tirarem-se conclusões rigorosas.

3) E o cômputo *official* das léguas?

Este cômputo, felizmente publicado por Navarrete (40), pode ser examinado; mas quem quer que se dê a este trabalho pode reconhecer tudo nele, menos caráter oficial.

Na provisão real aduzida por Varnhagen, trata-se simplesmente de um requerimento de Arias Perez e Diego Ferrandez, que na parte que tem importância para este ponto diz o seguinte:

“Sepades que Arias Perez, é Diego Ferrandez, sobrinos de Vicente Yañez Pinzon, por ellos, e en nombre del dicho su tio nos ficieron relacion por su peticion, diciendo: que el dicho su tio é ellos, que nuestra licencia, puede haber un año poco mas o menos, que armaron cuarto carabelas para descubrir en las partes de las Indias, con las cuales siguieron su viaje en

nuestro serviço, en que desboriron seiscientas leguas de terra firme en ultra mar,” etc.

Isto é cômputo oficial? É cômputo simplesmente de Arias Perez e Diego Ferrandez; como tal tem tanto valor quanto o de Juan de Umbria, cujo cálculo é de 800 léguas; e o do físico Garcia Hernandez, que calculava em 750 as léguas percorridas até Paria.

Suponhamos, porém, que fosse oficial; em que assentava? Houvera nova expedição que verificasse a distância? Que garantia nos oferece?

Varnhagen apresenta ainda outros argumentos a favor do Mucuripe como primeiro porto a que chegou Vicente Yañez Pinzon (41).

Juan de la Cosa em 1500 situa o cabo descoberto por Pinzon muito a *Leste* da terra descoberta por Portugueses; entretanto o cabo de Santo Agostinho fica bastante a *leste* desta terra.

Diego Ribero em 1529 indicou o descobrimento de Pinzon para *leste* do cabo de São Roque e não para o *sul*.

É exato.

Deve-se, porém, notar que o mapa de Juan de la Cosa foi desenhado em outubro de 1500 (42), antes de haver sido explorado o sul do Brasil, e portanto não pode neste ponto ter a importância e o peso que lhe é reconhecido para a costa do norte.

Quanto ao mapa de Diego Ribeiro, este prova simplesmente uma coisa: que em 1529 ele cometeu um erro que muitos anos antes fora evitado. Com efeito. na *Charta marina Portugalensium*, desenhada, segundo a opinião de Peschel (43), entre 1501 e 1504, ao sul do

cabo de São Roque está situado o cabo de Santa Cruz. Ora, que cabo de Santa Cruz e cabo de Santo Agostinho são um e o mesmo lugar, depuseram Garcia Hernandez o físico, Garcia Hernandez (de Huelva) e Manuel de Valdovinos.

Atinente ao primeiro ponto do Brasil a que aportou Pinzon, temos ainda uma questão a estudar.

Santa Maria de la Consolacion e Rostro Hermoso são um e o mesmo lugar? Afirmam-no Garcia Hernandez, o físico, Pedro Ramirez, Diego Hernandez Colmenero e Manuel de Valdovinos.

Humboldt implicitamente é desta opinião, e Peschel diz muito claramente: O primeiro ponto da costa que chamaram Rostro Hermoso ou cabo de la Consolacion recebeu mais tarde dos portugueses o nome de cabo de Santa Cruz ou de Santo Agostinho (44).

Apesar de comprovada por tantos testemunhos contemporâneos, reforçados por autoridades como Humboldt e Peschel, esta opinião não é verdadeira.

Prova-o a capitulação que os reis de Espanha assentaram em Granada com Vicente Yañez, a 5 de setembro de 1501.

Aí se lê:

“Tenemos que en quanto nuestra merced e voluntad fuere ... vos el dicho Vicente Yañez... ‘seades’ nuestro Capitain e Gobernador de las dichas tierras de suso nombradas desde la dicha punta de Santa Maria de la Consolation siguiendo la costa hasta Rostro Hermoso, é de alli toda la costa que se corre al Norueste hasta el

dicho Rio que vos posites nombre Santa Maria de la Marculce”.(45)

Este documento serve também para provar que é de Rostro Hermoso e não de Santa Maria de la Consolacion que a costa corre para Noroeste, e que por conseguinte os argumentos tirados por Varnhagen, da arrumação da costa, não têm o valor que ele lhe atribuiu.

13. Qual o termo dos descobrimentos de Pinzon na viagem de 1409-1500?

As opiniões variam; mas, depois que oaquim Caetano da Silva examinou tão magistralmente o assunto, não pode haver mais dúvida: foi o cabo de Orange, primitivamente conhecido pelo nome de cabo de São Vicente, e o rio de Oiapoque, há tanto tempo conhecido pelo nome de rio de Vicente Pinzon.

Para prová-lo, o ilustre brasileiro acumulou tantos documentos e tão ligados que se torna difícil expô-los. Basta dizer que Pinzon deu como último descobrimento seu a província de Paricura, nome tirado de índios que habitavam o cabo de Orange e suas imediações; que os nomes antigos daquelas terras (terra de S. Ambrósio e cabo de São Vicente) estão de acordo com o nome dos santos comemorados pela igreja já no tempo em que deve ter sido a viagem; que o nome de Vicente Pinzon, dado ao Oiapoque desde tempos imemoriais, é uma tradição viva de sua passagem por lá.

14. Passemos agora a Diego de Lepe.

Deste sabe-se apenas que, partindo da Cadiz ou Palos (46) pouco depois de Pinzon, encaminhou-se à ilha do Fogo, no Cabo Verde. Daí seguiu em rumo aproximadamente de sudoeste, chegou ao cabo de Santo Agostinho, que dobrou até certa distância. D’Aveza é de opinião que ele chegou até o rio de Contas(47), mas em falta de documentos, tal opinião não pode ser sustentada nem combatida.

Do ponto extremo a que chegou ao sul de Santo Agostinho – *bahia de S. Julia*, segundo seu companheiro Alonso Rodriguez de la Calva, *rio de S. Julian* segundo Christoval Garcia – volveu para o norte, e, depois de incidentes sabidos, encaminhou-se para as colônias espanholas.

15. Menos conhecida ainda que a viagem de Diego de Lepe é a de Velez de Mendonza, cuja licença para descobrir terras é de 18 de agosto de 1500.

Segundo uns, foi apenas um dos companheiros de Diego de Lepe.

Segundo outros, ele fez efetivamente a viagem e dobrou o cabo de Santo Agostinho para o sul.

Atualmente é impossível ter opinião fundada sobre o assunto (48).

16. Passemos agora às pretensões espanholas, quais as manifestou o nosso eminente compatriota Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, na primeira edição de sua *História geral* em 1854 (49).

Diz ele que dez meses antes de Cabral, em junho de 1499, Alonso Hojeda, navegando em companhia de Juan de la Cosa e Américo Vespúcio, aportou ao delta do Açu, no Rio Grande do Norte.

Expor os seus argumentos e tomá-los na consideração que merecem é trabalho que exigiria largos desenvolvimentos. O próprio Varnhagen empregou neste afã muitos anos de sua vida, argumentando, desenvolvendo, retificando. Entretanto, algumas considerações bastarão para mostrar que não se pode incluir Vespúcio e Hojeda entre os descobridores do Brasil.

Se Vespúcio afirma que chegou aos 5 graus de latitude Sul, Hojeda afirma que chegou apenas a 200 léguas de Paria, isto é, aos 4 ½ graus de latitude norte, segundo o cálculo de Joaquim Caetano da Silva(50). Os dois testemunhos contradizem-se, anulam-se por conseguinte, e nem se pode combater o de Hojeda em nome de Vespúcio, nem o de Vespúcio em nome de Hojeda. O que se deve fazer é procurar testemunhos complementares, que façam inclinar a balança a favor de um ou de outro.

Felizmente abundam.

Na mesma viagem em que foram Hojeda e Vespúcio ia Juan de la Cosa, cujo testemunho é portanto igual ao deles em valor.

Vejamos, pois, o que diz a este respeito Juan de la Cosa.

“Em sua carta, dia Silva, 200 léguas de littoral, contadas da em cujo limite occidental está escripto

MOTES, isto é, MÖTES, e cujo limite oriental é formado por uma longa ponta, situada na latitude septentrional de QUATRO GRAOS E MEIO e tendo ao sul o nome de TIERRA DE S. AMBROSIO.

Esta bahia é a do Oyapok.

A latitude de sua ponta oriental prova-o claramente: - quatro grãos e meio. E esta indicação é confirmada pela de MÖTES ao outro lado da bahia, isto é, por essas montanhas características do Oyapok, que deviam na viagem que fizeram do sul para o norte, necessariamente ter chamado a atenção de Vicente Pinzon e Lepe, pelos quaes regulou-se Juan de la Cosa quanto à parte meridional de sua charta.” (51)

Por conseguinte, Juan de la Cosa está de acordo com Hojeda: isto é, como este diz que não navegaram até a linha e que nem chegaram aos limites setentrionais do Brasil, quanto mais aos cinco graus de latitude sul.

Passemos agora de Hojeda e seus companheiros Juan de la Cosa e Américo Vespúcio, aos companheiros de Pinzon.

Vejamos se estes dizem alguma coisa a tal respeito.

Dizem:

Juan de Umbria declara que “*nunca antes que esta tierra descubriesen no habia ido por alli el dicho Almirante (Colombo) ni outra persona de estos reinos*”; Garcia Hernandez, físico, que ia na viagem por escrivão del-rei, declara que “*antes nunca habia sido descubierta aquella tierra ni hombre la habia descubierta*”; Diego Hernandez Colmenero declara que “*la dicha tierra no estava descubierta antes*”; Garcia Hernandez (de Huelva)

declara que *“aquella costa nunca la descubrió otra persona ninguna salvo el dicho Vicenti-añes”*. Os outros companheiros não se explicam a tal respeito; porém usando da palavra *descubrir*, implicitamente estão de acordo.

Quanto a Pinzon, este também não diverge.

“Vicente Pinzon, diz Silva, qualifica de descoberto seu reconhecimento do cabo da Consolacion – DESCUBRIÓ; emprega a mesma expressão para a costa compreendida entre este cabo e o Amazonas – DESCUBRIÓ; a mesma expressão para a província dos Paricuras – DESCUBRIÓ. Mas quanto à costa compreendida entre a província dos Paricuras e a boca septentrional do golfo de Paria, elle limita-se a dizer que a perlongou – CORRIÓ DE LUENGO.

Por que esta differença?

É que nestas ultimas paragens, Vicente Pinzon fora precedido por Christovam Colombo em 1498 e por Alonso de Hojeda em 1499.” (52)

Assim, temos, de um lado o testemunho isolado de Vespúcio, dizendo que veio ao Brasil em 1499 com Hojeda e Juan de la Cosa, segundo Varnhagen; - temos de outro lado o testemunho deles, dizendo que não passaram de duzentas léguas ao sul de Paria, aos 4 ½ de latitude norte; temos o testemunho de Juan de Umbria, de Garcia Hernandez, o físico, de Diego Hernandez Colmenero, de Garcia Hernandez (de Huelva), de Pinzon, que todos afirmam a prioridade do descobrimento de Pinzon.

Se passarmos dos contemporâneos imediatos de Vespúcio e Hojeda, a concordância é a mesma: Las Casas

(53) não diz que Vespúcio e Hojeda tivessem passado a linha, Herrera (54) diz positivamente que Pinzon foi o primeiro espanhol que a passou.

17. Diante de tantos testemunhos, não é permitido hesitar.

Por que, entretanto, Varnhagen não só hesitou como declarou única verdadeira a narrativa de Vespúcio?

É difícil dizê-lo em poucas palavras. Basta, porém, saber-se que Vespúcio assegura ter feito duas viagens por conta do governo espanhol antes do ano 1501, em que passou ao serviço de Portugal.

Desde que Humboldt na sua obra monumental sobre a Geografia do Novo Mundo estudou a questão intrincadíssima do navegador florentino, ficou geralmente admitido que a primeira viagem teve lugar em 1499, sob as ordens de Hojeda.

Quando à segunda, as opiniões não estão ainda acordes: Humboldt, depois de hesitar entre a viagem de Pinzon e a de Lepe, decidiu-se pela primeira (55); D^o Avezac opta pela segunda(56); Peschel parece de opinião que Vespúcio não fez tal viagem.

Foi por esse tempo que apareceu o livro do Visconde de Porto Seguro, em que este procurou provar que a primeira viagem de Vespúcio não tivera lugar em 1499, mas em 1497; não na América meridional, mas na América do Norte, pelas costas de Iucatan, Flórida e oriente dos Estados Unidos, até além do rio S. Lourenço.

Fazendo isto, é bem claro que na segunda viagem, quer ela tivesse lugar com Hojeda, como sustenta

Varnhagen, quer fosse com Pinzon, como propõe Humboldt; quer com Diego de Lepe, como pina D’Avezac; é bem claro que Vespúcio esteve no Braisl.

Isto, porém, não é uma novidade em Humboldt já tinha chegado a esta conclusão em 1836.

O que, porém, daí não pode deixar-se de concluir-se é:

1º - quão pouca confiança merecem, isolados, os escritos de Vespúcio, pois nas mãos de Humboldt dão-nos uma viagem à América do Sul; nas mãos de Varnhagen dão-nos uma viagem à América do Norte;

2º - que sendo a primeira viagem de Vespúcio em companhia de Hojeda e Juan de la Cosa, como o demonstrou Humboldt e Varnhagen não o destruiu; o melhor argumento de que Hojeda não veio ao Brasil é tê-la Varnhagen empurrado tanto para o Norte que quase roçou pelas terras polares.

18. Em resumo:

- Está provado que, saindo de Palos a 18 de novembro de 1499 com quatro caravelas, Vicente Yañez Pinzon foi pelas Canárias ao arquipélago de Cabo Verde;

- que de uma das ilhas deste arquipélago – a de Santiago – partindo ao rumo de SSO, depois de 540 léguas, ele chegou a uma terra ao sul do Equador, a 26 de janeiro de 1500;

- que esta terra é o Brasil e que o cabo a que ele deu o nome de *Santa Maria de la Consolacion* é o de Santo Agostinho;

- que daí seguiu para o norte beirando a costa e descobriu o rio mais tarde chamado de Amazonas, a que deu o nome de *Mar-dulce*;

- que daí perlongando a costa chegou até o cabo de Orange, a que deu o nome de São Vicente, e ao rio Oiapoque, que se ficou chamando Vicente Pinzon;

- que este ponto foi o último do Brasil em que tocou.

- Quanto a Diego de Lepe, está provado que, saindo de Palos ou Cadiz em dezembro de 1499, foi ter à ilha do Fogo, no Cabo Verde;

- que partindo daí, em rumo que deve ser aproximadamente o mesmo que o de Pinzon, chegou ao cabo de Santo Agostinho;

- que o dobrou e seguiu para o sul durante algum tempo;

- que depois tornou para o norte e seguiu o mesmo rumo de Pinzon e quase na sua esteira.

III

PRETENSÕES PORTUGUESAS

FONTES – VAZ DE CAMINHA, *Carta a D. Manuel*, na *Revista Trimensal do Instituto Histórico*, tomo XI, p. II, pág. 5 (nº 5626 do Cat. da Exp.).

JOHANES EMENELAUUS, carta a D. Manuel, em Varnhagen, *História geral(??)*, I, pág. 423 (nº 5628 do Cat.).

D. MANUEL, *Carta a los reys sobre el viaje de Pedro Alvarez Cabral*, em Navarrete, *Collection*, IV, págs. 94 e 101 (nº 5638 do Cat. da Exp.).

Navigation del Capitano Pedro Alvares, Ramusio, I, f. 121 (nº 5627 do Cat. da Exp.).

AUXILIARES – FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS, *Noticia dos annos em que se descobrio o Brasil e das entradas das religiões e suas fundações*, na *Revista do Instituto*, II, pág. 452 e seg. (nº 9136 do Cat. da Exp.).

J. NORBERTO, *O descobrimento do Brasil por Pedro Alvares Cabral fo devido a um mero acaso ou teve elle alguns indicios para isto?* na *Revista do Instituto*, XV, pág. 125.

Idem. *Refutações às Reflexões... do Dr. Gonçalo Dias*, apud *Revista do Instituto*, XVIII, pág. 335 (nº 5632 do Cat.).

GONÇALVES DIAS, *Reflexões acerca da memoria... do Sr. Joaquim Norberto de Souza e Silva*, apud *Revista do Instituto*, XVIII, pág. 289 (nº 5631 do Cat.).

BEAUREPAIRE ROHAN, *Breve discussão chronologica acerca da descoberta do Brazil*, na *Revista do Instituto*, XXXII, p. II, pág. 231 (nº 5634 do Cat.).

Idem. *O primitivo e o actual Porto Seguro*, Rio de Janeiro, 1881 (nº 5636 do Cat.).

C. MENDES DE ALMEIDA, *Quem levou a notícia da descoberta do Brasil?* na *Revista do Instituto Histórico*, XXXIX, parte II, pág. 5 (nº 5650 do Cat. da Exzp.).

PORTO SEGURO, *Nota acerca de como não foi na Coroa Vermelha, na enseada de Santa Cruz, que Cabral primeiro desembarcou e fez dizer a primeira missa*, na *Revista do Instituto*, XI, p. II, pág. 5 (nº 5635 do Cat.).

19. Também nestas é indispensável fazer uma distinção. Há pretensões portuguesas manifestadas desde o século XVI; há pretensões portuguesas só apresentadas ulteriormente. As primeiras associam-se ao nome de Pedr'Alvares Cabral e seus companheiros; as segundas estão vinculadas a João Ramalho.

Em um escrito datado de 3 de julho de 1784, afirmou o seguinte frei Gaspar da Madre de Deus:

“Eu tenho uma cópia do testamento original de João Ramalho, escripto nas notas da villa de S. Paulo pelo tabellião Lourenço Vaz, aos 3 de Maio de 1580.

À factura do dito testamento, além do referido Tabellião, assistirão o juiz ordinario Pedro Dias e quatro testemunhas, os quaes todos ouvirão as disposições do testador. Elle duas vezes repetio que tinha alguns noventa annos de assistencia nesta terra, sem que algum dos circunstantes lohe advertisse que se enganava, o que certamente farião si o velho por caduco errasse a conta...

Si pois na era de 1580 contava João Ramalho alguns 90 annos de residencia no Brazil, segue-se que aqui entrou em 1490, pouco mais ou menos; e como a America pela parte do Norte foi descoberta em 1492, resulta que no Brazil assistirão Portuguezes 8 annos (sic) pouco mais ou menos, antes de se saber na Europa que existia o mundo novo.” (57)

Mutatis mutandis, o intuito de frei Gaspar da Madre de Deus é idêntico ao do Desmarquets. Há apenas uma ligeira diferença. Não houve um Estancelin ou um

Gaffarell que elaborasse as afirmações broncas do escritor paulistano, e lhes desse consistência e aparência de força. Pelo contrário, Cândido Mendes dissecou-as, e de tal modo mostrou a nulidade delas, que nada mais deixou a fazer-se.

20. Vejamos com um pouco de cuidado o que valem as palavras de frei Gaspar, e admitamos que o testamento seja autêntico.

A falta de protesto das testemunhas nada prova. Elas vieram para atestar que João Ramalho fizera tais e tais declarações, não que tais e tais declarações feitas por ele eram verdadeiras.

De mais, como poderiam saber se o eram? Só vindo com ele, só tendo por conseguinte uns 110 anos pelo menos. Esta reunião de centenários não é circunstância tão comum que sirva para provar um fato duvidoso.

Se, porém, não tinham vindo com ele, as testemunhas nada sabiam com certeza, e a sua adesão, ou antes o seu silêncio, nada significa.

Mas que diz em suma o testamento? Que João Ramalho tinha uns noventa anos de assistência no Brasil. Ora, *alguns noventa anos* quer dizer menos de noventa – portanto este cômputo não comprova, *prima facie*, a asserção de frei Gaspar.

Nem o comprova igualmente a seguinte afirmação de Taques Paes Leme, escritor mais antigo, mais crítico e mais consciencioso: “*Antonio Rodrigues, genro de Pequiroy, veio com Ramalho a São Paulo 30 annos*

quase antes de chegar em 1531 Martim Affonso de Souza a São Vicente” (58).

Trinta anos antes ao mesmo tempo que nos leva a 1502, data que Cândido Mendes já demonstrou ser a verdadeira (59), e que nem chegavam a oitenta.

Argumentamos na suposição do testamento, aduzido por frei Gaspar, ser verdadeiro: sê-lo-á, porém, realmente?

Todas as probabilidades são que não o é.

Em primeiro lugar, é quase certo que João Ramalho morreu nas proximidades de 1558(60).

Em segundo lugar, a assistência de testemunhas prova demais.

Em terceiro lugar, nem frei Gaspar viu o original do testamento, nem o publica, nem diz como houve a cópia de que se serviu.

Em quarto lugar, nem Pedro Taques, um dos mais profundos investigadores da história pátria que têm havido, nem qualquer outro cronista, dão notícia de documento de tal importância.

Por estes motivos pode-se concluir:

Ou o testamento não é autêntico, e não pode portanto servir de base a qualquer afirmação.

Ou é autêntico e estudado conscienciosamente não contém implícita ou explicitamente a afirmação da chegada de João Ramalho ao Brasil, antes de Pinzon e Lepe, e muito menos antes de ter a América sido descoberta por Cristóvão Colombo(61).

21. A viagem de Cabral é muito conhecida.

Saindo do Tejo, segunda-feira 9 de março de 1500, com treze navios, a 14 passou entre as Canárias e houve a 22 vista da ilha de São Nicolau, uma das do Cabo Verde. Aí desgarrou-se a nau de Vasco de Ataíde que, apesar das diligências que empregou o capitão-mor, não se pôde encontrar mais.

Do Cabo Verde, fazendo rumo aproximadamente de m sudoeste, a 21 de abril a armada descobriu sinais de terra em uma grande quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam *botelho* e *rabo-de-asno*.

No dia seguinte, quarta-feira 22 de abril, pela manhã, acharam aves chamadas fura-buchos, e à tarde um grande monte redondo e muito alto, com outras serras mais ao sul, e terra coberta de grande arvoredos. O capitão-mor deu ao monte o nome de Monte Pascoal e à terra o de Vera Cruz.

Nesta noite ancoraram obra de seis léguas de terra.

Ao outro dia aproximaram-se at[e a distância de meia légua, lançando âncora em direitura à boca de um rio (62). Foi a examiná-lo Nicolau Coeljo, companheiro de Vasco da Gama na viagem à Índia, e o primeiro português conhecido que pisou em território brasileiro.

À noite ventou tão rijo de sueste que fez garrar as naus, pelo que sexta-feira, às 8 horas da manhã, a armada fez-se de vela ao longo da costa, à procura de um surgidouro, que foi encontrado daí a dez léguas.

Sábado, 25 de abril, a armada, que na véspera surgira cerca de uma légua do recife que protegia o ancoradouro, entrou no porto, que por sua excelência foi chamado Porto Seguro.

Domingo, 26 de abril, armou-se uma esparavel num ilhéu da baía, e nele cantou-se missa e houve sermão. No mesmo dia foi decidido em conselho mandar-se a el-rei a notícia da descoberta pelo navio de mantimentos.

Segunda-feira, 27 de abril, foram à terra mestre Joanes Emenelaus, o piloto do capitão-mor e o de Sancho de Toar, e tomando a altura do sol ao meio-dia, acharam a latitude meridional de dezessete graus.

Terça-feira os carpinteiros começaram a fazer uma grande cruz, padrão que devia atestar aos que viessem posteriormente que a terra já fora descoberta por el-rei de Portugal.

No dia 1º de maio desembarcou a gente da armada, a procurar o melhor lugar para ser plantada a cruz. Escolhido o local, enquanto uns preparavam a cova, foram outros, à maneira de procissão, buscar a cruz, que plantaram, depois de pregadas as armas e divisas reais.

No dia 2 saiu para a Índia Pedr'Alvares Cabral e para o reino o emissário que devia levar a notícia.

Na terra ficaram dois degradados, dos vinte que iam na armada, além de dois grumetes que fugiram, segundo nos diz Caminha.

Tal é, nos traços gerais, a navegação de Álvares Cabral. De seu roteiro e da correspondência com a corte, não há memória; mas da estadia no Brasil e dos incidentes que aqui se deram, temos uma crônica minuciosa e encantadora de Pero Vaz Caminha, em alguns pontos completada pela carta do mestre Janes

Emenelaus e pela história da navegação, feita por um piloto da expedição.

Seria fácil com estes documentos multiplicar pormenores; é porem preferível discutir os pontos controversos.

22. O primeiro a estudar é se o Brasil foi ou não descoberto por acaso.

Em uma memória que tem sido merecidamente elogiada, o Sr. Joaquim Norberto é de parecer que o descobrimento não foi casual.

O principal fundamento de sua opinião é um trecho da carta escrita de Porto Seguro a D. Manuel por mestre Joanes Emenelaus. Diz o mestre que em um antigo mapa-múndi, pertencente a Pero Vaz Bisagudo, poderá el-rei ver o sítio da terra. O mapa-múndi, que também representa a Mina, não certifica se a terra é habitada ou não.

Este trecho, que abaixo vai fielmente transcrito (63), é de uma obscuridade desesperadora. Se já houvesse suspeita de que a descoberta do Brasil não fora casual, poder-se-ia até certo ponto considerá-lo como um indício favorável; mas Gonçalves Dias já demonstrou, que pelo contrário, todos os testemunhos, a começar pelo de D. Manuel, são acordes em declarar o descobrimento como inopinado e fortuito.

E não é só isto: Joanes Emenelaus assegura ter visto o mapa-múndi; mas el-rei tanto não o vira, que o mestre lhe diz: “*mande vosa alteza traer*”. E quem nos assegura que o tivessem visto Pedr’Álvares Cabral e seus

companheiros: Entretanto, esta circunstância é indispensável para a proposição do Sr. Norberto ser admitida.

O descobrimento do Brasil explica-se muito mais facilmente pela viagem de Vasco da Gama, pelas instruções que redigiu e pelo meio social.

Como observa Peschel (64), Vasco da Gama, em sua primeira viagem para a Índia, passara por algum tempo ao longo das costas do Brasil, sem as reconhecer, pois, saindo do Cabo Verde a 3 de agosto de 1497, no dia 22 achava-se a 800 léguas da costa africana, isto é, a 45° ao ocidente do Sul da África.

Se então não descobriu o Brasil, deve-se talvez a circunstâncias insignificantes, a menos que não o seja à resolução firme em que estava o grande nauta de não se divertir em outras empresas antes de dar conta da missão de que fora incumbido (65).

No trecho do *Roteiro* de Vasco da Gama está notada uma circunstância, cujo alcance escapou a Peschel, mas que é preciso pôr em evidência: as aves que a noite tiravam contra sudoeste, tão rijas como aves que iam para terra. Os portugueses, diz-nos o filho de Cristóvão Colombo (66), fizeram a maior parte de suas descobertas regulando-se pelo vôo das aves; o descobridor da América muitas vezes regulou por elas o seu rumo. É, pois, fora de dúvida que Vasco da Gama teve não suspeita, como nos assegura Camões, mas certeza de uma terra ainda não conhecida.

Nas longas entrevistas que teve com Pedr'Álvares é natural que o ousado marinheiro mais de uma vez lhe

falasse no problema que pressentira, sem conseguir dar-lhe solução. Talvez este intuito até certo ponto haja influído sobre as instruções que formulou.

“Estas instruções, interpreta D’Avezac, si attendermos á direcção conhecida dos ventos aliseos do hemispherio austral, equivalem a uma recommendação expressa de tomar a partir do encontro delles, a bordada de sudoeste para correr com amuras a bombordo, emquanto o vento escasseasse, fazendo bom caminho para ganhar a região ulterior, em que o vento permitisse governar direito a leste para dobrar o Cabo.”(67)

Nestas instruções já está implícito o descobrimento do Brasil e a melhor prova é a freqüência com que aqui vieram ter os que as seguiram, a começar de Cabral em 1500 e de João da Nova em 1501.

Além dos sinais de terra entrevistos por Vasco da Gama em sua primeira viagem, e das instruções que formulou, concorreu eficazmente para o descobrimento do Brasil o estado então vigente dos espíritos: *“a intensa curiosidade movida pelos recentes descobrimentos no Novo Mundo e a nobre emulação que tais descobrimentos, feitos em serviços de uma nação competidora, haviam de excitar no ânimo de homens que, seguindo outro rumo, tantos louros tinham ganhado na carreira das empresas marítimas”*(68).

Pensando estes fatos, diz Major que podemos facilmente duvidar se este rumo para sudoeste não foi empreendido por Cabral na esperança de ir dar a alguma terra do novo mundo ocidental.

22. Outro ponto controvertido é o motivo por que Cabral deu à terra que descobriu o nome de Vera Cruz.

Segundo Castanheda (69), foi por causa da Cruz que ali mandou plantar a 1º de maio.

Gaspar Correa (70), diz que porque a ela chegaram a 3 de maio.

Ambas estas afirmações não têm, porém, consistência, porque Cabral pôs o nome à terra, segundo se deduz de Vaz de Caminha, no mesmo dia em que pôs o nome de Monte Pascoal – isto é, a 22 de abril.

Caminha nos dá o verdadeiro motivo do nome:

... pregou (frei Henrique) uma solene e proveitosa pregação da história do Evangelho e em fim dele tratou da nossa vinda e do achamento desta terra, *conformando-se com o sinal da Cruz, sob cuja obediência viemos.*

O nome de Vera Cruz imposto por Cabral, como é sabido, durou muito pouco tempo. Em 1501, nas instruções a João da Nova, é transformado no de Ilha da Cruz; na carta escrita por D. Manuel (71) aos reis católicos a 29 de julho do mesmo ano tem o nome de Santa Cruz; no roteiro de Gonville (1503-1505) já tem o nome de Brasil (72), que naturalmente lhe foi comunicado por Diogo do Couto e Bastião de Moura, portugueses da equipagem; em 1511 aparece já esta nome em documento oficial(73).

23. Outro ponto controvertido é se o atual Porto Seguro é o Porto Seguro de Cabral. Varnhagen diz sim (74), e Beaurepaire Rohan diz não (75).

Esta última opinião é a verdadeira: o lugar que Cabral chamou Porto Seguro em pouco tempo começou a chamar-se Santa Cruz, por causa da que ali foi deixada a 1º de maio de 1500.

Os argumentos de que Varnhagen lança mão quebram-se todos diante destes dois fatos: o primeiro é a tradição atestada por Gandavo, Gabriel Soares, Anchieta, Cardim e tantos outros; o segundo é que o Porto Seguro atual não corresponde à descrição de Caminha, por mais que se queira fazer de um recife um ilhéu.

24. Resta ainda um ponto a examinar: quem levou a el-rei de Portugal o novo do descobrimento do Brasil.

Os historiadores Castanheda, Barros e Damião de Coes dizem contestes que foi Gaspar de Lemos. Gaspar Correa diz que foi André Gonçalves, antigo mestre do navio em que fora Vasco da Gama para a Índia. A primeira opinião é clássica, e anda em todos os livros. A segunda só há muito poucos anos foi apresentada e defendida por Cândido Mendes.

Prima facie, o acordo de Castanheda, João de Barros e Damião de Goes, comparado com o isolamento de Gaspar Correa é forte presunção contra este. Mas é só presunção; basta ler com cuidado os três historiadores concordes, para ver-se que têm uma fonte comum, e assim os três reduzem-se a um.

Comparando-se esta fonte comum com a fonte a que se socorreu Gaspar Correa, a última leva grande vantagem. Gaspar Correa tem incontestavelmente erros cronológicos e alguns bem graves, sobre a partida da

frota do Tejo e a chegada ao Brasil: porém, quanto ao mais é verídico; é mais minucioso que os outros, está de acordo com Vaz de Caminha e serve até para explicar certos pontos sobre que o nosso primeiro cronista não se estendeu.

Demais, Gaspar Correa está de acordo com Caminha e o piloto anônimo que escreveu a navegação de Cabral, pois ambos dizem que foi mandado ao reino o navio dos mantimentos e o comandante deste navio era, segundo o autor das *Lendas da Índia*, André Gonçalves.

Enfim, ao passo que se sabe pela carta de D. Manuel aos reis Católicos, escrita aos 29 de julho de 1501, que eram treze os navios; pela conta de Castanheda, Barros e Goes apenas temos doze comandantes, pois Pedr'Álvares Cabral não comandava um navio determinado, porém toda a armada. Falta-nos, pois, um comandante e a afirmação de Gaspar Correa, de que este era André Gonçalves, acha-se confirmada por um manuscrito antigo, em que vem a lista das expedições e armadas mandadas por Portugal.

Com o livro de Gaspar Correa se conseguiu, felizmente, solver um outro problema da história do Brasil, que resistira a todos os esforços da crítica; o conhecer-se quem fora o comandante da primeira armada exploradora de nossas costas. Foi André Gonçalves, o mesmo que levará à Europa a notícia do descobrimento.

IV

CONCLUSÃO

25. Todos os esforços até hoje feitos para recuar o descobrimento do Brasil para antes de 1500 não têm resistido à crítica.

A tradição francesa da viagem de Cousin, que fixa o descobrimento do Brasil no ano de 1488, não está comprovada e tropeça em dificuldades insuperáveis.

A viagem de João Ramalho em 1490 ou é uma invenção de frei Gaspar da Madre de Deus, ou não passa de uma mistificação em que ele caiu.

A interpretação da viagem de Hojeda em 1499, que Varnhagen dá baseando-se nas cartas de Vespúcio, tem contra si o testemunho de Hojeda, de Juan de la Cosa, dos companheiros de Pinzon, do próprio Pinzon, e todos os resultados apurados no estudo dos textos e na crítica dos fatos.

É, portanto, com os documentos de que dispomos, incontestável que o descobrimento do Brasil foi em 1500.

E foram os espanhóis que o descobriram, porque Cabral viu terra mais de meado abril; Pinzon viu-a em fevereiro, e Lepe, quando Cabral ainda nem percebera sinais de terra, já dobrara o cabo de Santo Agostinho para o sul e tornava para o norte.

Esta é a solução cronológica.

A solução sociológica é diferente; nada devemos aos espanhóis, nada influíram sobre nossa vida primitiva; prendem-se muito menos à nossa história do que os franceses.

Sociologicamente falando, os descobridores do Brasil foram os portugueses.

Neles inicia-se a nossa história; por eles se continua por séculos; a eles se devem principalmente os esforços que produziram uma nação moderna e civilizada em território antes povoado e percorrido por broncas tribos nômades.

(*) Estudo publicado no “Jornal do Commercio” de 12, 29 de agosto e 10 de setembro de 1899 e reproduzido, refundido e ampliado, na “*América Brasileira*”, nºs 32, 33 e 34 de agosto, setembro e outubro de 1924.

NOTAS

(1) Apud GAFFAREL, *Brésil Français*, pág. 6. O nome de Descaliers era também escrito de outros modos: Des Cheliers, Des Celiers, Deschaliers ou Descaliers. Ib.

(2) *Revue Politique*, VI, pág. 1039. O artigo da *Revue* é um pouco diferente do capítulo correspondente do *Brésil Français*, em que o papel de Descaliers se torna muito menos importante. Foi traduzido quase integralmente por Fernandes Pinheiro na *R. T. do Inst. Hist.* XXXVII, II, pág. 71 e segs.

(3) *Brésil Français*, pág. 13 e segs. Desmarquets diz positivamente que era Vicente Pinzon e não Martim Alonso.

(4) *Brésil Français*, págs. 10 e 11.

(5) O próprio Gaffarel reconhece a semelhança das duas viagens, *Brésil Français*, pág. 9. Neste livro há um exemplo curioso de uma viagem cortada pelo molde de outra. A carta de Nicolas Barré, págs. 373-382, é em certas partes reproduzida literalmente em uma narrativa de viagem, que se figura como feita em 1581, págs. 493 e segs.

(6) *Brésil Français*, pág. 16.

(7) *Brésil Français*, pág. 14.

(8) Gaffarel descreve do seguinte modo o caráter de Pinzon: *hauteur, emportement, duplicite, mais aussi fermeté et persévérance*, pág. 16. Cf. Ramiz Galvão na *Revista Brasileira*, I, 66.

(9) *Brésil Français*, págs. 16-17.

(10) *Brésil Français*, pág. 13.

(11) *Brésil Français*, pág. 16.

(12) *Brésil Français*, pág. 9. Em nota o autor cita o seguinte trecho de Desmarquets: *Les armateurs de cette ville étaient convenus pour leur intérêt de garder le secret des découvertes que feroient leurs navires; ils cachèrent celle que Cousin venoit de faire du bout de l'Áfrique. Ils crurent*

être les seuls qui pourroient, à ce moyen, pénétrer jusqu'aux Indes, et en tirer un parti immense.

(13) *Brésil Français*, pág. 17. Pedro Martir dá uma explicação muito mais simples quando diz dos habitantes de Palos: *sut opidaniõnes, nullo excepto, rebus marinis cõtinueis que nauigationibus inteto. De rebus oceanicis*, dec, I. lib. IX, pág. 95.

(14) MAJOR, *Vida do Infante D. Henrique*, pág. 465.

(15) *Brésil Français*, pág. 8.

(16) *Brésil Français*, pág. 2.

(17) *Brésil Français*, pág. 2.

(18) *Brésil Français*, pág. 4.

(19) *Brésil Français*, pág. 4.

(20) *Brésil Français*, pág. 8.

(21) *Les Normands sur la route des Indes*.

(22) Eis o trecho como o traduz Humboldt: “Les habitants de cette côte ont raconte que de temps en temps ils y voient arriver d’autres vaisseaux dont l’équipage porte des habits semblables aux nôrtés et qui ont presque tous la barbe rouge (blonde), Les croient d’après ces signes que ce sont des Français” *Examen critique de l’histoire de la geographie du nouveau*

continent, Paris, V. pág. 244 Cf. *Les Normands sur la route des Indes*, pág. 49.

Referindo-se a este trecho, diz com muita razão HARRISSE: “We are inclined to think that the early date of the visits of the French navigators to Brazil rests on better authorities.” *Bibliotheca Americana Vetustissima*, New York, 1866, 8^{to}, pág. 173.

(23) *Examen critique*, V. pág. 249. Se houvesse necessidade de novos argumentos para provar que Humboldt não tinha razão, bastaria citar a edição descrita por HARRISSE, sob o n^o 100 da *Bibliotheca Americana Vetustissima*, edição que, como ali se demonstra, não pode ser posterior a 1516, ano em que deixou de imprimir o editor Oeglin. Cf. VARNHAGEN, *Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil*, pág. 51.

(24) *Les Normands sur la route des Indes*. pág. 45-48.

(25) *Les Normands sur la route des Indes*. pág. 49.

(26) TERNAUX COMPANS, *Archives des voyages*, Paris, s.d., 2 vols. 8^{to}, III, págs. 306-309. Cf. *Brésil Français*, págs. 25-26.

(27) A carta de Vespúcio, contemporânea da primeira viagem, em que se fala da passagem para Malaca, é apócrifa, no entender de VARNHAGEN. Entretanto, mesmo admitindo sua autenticidade, a melhor prova de que na primeira expedição não se tratou da passagem para Malaca é que a segunda expedição veio exclusivamente tratar deste objeto.

(28) Eis textualmente o que diz GONNEVILLE: “empuis aucunes années en cá Dieppois et les Malouinois et autres Normands et Bretons vont quérir

du bois à teindre en rouge, cotons, guenons et perroquets, et autres denrées”. D’AVEZAC, *Voyage de Gonneville*, pág. 104.

(29) *Les Normands sur la route des Indes*. pág. 41. Cf. D’AVEZAC, *Voyage de Gonneville*, pág. 6.

(30) *Calendas Decembris*, diz Pedro Martir, pág. 95: *A Palos oppido soluunt XVIII Novembris*, diz Grinoeus, *Novvs orbis*, pág. 119.

(31) *Ibidus Januarii*, Pedro Martir. *De rebus oceanis*, pág. 95.

(32) NAVARRETE, *Viajes III*, 550. *Septimoe calendas Februarii*, diz Pedro Martir, pág. 96.

(33) *De rebus Oceanics*, pág. 95.

(34) *Interrogati a me nautae*, diz o outro propósito, pág. 96. Cf. J. Caetano da Silva, *L’Oyapoc et l’Amazone*, parágrafo 2546.

(35) *História geral*, págs. 78 e 79.

(36) Um ilustrado oficial de marinha a quem consultei sobre o assunto, escreve-me o seguinte: “Partido de Santiago em rumo de S.S.O., verdadeiro (22°301) passa-se umas trinta léguas ao mar do cabo de Santo Agostinho.

Para chegar a Santo Agostinho, precisa-se de fazer o rumo de 25° a 26 S.O. verdadeiro.

Para chegar a Mucuripe, é preciso fazer o rumo de 40° S.O.

Sabendo-se que 22°30' é S.S.O. verdadeiro, o mais ligeiro patenteia que 25° a 26° s.o. aproxima-se mais delle do que 40°. Veja-se sobre o assunto D'AVEZAC, *Americ Vespuce*, págs. 112-113.

(37) *De rebus Oceanicis*. Africum, quem suduestum appellant, qui medius inter Austrum est ac Zephyrum, capiunt in progam, pág. 95. Veja-se a pág. seguinte.

(38) Quo vento (Apeliote) navigarunt. Apud Grinoeus. *Novus orbis*, pág. 119.

(39) NAVARRETE, *Viajes y descubrimientos*, III, pág. 47. Aí é citado Herrera. Decada I, liv. VIII, caps. I e IX. Varnhagen contesta esta viagem, geralmente admitida, nas *Nouvelles recherches sur les derniers voyages du navigateur florentin*, págs. 16 e 52.

(40) *Viajes y descubrimientos*, III, 82.

(41) *História geral*, pág. 79.

(42) *L'Oyapoc et l'Amazone*, II, parágrafo 2564.

(43) *Geschichte des Zeitalters der Entdeckungen*, pág. 255, nota 7.

(44) *Geschichte des Zeitalters der Entdeckungen*, pág. 255.

(45) *Revista do Instituto*, XXII, pág. 446. Cf. VARNHAGEN, *Examen de quelques points*, parágrafo 42.

(46) Cf. D'AVEZAC, *Americ Vespuce*, pág. 107. VARNHAGEN, *Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil*, parágrafo 51.

(47) *Considerations géographiques*, pág. 77.

(48) Sobre a viagem de Velez de Mendonza, v. NAVARREYE: *Viajes y descubrimientos*, III, págs. 555 e 594; D'AVEZAC, *Considerations géographiques*, nota Y, págs. 227-229; PESCHEL, *Geschichte der Entdeckungen*, págs. 258-259.

(49) *Historia geral* I, págs. 24-25. Estas idéias foram depois sustentadas pelo mesmo autor em quase todos os trabalhos que desde então deu à luz.

(50) *L'Oyapoc et l'Amazone*, II, parágrafo 2569.

(51) *L'Oyapoc et l'Amazone*, II, parágrafos 2568 e 2569.

(52) *L'Oyapoc et l'Amazone*, II, parágrafo 2558.

(53) *Historia de las Indias*, cap. 145, vol. II, pág. 397.

(54) ... *i haviendo navegado setecientas Leguas, perdio el Norte i paso la linea equinocial, siendo el primer subdito de la Corona de Castilla, i de Leon que la atraveso*. Decada I, liv. IV, cap. VI.

(55) *Examen critique*, IV, págs. 200-213, 230-301.

(56) *Americ Vespuce*, págs. 106-110.

(57) *Revista do Inst. Hist.*, II, págs. 426-427.

(58) *Nobliarchia Paulistana* na *Revista do Instituto Histórico*, vol. XXXIV, parte I, pág. 8.

(59) *Revista do Instituto*, vol. XL, parte II, págs. 163-247.

(60) *Revista do Instituto Histórico*, XL, Parte II, pág. 356. AZEVEDO MARQUES nos *Apontamentos Históricos da província de São Paulo*, Rio, 1879, 2 vols. 4to, s.v. *João Ramalho* apresenta documentos que mostram o pouco valor da afirmação de frei Gaspar, mas ao mesmo tempo mostram que João ramalho só morreu depois de 1562. Varnhagen cita na *História geral*, pág. 605, outro documento em que João Ramalho ainda é dado como vivo a 22 de Abril de 1568.

Taques Paes Leme, que no trecho acima citado dá notícia do primeiro e torna assim bem clara a distinção, em outros lugares perde-a de vista.

Cândido Mendes, o homem que melhor estudou o assunto, também não faz a distinção, e por isso é um pouco injusto com Taques.

Além desses dois, cuja existência não pode ser posta em dúvida, julgo que ainda há terceiro, provavelmente filho do primeiro. É este que suponho ter sido eleito a 24 de maio de 1562 para capitão de guerra contra os índios do Paraíba (Azevedo Marques, II, 215). O primeiro, que a 15 de fevereiro de 1564 alegava a sua idade para não aceitar o cargo de vereador (Azevedo Marques, II, 27), não parece o mais próprio para o comando de expedição guerreira.

Em todo caso, isto não assa de simples suposição, a que o tempo se encarregará dedar o devido valor.

(61) Varnhagen, que debalde procurou o original do testamento em São Paulo, sugere que o testamento deve ter sido feito a 3 de maio de 1570 e

não de 1580, e que nos anos de assistência se escreveu ou se leu, noventa em vez de sessenta. *História geral*, pág. 605.

(62) Este rio, segundo o Sr. general Beaurepaire Rohan, é o Cahy. *O primitivo e actual Porto Seguro*, págs. 15-16.

(63) Quanto senhor al sitio desta terra mande vosa altezza traer um mapamundy que tyene pero vaaz bisagudo e por ay podra ver vosa alteza el sytyo desta terra en pero a qual mapamundy non certyfica esta terra ser habytada e no es mapamundy antiguo e ally halla vosa alteza escrita tambyen la mna. VARNHAGEN, *História Geral*, I, 423.

(64) *Geschichte des Zeitalters der Entdeckungen*, pág. 263.

(65) Eis o trecho do Roteiro de Vasco da Gama:

E huuma quynta feira que eram três dias d'agosto partimos em leste (de Santiago), e hindo huum dia com sull quebrou a verga ao Capitam moor, e foy em XVIII dias d'agosto, e seria isto CC legoas da Ilha de Santiagono, e pairamos com o traquete e o papafigo dous dias e huuma noute, e em XXII do dito mês hindo na volta do mar ao sull e a quarta do sudueste, achamos muitas avez feitas como garçoens, e quando veo a noute tiravam contra o susoeste muito rrigas como aves que hian pera terra, e neste mesmo dia vimos huuma balea, e isto bem oytocentas legoas em mar. Roteiro de Viagem de Vasco da Gama, Lisboa, 1861, 8º, pág. 3.

(66) Eis o trecho no que interessa à questão: “*diciendo (Cristóvão Colombo) qui si mudaba camino lo hacia porque no era mui distante del suio principal, i seguir la raçon, i experiênciã de los Portuguezes que havian descubierto la maior parte de sus Islas por el juicio, i buelo de semejantes lajaros.*” *La História de O. Fernando Colon*, cap. XX, apud

GARCIA, *Historiadores primitivos de las Indicas Occidentales*, Madrid, 1749, 3 vols. fol. I, pág. 19. Vejam-se também os capítulos XVIII e XIX.

(67) *Considérations géographiques*, nota D, pág. 159. Cf. GASPAR CORREA, *Lendas da Índia*, I, pág. 149. VARNHAGEN, *História Geral*, I, pág. 13, 422; e D'AVEZAC, *Relation authentique du voyage du Capitaine de Gonneville*, pág. 65.

(68) *Vida do Infante D. Henrique de Portugal*, pág. 467. Varnhagen tinha antes exprimido idéias semelhantes.

(69) *Descobrimento e conquista da Índia*, livro I, cap. 31.

(70) *Lendas da Índia*, I, pág. 152.

(71) Apud NAVARRETE, *Viajes*, III, pág. 95.

(72) Este nome já figura em Empoli (1503).

(73) *Roteiro da nau Bretoa*.

(74) *Nota à cerca de como não foi na Corôa Vermelha na enseada de Santa Cruz que Cabral primeiro desembarcou e em que fez dizer a primeira missa. Rev. do Inst. Hist. XL, p. II, págs. 5-12.*

(75) *O primitivo e o actual Porto Seguro*.

OS CAMINHOS ANTIGOS

E O POVOAMENTO DO BRASIL⁽¹⁾

Na era de 1530 o território entre Maranhão e Santa Catarina foi dividido em 12 capitanias hereditárias, desiguais em superfície, limitadas toda a Este pelo Atlântico, o Oeste pela linha fantástica de Tordesilhas.

Até então o Brasil estivera entregue a degredados, a desertores, a traficantes da madeira que lhe deram o nome. Seu povoamento fora descurado inteiramente, embora Diogo de Gouvêa e Cristóvão Jaques apontassem, como meio único de impedir as incessantes incursões francesas, a fundação de povoações e fortalezas, que não deixassem carga para as naus de contrabandistas. Com o ano de 1535 se iniciou um movimento capital, que ainda hoje continua.

Como se deu? Pode-se apanhá-lo em algumas linhas principais, qual de um país se reúnem todas as

¹ Estudo publicado no “Jornal do Commercio” de 12, 29 de agosto e 10 de setembro de 1899 e reproduzido, refundido e ampliado na “América Brasileira”, números 32, 33 e 34 de agosto, setembro e outubro de 1924.

águas em poucas bacias preponderantes? É o que se pretende averiguar neste ligeiro esboço.

1

Começaremos eliminando das 12 primitivas capitanias as que demoravam além do cabo de S. Roque.

João de Barros, Fernão Álvares de Andrade, Ayres da Cunha, Antônio Cardoso de Barros passaram sem deixar sinais. A ponta arenosa e sáfia, descoberta em agosto de 1501, resistiu à onda colonizadora tão rijamente como o Bojador e o Tormentório aos que procuravam o caminho marítimo das Índias. A ocupação permanente da costa de Nordeste, ou Leste-Oeste segundo mais geralmente se dizia, só vingou no século XVII.

Eliminemos também o território entre o Sul da baía de Todos os Santos e a capitania de Santo Amaro. Por todo ele se estendia mata grossa e enredada, que vedava passagem. A via única de penetração somava-se em rios encachoeirados, que era possível vencer e foram de fato vencidos: Sebastião Tourinho, Adorno, Azeredo, atestam-no. Da passagem de tantos homens audazes apagava-se, porém, o efeito com a esteira das canoas que montavam. Seus nomes pertencem antes à erudição que à história. Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, parte de São Vicente e Santo Amaro pouco diferiram em 1801 do que foram em 1601. Rio de Janeiro figurava uma exceção, por motivos indicados adiante.

Feitas estas eliminações, restam Pernambuco e São Vicente, e os troços da capitania de Pero Lopes, que sempre gravitaram para as de Duarte Coelho e Martin Afonso, e finalmente nelas se absorveram. São estes os dois primeiros focos do povoamento da nossa terra.

A posição de Pernambuco, na parte mais oriental do novo e mais vizinha do velho mundo, facilitava as comunicações com a Europa de onde viriam capitais e braços a explorar suas riquezas. Duarte Coelho, donatário primitivo, soube aproveitar enérgico a situação e firmar solidamente seu domínio. Os sucessores o imitaram. Até a invasão holandesa Pernambuco se avantajava em população, riqueza e cultura a todas as irmãs.

Duarte Coelho se estabelecera em Igaráçu, na divisa com Itamaracá, capitania de Pero Lopes, passando depois para Olinda, mais ao Sul.

Para o Sul continuaram Jerônimo de Albuquerque, Duarte Coelho II, Jorge de Albuquerque. No mesmo sentido trabalharam particulares, como João Paes, que fundou oito engenhos junto ao cabo de Santo Agostinho, como o fidalgo alemão Cristóvão Lins, cuja viúva, D. Adriana de Olanda, vivia ainda na era de 1640, com 110 anos de idade, cercada de cinco gerações de descendentes; trabalharam ainda outros, cuja lembrança não se conservou com o mesmo cuidado.

A tendência de todos esses povoadores era evidentemente o rio de São Francisco, que o primeiro donatário se oferecera a conquistar, seduzido pelas riquezas dele fabuladas. Pelos anos de 1630 estava repartido todo o espaço entre Igaráçu e sua foz, e ainda

além; Duarte Coelho II elevou Penedo à categoria de vila.

A invasão holandesa sustou o avanço. Bagnuoli, Camarão, Henrique Dias, Vidal, Barbalho, abriram caminhos que lhes permitiam passar longe do mar de um a outro extremo de Pernambuco. Com a capitulação de Taborda, a evacuação do Recife e a vitória final dos patriotas, o desuso os tornou obsoletos e por fim fecharam-se, para não se abrir senão muito tarde, quando o primeiro impulso colonizador divergira para outros rumos.

Na segunda metade do século XVIII não se penetrava no Recife além de Bezerros, a quinze léguas para o interior: o que ficava além entendia-se com a Bahia. O Bispo Azeredo Coutinho alegava como um dos serviços de seu governo interino (1798-1804) ter aberto um caminho comunicando a praça de Olinda com os sertões de São Francisco.

Esse caminho serodio que, a julgar por uma indicação vaga de frei Caneca, acompanhava o Capiberibe até Taquaritinga, de onde demandava o Brejo da Madre de Deuz, isto é, sertões batidos por baianos um século antes talvez, explica exuberantemente por que motivo os limites pernambucanos recuaram de Carinhanha, hoje divisa da Bahia e Minas Gerais, para Pau de Arara, cento e cinqüenta e quatro léguas rio abaixo, segundo as fronteiras de Goiás. Pouco repara quem vir nisto apenas efeitos do decreto de 7 de julho de 1824, que desligou de Pernambuco a comarca de São Francisco, e da resolução de 15 de outubro de 1827, que

a incorporou à Bahia. Estes dois atos apenas apuram a Nêmesis da história.

Os serviços superiores de Pernambuco, avultam em direção muito diferente. De lá partiu a assistência perene para Itamaracá, tantas vezes premida pelos potiguares irreconciliáveis; as numerosas expedições que trouxeram a conquista árdua da Paraíba e do Rio Grande do Norte, onde franceses e potiguares fincaram pé mais de trinta anos antes de se darem por vencidos; o avanço arrastado para o Ceará, a conquista do Maranhão, a fundação de Belém, a investida do Amazonas.

A situação oriental de Pernambuco, tão favorável a outros respeitos, designava-o de preferência aos ataques vindos do Oriente. O último partiu dos holandeses, que só abandonaram o território heróico depois de um quarto de século de ocupação pertinaz. E a incorporação de Fernando de Noronha, no alto-mar, a Nordeste, prolongamento antegeográfico de Pernambuco, em desafio ao Oriente ultramarino, não é menos instrutiva do que a sua atrofia irreparável a Sudoeste.

O influxo de Pernambuco foi efêmero em todas as terras situadas além do Paraíba, e mesmo aquém, no Piauí que, apenas começadas a povoar, constituíram logo o estado do Maranhão, isolado inteiramente do resto do Brasil por circunstâncias que depois indicaremos(1); quando se reataram novamente os laços, já estava esquecida a que se pode chamar, a segunda metrópole. Ao contrário, Paraíba, Rio Grande do Norte, e mais tarde Ceará, depois de desligado do Maranhão, Alagoas,

conservaram-se em maior ou menor dependência comercial, econômica e política até nossos dias.

A falta de bons portos e rios navegáveis, ou pelo menos perenes, em toda essa zona ingrata do Nordeste e a proibição, vigente mais de cem anos, de comerciarem suas capitanias subalternas diretamente com o reino, influíram bastante para o resultado. Não menos concorreria o fato dos pernambucanos aqui não terem tido repugnância de entrar pelo sertão.

No avanço para o sertão defrontaram os índios, em que sobressaíam os cariris, antigos dominadores do litoral, então acuados entre o São Francisco e a Ibiapaba. A sua resistência foi terrível, talvez a mais persistente que os povoadores encontraram em todo o país; mas atacados no rio São Francisco, no Piranhas, no Jaguaribe, no Parnaíba, por gente de São Paulo, da Bahia, de Pernambuco, da Paraíba, do Ceará, foram uns mortos, outros reduzidos a aldeamentos, outros agregados a fazendas, fundindo-se e confundindo-se com os colonizadores alienígenas.

A pacificação dos cariris, mais ou menos completa nos primeiros decênios do século XVIII, deixou livre uma grande área e por ela alastraram numerosas fazendas de gado. Dos povoadores alguns se corresponderam principalmente com a Bahia ou Minas Gerais, outros demandaram do Acaraú, do Jaguaribe, do Piancó, através da Borborema, o litoral pernambucano.

Antonil calculava em mais de oitocentas léguas a extensão ocupada por currais pernambucanos, a contar de carinhanha. A maior parte escoava para fora da capitania.

Excluindo o São Francisco, alista nos centros pastoris o rio das Cabaças, o rio de São Miguel, as duas alagoas com o rio do Porto do Calvo, o da Paraíba, o dos Carisris, o do Açú, o do Podi, o do Jaguaribe, o das Piranhas, o Pajeú, o Jacaré, o Canindé, o Parnaíba, o das Pedras, o dos Camarões e o Piaugui.

Nos primeiros tempos Piauí pertencia a Pernambuco e a freguesia da Mocha dependia da de Cabrobó.

Dos pontos extremos a que chegou a ascendência de Pernambuco para o Norte podemos indicar Lavras, no Jaguaribe, em cujas cercanias estavam a fazenda do Juiz, pertencente ao mosteiro de São Bento de Olinda, e Caiçara ou Sobral, na ribeira do Acaraú. Ligando Sobral às terras de Parnaíba, tornou-se viagem relativamente fácil vir do Maranhão e Piauí a Pernambuco pelo caminho indicado.

2

Grande e bem grande centro de povoamento foi São Vicente, vila fundada em 1532 por Martim Afonso de Sousa. Dela se separou logo Santos, que já existia em 1549. Das duas saiu gente que se estendeu para o Norte até a Angra dos Reis e para o Sul até Laguna.

A mata litorânea, que começa em Ilhéus, prossegue para Santa Catarina, até onde avança a serra do Mar; estreita-se, porém, em frente a São Vicente, onde já fora vencida antes de Colombo e Pedr'Álvares, graças à circunstância de serem os mesmos os índios que

habitavam o litoral e o planalto – os tupiniquins e antes destes os guaianases, guarulhos, gualachos, maramomis, diferentes em tudo dos primeiros.

Depois de instalar São Vicente, Martim Afonso transpôs a serra de Paranapiacaba e criou outra vila, que posteriormente mudou de sede e nome, transformando-se insensivelmente na atual cidade de São Paulo.

O caminho entre São Paulo e São Vicente não era cômodo, mesmo aproveitados os trechos navegáveis do Cubatão e de um dos afluentes do Tietê. Fernão Cardim, que fez a viagem em 1585, nas melhores condições possíveis para a época, por acompanhar o padre Cristóvão de Gouvêa, visitador da Companhia de Jesus, já pujante e prestigiosa, graças a tantos serviços prestados, empregou nela quatro dias e diz: “O caminho é tão íngreme que às vezes íamos pegando com as mãos”, antes de chegarem bem cansados ao cume da Paranapiacaba; e depois de passado: “Todo o caminho é cheio de tijucos, o pior que nunca vi, e sempre íamos subindo e descendo serras altíssimas e passando rios caudais de água frigidíssima”.

Portanto, não podiam ser freqüentes as comunicações entre o litoral e o planalto, como logo o vestuário o malsinava. Os moradores de Piratininga, diz-nos o mesmo autor, “vestem-se de burel e pelotes pardos e azuis, de pertinas compridas... vão aos domingos à igreja com roupões ou berneu de caxeira sem capa”. E frei Vicente do Salvador, descrevendo a viagem feita por D. Francisco de Sousa uns quinze anos mais tarde, repara: “Até então os homens e mulheres se vestiam de

algodão tinto, e se havia alguma capa de baeta e manto de sarge, se emprestavam aos noivos e noivas para irem à porta da igreja”.

Assim as asperezas do caminho dificultavam o trato entre o interior e o litoral. E não o favoreciam as condições econômicas, pois Piratininga só precisaria de sal, pólvora, armas e alguns tecidos e quase só podia dar em troca algum ouro de lavagem, que desde logo foi sendo extraído, e os índios apanhados nas bandeiras, que, movendo-se pelos próprios pés, dispensavam conduções dispendiosas. Acrescente-se que os habitantes do campo cegavam às vezes os caminhos, para tolher a ação das autoridades de serra abaixo, representantes do poder real ou senhorial. De tudo resulta a necessidade de considerar o povoado serrano independente de Santos, de São Vicente e da marinha em geral. Esta, fique logo entendido, só em nossos dias sacudiu o letargo.

A situação geográfica de Piratininga impelia-a para o sertão, para os dois rios de cuja bacia se avizinha, o Tietê e o Paraíba do Sul, teatros prováveis das primeiras bandeiras, que tornaram logo famoso e temido o nome paulista. No Paraná, os jesuítas do Paraguai foram reunindo e domesticando numerosas tribos inermes, indefesas.

Ao assunto que estudamos não pertencem as bandeiras, por motivos óbvios. Concorreram antes para despovoar que para povoar nossa terra trazendo índios dos lugares que habitavam, causando sua morte em grande número, ora nos assaltos às aldeias e aldeamentos, ora com os maus tratos infligidos em viagens, ora,

terminadas estas, pelas epidemias fatais e constantes, aqui e alhures apenas os silvícolas entram em contato com os civilizados. Acresce que os bandeirantes iam e tornavam, não se fixavam nunca nos territórios percorridos; isto explica o motivo da sua persistência durante mais de um século e seu exílio quando não tornaram mais à pátria.

A atenção que não cabe aos bandeirantes reclamam-na de passagem os conquistadores, homens audazes, contratados pelos poderes públicos para pacificar certas regiões em que os naturais apresentavam mais rija resistência. Os conquistadores podiam cativar legalmente a indiada, recebiam vastas concessões territoriais, iam autorizados a distribuir hábitos e patentes aos companheiros mais esforçados. Estêvão Ribeiro Baião Parente, Matias Cardoso, Domingos Jorge Velho e outros fixam este curioso tipo; geralmente não tornavam à pátria e deixaram sinais de sua passagem e herdeiros de seu sangue em Minas Gerais, na Bahia, em Alagoas e alhures; mas o maior serviço que prestaram consistiu em ligar o Tietê e o Paraíba do Sul ao São Francisco, através da Mantiqueira, construindo e levando rio abaixo canoas para as quais não havia aqui madeira própria, e auxiliarem os curraleiros a se estenderem até o Parnaíba e Maranhão. Domingos Jorge Velho foi um dos primeiros devassadores do Poti.

Ao tempo em que os conquistadores se batiam contra os índios de Paraguaçu e Ilhéus, prosperava à volta de São Paulo grande número de vilas: Moji das Cruzes, Parnaíba, Taubaté, Guaratinguetá, Itu, Jundiáí,

Sorocaba, são todas anteriores a 1680, anteriores ao grande êxodo que assinalou o último quartel do Século XVII. Cada uma das vilas extremas demandava destino diverso: as vilas do Paraíba do Sul apontavam para as próximas Minas Gerais, como Parnaíba e Itu apontavam para Mato Grosso, como Jundiáí apontava para Goiás, e Sorocaba para os campos de pinheiros em que já surgia Curitiba.

Para mobilizar todas essas forças bastou o descobrimento do ouro, ouro corrido, é verdade, como se conseguira já em tantos córregos e rios, mas com abundância de que só em terras de língua inglesa se encontrou o equivalente em nossos dias.

Os primeiros descobertos lavraram-se em águas do rio Doce, do rio das Velhas, mais tarde, do rio das Mortes e do Jequitinhonha: a população que acudiu procedeu toda, ou quase, do planalto, especialmente do rio Paraíba do Sul, onde a estreiteza do vale, cavado entre a Mantiqueira e a cordilheira marítima, produzia o efeito de condensador. Logo apareceram outros novos haveres. Pouco tempo os desfrutaram em paz os descendentes dos bandeirantes e conquistadores, derrotados no encontro com os emboabas, ou, para falar com mais precisão, dos aventureiros, na maioria baianos, vindos do Norte, beirando o São Francisco e o rio das Velhas.

Com a vitória dos emboabas, Itu e Sorocaba assumem seu papel histórico. Pelo Tietê até a barra, pelo Paraná até o Pardo, por este até a balança das águas com o Paraguai, pelo Coxim, pelo Taquari, pelo Paraguai,

pelo São Lourença, pelo Cuiabá, atingiu-se a descobertos em que o ouro se apanhou às arrobas. E logo transposta a chapada e espontados rios que correm ao Amazonas e ao Prata, chegou-se às cabeceiras do Guaporé, desceu-se para o mato grosso do Jauru, ou avançou-se para o alto Paraguai. Até aqui, não se atreveram emboabas, mas no labirinto dos pantanais apareceram índios ferozes, não desbastados suficientemente por bandeiras; apareceram as dificuldades da viagem, que desde Araritaguaba, ou Porto Feliz, pedia quatro a cinco meses, através de mais de cem saltos, cachoeiras, corredeiras e entaipavas. Cuiabá e Mato Grosso, para não sucumbir, tiveram que se desligar de São Paulo.

Antes disto se consumir chegara a vez de Jundiaí, de onde partiu Bartolomeu Bueno e cortando afluentes do rio Grande, e o próprio rio Grande, pondo-se do outro lado do Parnaíba (do Sul) encontrou finalmente os índios goiases, que vira menino, quando por aquelas brenhas guerreava em companhia de seu pai Anhanguera, o diabo velho, o diabo legião que incendiava os rios. Em águas de um afluente do Araguaia pintou o primeiro ouro. Abundantes minas encontraram logo Amaro Leite, Godoy, Calhamara pela ribeira do Araguaia, pela ribeira do Tocantins.

Cerca de 1740 minerava-se ouro desde as serranias do Espinhaço até os chapadões dos Parecis, e quase sempre fora um paulista o descobridor. São Paulo estava, porém, exausto. Densa sua população não era tanta que pudesse resistir a tantas sangrias ininterruptas que a vitimaram. Por maior desventura os poderes públicos

quase não deram um passo que não fosse em detrimento daqueles sertanistas façanhudos.

Artur de Sá, governador do Rio de Janeiro, o primeiro que visitou as m9nas gerais, teve de ir por terra desta cidade a Parati, e de Parati a Taubaté, para transpor a Mantiqueira. Seguiu assim uma trilha antiquíssima dos guainases, porque do mesmo modo que a gente de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, os fluminenses não se animaram a varar a mata de um a outro lado.

Ofereceu-se a Artur de Sá para abrir comuniccação direta com o Rio um paulista, Garcia Rodrigues Paes, filho de Fernão Dias Paes, o governador das esmeraldas(2). Isto fez partindo dos descobertos já lavrados, beirando o Paraibuna até o Paraíba do Sul e transpondo a divisória deste até o rio Morobaí ou Pilar, traçado em parte coincidente com a via férrea que já não se chama Pedro II e com a de Melhoramentos a esta reunida (3). Data daí a ruptura das matas, feita por mãos alheias (o fluminense é incapaz de dizer *sape* a um gato, escreve alguém que os conversou), o florescimento do Rio de Janeiro, que em 1711 já fornecia opimo espólio ao corsário Duguay-Trouin.

A obra antipaulística de Garcia foi continuada por seu concunhado Manuel da Borba gato, que se estabeleceu no rio das Velhas.

Dali contra a própria vontade e ordens draconianas do ultramar, mas urgido por inelutáveis condições demográficas, encaminhou para a Bahia o ouro e o comércio do São Francisco.

Em Mato Grosso procurava-se remédio contra os ataques ferozes dos paiaguás, guaicurús, caiapós ou porrudos, que desde os pantanais do Paraguai até os saltos do Pardo, balizaram de cadáveres cada palmo de terreno. O que se ofereceu mais adequado consistiu em abrir trato por terra para as minas de Goiás já então descobertas. Desta empresa se encarregou Antônio Pires de Campos, auxiliado pelos bororós, que soube atrair ao seu serviço. No princípio do Século XIX Caetano Pinto, nomeado governador de Pernambuco, veio por terra do Guaporé ao rio de São Francisco.

No ano de 1742, Manoel Félix de Lima desceu pela primeira vez o Madeira desde o Sararé e Guaporé até o Pará: José de Sousa Azevedo em 1746 desceu o Tapajós. O governo da metrópole proibia sob graves penas o aproveitamento dessas vias de comunicação, especialmente a do Madeira: mas desde que se erigiu a capitania de Mato Grosso e se escolheu para a capital a Villa-Bela não restava outro recurso. Com o governo de D. Antônio Rolim de Moura se tratou de utilizar o Mamoré e Madeira para as comunicações com o Pará, apesar dos colossais embaraços oferecidos pelo trecho encachoeirado, só vencíveis e só vencidos por via férrea. D. Antônio Rolim de Moura, conde de Azambuja, que alcançara Cuiabá-Mato Grosso e de sua viagem deixou aprazível narrativa, nomeado governador da Bahia em 1766, desceu do Guaporé ao Maranhão, donde foi por terra a seu destino.

O caminho fluvial do Madeira, o caminho terrestre de Goiás, concluíram a obra antipaulística iniciada nos

morticínios dos pantanais. Quando Spix e Martius visitaram Porto Feliz, na segunda década do passado século, o comércio antigo estava amortecido. Não mais de seis a oito canoas anualmente faziam o serviço, em que não muitos anos antes porfiavam tantas monções.

Também Goiás não se lembrou muito tempo que de São Paulo partira o movimento que o transformara. A divisória das águas entre o Tocantins e o São Francisco abunda em gargantas, seguramente já trilhadas pelos índios: Duro, São Domingos, Taguatinga, Santa Maria, Arrepellidos etc. Pelas gargantas mais setentrionais, os goianos se comunicaram com a margem pernambucana (esquerda) do São Francisco, de onde com mais facilidade tinha de ir o gado de que precisavam, sob pena de morrerem de fome; pelas mais meridionais atingiram a margem baiana do São Francisco, ou terras de Minas, que apresentavam como termo de viagem os portos da Bahia e Rio de Janeiro, a todos os respeitos mais vantajosos que São Paulo ou Santos. O refluxo de Goiás para São Paulo é todo obra dos nossos dias e precedeu de pouco a abertura da Mojiana.

O governo da metrópole, absorvido por interesses fiscais, sacrificou conscientemente São Paulo a Minas, porque a princípio não tinha confiança nos paulistas, tanto que recomendou ao governador Antônio de Albuquerque que não lhes confiasse armas, e porque, estando o serviço de arrecadação de quintos melhor organizado em Minas Gerais, onde registrou vantagens, patrulhas volantes tomaram todas as saídas e as Câmaras

municipais prometeram pagar cem arratéis de ouro anualmente, da metrópole galardoada.

Na segunda metade do século dezoito o megalomaniaco governador de São Paulo, D. Luís Antonio de Sousa Botelho e Mourão, quis aproveitar a posição de Sorocaba e mandou fundar Lajes, em terras que atualmente pertencem a Santa Catarina. Assim e mais com a empresa trágica de Iguatemi não fez senão consumir a ruína da capitania entregue a seus cuidados. Os paulistas não sabiam mais sertanejar nem minerar. Encontramo-los depois nas tropas regulares empenhadas nas guerras platinas desde o refúgio: é seu pejo extremo.

A estrada de Sorocaba a Porto Alegre e ao território das Missões teve sua importância quando vinham às feiras dezenas de milhares de bestas, mas sua influência durou pouco e esvaiu-se com a introdução do vapor. A Este nela desembarcaram caminhos vindos da marinha, onde a Serra do Mar permitia passagem. A Oeste não romperam a mata nem domaram a indiada. A margem esquerda e a direita do Paraná durante o período colonial não se povoaram, e ainda hoje continuam quase desertas.

Entretanto, lentamente São Paulo foi-se reerguendo. A plantação de cana, de café, a imigração, as estradas de ferro, os fatores geográficos revalorizados, deram-lhe nova e mais vigorosa vida e lhe restituíram a hegemonia que há anos representa em toda a vida brasileira.

3

A cidade do Salvador, instituída na baía de Todos os Santos por Tomé de Sousa em 1549, figura outro centro considerável de povoamento de nossa terra.

D. João III tomou-a sob sua especial proteção, enviou-lhe colonos, forneceu dinheiro, adiantou escravos e mercadorias, isentou ou aliviou de impostos os moradores, cercou-a de cuidados e desvelos que a fizeram desde o começo viável e a ajudaram a medrar vigorosa.

A população alastrou de preferência pelo litoral do pequeno mediterrâneo, geralmente chamado recôncavo. Em 1587, menos de quarenta anos depois da fundação, Gabriel Soares contava dezesseis freguesias; sessenta e duas igrejas, todas bem consertadas, limpas e providas de ornamentos; três mosteiros de religiosos; oito casas de cozer meles, mui proveitosas e de muito fabrico; trinta e seis engenhos moentes e correntes, dos quais quinze movidos por bois, o resto por água. Outros quatro estavam construindo, e a produção ânua montava o melhor de cento e vinte mil arrobas de açúcar e muitas conservas.

Todos os moradores tinham seu barco ou canoa; o serviço dos engenhos fazia-se todo por mar; cada engenho possuía quatro embarcações; mil e quatrocentas se poderiam facilmente ajuntar, se o serviço real as reclamasse. Acrescia a isto que os escravos e a classe pobre se alimentavam quase só de peixe, e principalmente de mariscos apanhados nos mangues, e

dispensa grande esforço intelectual compreender que esta gente não trocaria de boa vontade as vantagens da marinha pelas asperezas e descômodos das brenhas do interior.

Os engenhos estavam todos na mata, o que se explica pela maior fertilidade dos terrenos bem vestidos, e pela abundância de lenha, necessária às fornalhas em um labor que às vezes durava, dia e noite, oito e nove meses. E não deviam se afastar muito do litoral marítimo, sob pena de, sendo um só o preço dos gêneros de exportação, não poderem competir com os fazendeiros mais vizinhos do mercado, cujo produto não se gravava com as despesas de transporte.

A mata do recôncavo, a partir da margem direito do Paraguaçu, é contínua com a que se estende até além do Capricórnio pela fralda oriental da serra do Mar. Da ponta de Santo Antônio, um dos extremos do recôncavo, até o rio de São Francisco a mata aparece em manchas consideráveis, capões, ilhas mais ou menos extensas, engastadas nos campos e caatingas, antes dominadas que dominantes. Por aqui de preferência se estabeleceu o povoamento, depois de repleto o recôncavo.

Varnhagen vê uma das causas do rápido devassamento dos sertões no fato de as caatingas se despirem anualmente de folhas. Teodoro Sampaio(4), tão eminente conhecedor da história como da geografia nacional, acaba de dizer quase o contrário em admirável artigo recente: “Se o perigo da mata virgem é a solidão sem veredas e sem saídas, escreve ele, o terror da caatinga é o desnorteamento infalível pela multiplicidade

delas. O bruto com o seu instinto rasga horizontes sem vacilar; o homem, porém, que de uma vez penetrou na caatinga e lhe falhou a memória na escolha da vereda, é uma vítima que só um milagre o salvará.”

Pensando bem, parece que a razão está antes com Varnhagen. A caatinga permite sempre a vista do céu e a orientação por ele; os obstáculos que depara resolvem-se com um facão ou uma foice ou a fogo. Os lugares em que ela se aproxima do litoral foram devassados logo. Já em 1584 se tinha ladeado o Orobó, região de grandes matas, e de lá trazido milhares de índios prisioneiros.

O que não pode haver dúvida é que as caatingas pouco remuneram a lavoura, como então, mais ainda que hoje, se praticava – simples latrocínio da natureza, sem compensação alguma oferecida por parte do homem. Urgia dar-lhes destino, mesmo porque a área dos caatingais era enorme, e descurá-la tanto montava a deixar sem proveito a maior parte do país. A criação do gado resolveu o problema.

Que a mata é incompatível com a criação do gado, ainda agora se vê no Amazonas. A pouca luz que cõa através das copas unidas do arvoredo não permite a formação de pasto; para os ruminantes a opulência vegetativa redundava em inanição irremediável. A caatinga é bem mais hospitaleira, apesar dos espinhos que caracterizam grande parte das suas árvores, herança dos tempos diluviais, armas nas lutas contra as colossais preguiças herbívoras, hoje extintas, então muito numerosas – no entender de W. Detmer, botânico ilustre, que há anos visitou a Bahia.

Os primeiros colonos evitaram os caatingais; nos requerimentos de sesmaria alegam sempre que as terras não têm pastos suficientes, por causa das caatingas. Mais tarde, porém, acomodaram-se com elas: porque entre um tronco e outro há sempre comédia; entre uma caatinga e outra há sempre campos; de certas árvores que não perdem a folha, aproveita-se a rama para alimentar a gadaria contra o flagelo das secas. Finalmente, estas matas virgens plebéias, que designamos por uma palavra da língua tupi, revestem formas muito diferentes, que podem emparelhar quase com as florestas próceras do litoral ou nivelar-se, com o campo rasteiro.

A criação de gado começou no governo de Tomé de Sousa.

“As primeiras vacas que foram para a Bahia, escreve Gabriel Soares, levaram-se de Cabo Verde e depois de Pernambuco, as quais se dão de feição que parem cada ano... e acontece muitas vezes mamar o bezerro na novilha e a novilha na vaca juntamente, o que se vê também nas éguas, cabras, ovelhas e porcas.”

Dentro do recôncavo e em certas ilhas deles havia alguns currais; a força da criação começava da ponta de santo Antônio para o Norte; no tempo em que Gabriel escrevia já alcançava o rio Itapicuru, e avultavam como criadores os jesuítas e Garcia de Ávila, e fundador dessa casa da Torre que mais tarde devia tornar-se tão opulenta.

A conquista de Sergipe na última década do século XVI, franqueou um amplo espaço, logo distribuído em sesmarias, distribuídas sem o mínimo escrúpulo, sem um

ligeiro vislumbre sequer de inteligência, desde que Sergipe teve capitão-mor próprio e desabusado.

Como não são sesmarias o objeto deste esboço, lembrar-se-á apenas que, à medida que a margem baiana do São Francisco ia sendo aproveitada, se tornava maior a distância da cidade do Salvador e seu recôncavo, onde existiam os principais consumidores de gado. A condução deste, beirando o São Francisco até a foz e daí acompanhando o oceano, ficava cada vez mais penosa e demorada; impunha-se a serventia de caminho mais rápido.

Dizia o saudoso engenheiro Carlos A. Morsing que as vias férreas se desenvolveram em triângulos no sentido da hipotenusa; o mesmo se dá com as vias comuns. No presente caso figurou de hipotenusa a linha de Jeremoabo.

Um caminho destes oscila naturalmente antes de fixar-se, e assim não é fácil apurar qual foi seu primeiro rumo. Frei Martin de Nantes, missionário capuchinho que mais de uma vez cumpriu a jornada entre 1672 e 1683, apenas indica três pontos por onde passava: a aldeia de Canabrava, hoje Pombal, e uma passagem no rio de São Francisco, abaixo das ilhas Pambu e Uacapara. No princípio do século XIX a passagem era em Ibó, a pouca distância de Cabrobó. Dela serviam-se os correios que transitavam entre a capital da Bahia e a do Ceará no governo de Francisco Alberto Rubim.

No tempo do intrépido frei Martin já se realizava uma invenção que agiu de modo extraordinário sobre nossa história e a modelou em grande parte. Um gênio

anônimo, tûmulo que nunca será conhecido nem visitado, inventou o meio de passar o gado nos rios caudalosos. “Na passagem de alguns rios, informa Antonil-Andreoni no seu livro sobre a cultura e opulência do Brasil, na passagem de alguns rios, um dos que guiam a boiada, pondo uma armação de boi na cabeça e nadando mostra às reses o vau por onde hão de passar.”

Com esta invenção se tornaram igualmente apetecidas ambas as margens do rio São Francisco.

O governador geral do Brasil, o governador de Pernambuco, o capitão-mor de Sergipe concederam todas as terras requeridas. Pelo lado direito do São Francisco até o rio do Salitre, por léguas sem conta na margem esquerda logo acima do trecho encachoeirado, a casa da Torre chamou a si territórios mais vastos que grandes reinos.

Nas proximidades destas terras morava Domingos Afonso, por antonomásia *Certão*. A procura de campos novos, ou no encalço dos índios, adiantou-se tanto que passou das águas de São Francisco para as do Parnaíba. Encontrou-se no rio Piauí, e este nome estendeu-se posteriormente à capitania e ao estado. No território assim descoberto o gado multiplicou-se de modo maravilhoso. Domingos Afonso fundou e possuiu dezenas de fazendas; trinta legou aos jesuítas; e com outros acréscimos tanto proliferaram as célebres fazendas nacionais, confiscadas pela vesânia pombalina, que mais de século e meio de incúria e malversação não as conseguiram extinguir de todo, tal a sua vitalidade inicial. No tempo de Rocha Pitta (antes de 1730) as

fazendas do Piauí iam descendo o Parnaíba e alcançavam o Longá e o Piracuruca, à procura de saída mais cômoda pelo litoral do que as cinco estradas que já então ou mais tarde, vinham desembocar no São Francisco, entre Cabrobó e a barra do rio Grande (rio Grande do Sul, como primeiramente se chamara).

As sesmarias denotadoras de peregrinos dotes geográficos e políticos em quem pediu e ainda mais em quem as concedeu, em si muito curiosas, são alheias ao presente estudo.

Voltando a ele, notaremos que à medida que o gado ia subindo pelo São Francisco, o caminho de Jeremoabo ia perdendo as comodidades que antes oferecia e impunha-se à criação de novos caminhos, os de Jacobina, Itapicuru e outros substituídos hoje em sua missão histórica pela estrada de ferro de São Francisco. O caminho de Joazeiro ilustra em uma página lapidar o venerando Martius, que por ele seguiu viagem para o Maranhão(5). De passagem se note que o caminho de Joazeiro se conta entre s menos antigos da Bahia – antes via de vazão que de penetração.

Em geral formava-se uma linha muito sinuosa que evitava as matas onde o gado não encontraria o que comer; as serras onde as chuvas mais freqüentes produziam, às vezes, florestas luxuosas como as de Orobó, os desfiladeiros arriscados, as caatingas mais bravas, as travessias órfãs d'água.

“Constam as boiadas que ordinariamente vêm para a Bahia de cem, cento e sessenta, duzentas e trezentas cabeças de gado; e destas quase cada semana chegam

algumas a Capoame (hoje Feira-Velha), lugar distante da cidade oito léguas, onde tem pastos e onde os marchantes as compram; e em alguns tempos há semanas em que cada dia chegam boiadas. Os que as trazem são brancos, mulatos e pretos, e também índios, que com este trabalho procuram ter algum lucro. Guiam-se indo uns adiante cantando, para serem desta sorte seguidos do gado; e outros vêm atrás das reses tangendo-as e tendo cuidado que não saiam do caminho e se amontem. As jornadas são de quatro, cinco e seis léguas, conforme a comodidade dos pastos, onde hão de parar. Porém, onde há falta de água, seguem o caminho de quinze e vinte léguas, marchando de dia e de noite, com pouco descanso, até que achem paragem onde possam parar. Nas passagens de alguns rios, um dos que guiam a boiada, pondo uma armação de boi na cabeça e nadando, mostra às reses o vau por onde irão passar.”

Assim escrevia em 1711, André João Antonil, pseudônimo e anagrama de João Antônio Andreoni, visitador da Companhia e seu provincial.

E aqui seja-nos permitido atender às dúvidas que dois amigos de São Paulo, de igual competência na história e geografia pátrias, Orville Derby e Teodoro Sampaio, levantaram em cartas muito eruditas contra a identificação de emboabas feita em artigo anterior(6).

A identificação comum é de portuguesas e emboabas; foi a primeira, mas, quando viram disputadas as minas que com tanto esforço haviam descoberto, e os atritos degenerando em batalhas mortíferas, os paulistas, querendo estigmatizar os inimigos vindos do Norte, para

estes estenderam o epíteto afrontoso, antes aplicado aos odiados reinóis odiosos. Cada margem do rio de São Francisco pertencia a capitania diversa; como chamar aos invasores pernambucanos, se a maioria precedia da margem direita? Como chamar-lhes baianos, se havia gente da margem esquerda? Emboabas resolvia a questão, encharcando no mesmo desprezo baianos, pernambucanos e portugueses. Portugueses havia, sem dúvida, no meio de todas aquelas turbas que cerca de vinte anos zombaram de todas as leis divinas e humanas, até que o enérgico conde de Assumar lhes deu uma lição talvez excessiva, cujos efeitos perduram nos descendentes timoratos. Mas podiam aparecer em exércitos desde logo, adaptar-se eletricamente ao viver das brenhas, vencer bandeirantes acostumados à luta dos sertões, intimidar governadores?

Não esquecer que no Rio Grande do Sul, ligado desde muito a São Paulo pela estrada de Lajes, a palavra baiano tem ainda hoje significação semelhante à de amboaba.

4

No instrumento dos serviços prestados como governador do Brasil, Mem de Sá alega as guerras do Paraguaçu, com a destruição de cento e sessenta aldeias.

Se assim castigou ofensas recentes, preparou também maus dias para si e para seus sucessores.

A marca ou comarca de gentio de língua geral, mais ou menos dútil, mais ou menos assimilável, foi

substituída por tapuias irredutíveis que detinha. Já no livro de Gandavo se lê que os aimorés passaram de Porto Seguro e Ilhéus para o Norte tudo devastando, iludindo quaisquer ataques, escondidos nas matarias, donde por trás de paus expediam invisíveis as flechas mortíferas. Ao terminar o século, na administração interina de Álvaro de Carvalho, enquanto D. Francisco de Sousa percorria as capitais de baixo, beiravam o Paraguaçu.

Junto à cachoeira em que este abandona o planalto para perder-se no estuário, afazendaram-se os irmãos Adorno, mamelucos de sangue em parte italiano, sertanistas destemidos citados na guerra de Sergipe e outros feitos. Nas cercanias fundaram-se engenhos, plantou-se fumo, ramo de cultura desde logo próspero, que reagiu sobre a zona pastoril, por saírem encourados os rolos destinados ao exterior. Álvaro Rodrigues Adorno com bons modos conseguiu conciliar os aimorés por algum tempo.

Segundo documentos oficiais, em 1612 estes ou outros, os tapuias, invadiram o distrito de Capanema, em 32, mataram os vaqueiros do Aporá e marcharam para o Norte até Itaporocas, que despovoaram. No governo de Antônio Teles da Silva (1642-1647) tanto se repetiram as hostilidades e insultos que se lhes declarou guerra e se fizeram escravos todos os nela tomados prisioneiros.

Confirmou-se em dezembro de 1654, no governo do conde de Atouguia, esta resolução. Como passara o perigo holandês, tratou-se de executá-la mandando ao sertão Gaspar Rodrigues Adorno e Tomé Dias Laços. Pouco se colhendo de tais entradas, agitou-se a idéia de

ir buscar a São Paulo gente própria a realizar a conquista.

Domingos Barbosa Calheiros embarcou na cidade do Salvador com a sua pouca numerosa tropa na monção de 1658 e dirigiu-se para Jacobina, confiado aos paiaias, pelo padre Antônio Pereira conciliados, que deviam servir de guias auxiliares. Mais de sessenta dias andaram enganados por serras inúteis e montanhas ásperas, sem jamais nunca poderem chegar às ditas aldeias que buscavam, usando os paiaias da indústria de aconselharem aos nossos que não atirassem para matar caça, nem cortassem paus para tirar mel, para não serem sentidos dos tapuias.

Com este malogro, não admira se assanhassem as incursões dos tapuias que infestando sempre os Ilhéus, Cairu, Jequiriçá e Jaguaripe, transpuseram também o Paraguaçu e entrando até as terras de João Peixoto Viegas, em Itapororocas. Urgia tomar logo enérgicas providências, e isto praticou o assento de 4 de março de 1669, em que se declarou a guerra justa os termos da lei de 1611. Para fazer a guerra, novamente se chamaram os paulistas.

Em agosto de 1671 chegou a gente de São Paulo, para cujo transporte a câmara do Salvador despendeu o melhor de dez contos de réis. Eram dois os chefes principais: Bras Rodrigues Arzão, que apareceu primeiro, e Estêvão Ribeiro Baião Parente, cabo supremo. João Peixoto Viegas eficazmente concorreu com os índios paiaias que domesticara, cuja administração logrou por tais serviços.

Foi Cachoeira a base das operações.

Por motivos ignorados Brás Rodrigues, depois de tomar a aldaia do Camisão, voltou para sua terra. Que não fez por cansaço pode afirmar-se, pois anos mais tarde aparece em outras empresas. De divergências com o chefe não há notícias nem probabilidades, que um combateu na margem direita, outro na margem esquerda do Paraguaçu. Possível é que achasse a tarefa quase resolvida.

De fato, ao Norte do Camisão os jesuítas possuíam vários aldeamentos; capuchinhos franceses catequizavam os cariris; núcleos indígenas obstinados haveria, basta lembrar os Arizes, mas estavam sitiados, podia-se atacá-los do recôncavo, do São Francisco, de quase todos os pontos cardeais. Fazendas de gado existiam numerosas, algumas munidas de fartos meios de defesa, e até de ofensiva, quando se oferecesse ensejo de cativar indígenas. Jacobina povoava-se, os engenhos e currais de Sergipe d'El-Rei avançavam.

No teatro da atividade de Arzão existiam manchas de mata por vezes bastante extensas, mas a feição dominante eram campos e caatingas. A Estevão Ribeiro couberam as matas, ainda hoje quase invictas do Paraguaçu.

Estêvão Ribeiro tomou a aldeia de Maracás na margem direita do Paraguaçu. Ali foi doada a seu filho uma grande sesmaria com o senhorio de vila. A vida de João Amaro, reduzida a tapera, ainda hoje perpetua a fama de seu epônimo nos caatingais da Bahia. O proprietário vendeu-a com todas as terras ao coronel

Manuel de Aragão, quando se retirou definitivamente para sua pátria.

Apesar do prêmio, excepcional dentro das idéias do tempo, magros resultados produziram as guerras de Estêvão Ribeiro. Meio século depois, em relatório oficial concluído na Bahia a 15 de fevereiro de 1721, escrevia Miguel Pereira da Costa que por todo o litoral onde faz barra o rio das Contas, só há duas léguas de trato e lavoura pela terra dentro. “Pela extensão da costa, afastada do mar aquelas poucas léguas, corre uma mancha de mato virgem e é mato em que nunca houve corte, onde há quantidade de gentio, que para o sertão o mais que se estendem é pelo rio Pardo; este, seguido dos paulistas, quando em outro tempo cuidaram mais em sua extinção, e andavam à caça deles, espalhados por estes sertões, se foi retirando para aquela parte, onde acantonados se têm conservado até o presente sem experimentarem a menor invasão, tendo produzido inumeravelmente pelas suas aldeias.”

Não serão fora de propósito algumas notas sobre um trecho ao menos da mata que pegava na ponta do Garcez e se estendia além do trópico.

No tempo de Antonil, as matas de Jaguaripe bastavam para dar lenha a quantos engenhos havia no recôncavo à beira-mar. Começava o corte nos princípios de julho; tinha cada escravo de cortar e arrumar cada dia uma medida de lenha, alta sete palmos, larga oito, medida de um carro; de oito carradas constava um tarefa, que custava 2\$500; alguns engenhos gastavam dois mil cruzados de lenha anualmente; um ano o de Sergipe do

Conde, fundado por Mem de Sá, terceiro governador geral, sogro do conde de Linhares, e depois pertencente aos padres da Companhia, gastou mais de três mil cruzados.

Por 1718, o paulista Pantaleão Rodrigues, acostumado à vida dos sertanistas, tentou ir da barra às cabeceiras do rio das Contas. De trinta e cinco homens constava a tropa, que partiu acompanhando o rio, onde as cachoeiras e serranias não o estorvavam, evitando as aldeias e fugindo do contado com os índios. Alguns retrocederam desde logo; no fim de dois meses da maior marcha estava a bandeira reduzida a onze pessoas. Sem mantimentos, com pouca pólvora, viram-se obrigados a prender-se mais estreitamente ao rio, que ao menos dava água para matarem a sede e com o peixe que às vezes fornecia, prorrogava-lhes a fome. Passados cinco meses estavam reduzidos a cinco, afinal apenas dois chegaram a seu destino.

“Um deles era o Pantaleão Rodrigues, cabo de partida, escreve Miguel Pereira da Costa, que havendo muitos meses que havia chegado e estava convalescendo, quando fui ao rio das Contas inda não tinha inteiramente tornado a si; mas ratificando-me o sucesso, acrescentou que gastou mais de oito meses e que pelo caminho que fizera andara mais de duzentas léguas.”

Outro fato característico do segregamento entre a marinha, a mata e o sertão que lhe ficava ao fundo, é passado com João Gonçalves da Costa. Depois de muitas guerras com os índios, que resultaram na fundação da Vitória da Conquista, desceu pelo rio Pardo até o mar,

em 1806. Só então ficou sabendo que era o mesmo rio pelos praieiros chamado Patipe e pelos sertanejos Pardo. A este não se limitava aliás a diversidade de nomes, um na embocadura, outro nas origens.

No ano de 1808 o Desembargador Tomás Navarro veio por terra da Bahia ao Rio de Janeiro com o fim de estudar uma linha de correio que ligasse a antiga à presente capital. Sua viagem foi sempre à beira-mar, exceto nos pontos em que morros muito íngremes ou amarados obrigadas o rodeio, ou nos rios sem canoas e sem pontes, que o desembargador subiu até os lugares vadeáveis.

Mais característico que tudo isto é a extinção espontânea das capitânicas de Ilhéus e Porto Seguro, pobres frontarias existentes desde D. João III. Da mesma sorte só escapou o Espírito Santo, talvez pela dificuldade de contentar na partilha Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro; mas a simples inspeção do mapa mostra que este é um estado anômalo que não há de continuar como aparece.

Não seria excessivo chamar impermeável ao Paraguaçu, impermeável na marinha, impermeável no álveo, impermeável nas margens, salvo o oásis de Cachoeira. Só próximo às origens pôde utilizar-se e sua utilidade consistiu em dar passagem para outras bacias, para o rio das Contas, para o São Francisco.

Em 5 de julho de 1677, foi nomeado capitão de entradas Domingos de Freitas de Azevedo, cabo de uma tropa de São Paulo, desbaratada no sertão do rio pelas nações bárbaras com que pelejou. Era seu fim na entrada

às cabeceiras do Paraguaçu, a 60 léguas do Itapororocas, procurar algumas aldeias de que tinha notícia. João Peixoto Viegas comprometeu-se a auxiliá-lo. Que fim teve a empresa, ignoramos. Nem mesmo se sabe se fez a viagem rio de São Francisco abaixo em canoas, como já se praticava.

Em 1690, transposto enfim o alto Paraguaçu, estavam em guerra com os índios do alto rio das Contas o capitão-mor Marcelin Coelho Bitencourt, seu filho coronel Dâmaso Coelho de Pina e André da Rocha Pinto, seu genro.

Saiu-lhe com protestos o mestre de campo Antônio Guedes de Brito, fundado numa sesmaria de Brás da Rocha Cardoso, *capitão-mor de Sergipe*, datada de 2 de maio de 1684, concedendo-lhe todas as terras do rio São Francisco até as nascenças do rio Vainhum ou Vainhão, provavelmente o rio das Velhas. Afonal os contendores chegaram a acordo em 1º de agosto de 1691; o mestre de campo abriu mão da metade das terras entre os rios Paraguaçu, São Francisco, Velhas, Doce, Pardo e Contas que poderiam arrendar. Ainda em 1725 os coronéis Damaso Coelho e André Rocha eram incumbidos de explorar o rio das Contas e o Pardo. Com seu curso vário continuou este avanço para o mar através das florestas incoercíveis.

Em setembro de 1700, D. João de Lencastro, governador geral, escrevia a Artur de Sá de Menezes, governador do Rio de Janeiro.

“... me parece advertir a V.Sa., como seu amigo, que o rio Verde, o Doce, o Pardo, o das VCellhas e as

cabeceiras do Espírito Santo estão no distrito da Bahia, para que V.Sa. os evite pelo caminho que melhor lhe parece, que de nenhum modo excedam as pessoas que andarem no tal descobrimento os termos que inviolavelmente devem observar, não passando de uma capitania para outra.”

Isto implica uma série de entradas e bandeiras, cujos pormenores são desconhecidos, e não abona muito o cabedal geográfico do governador. Sabemos apenas que o Paraguaçu foi vencido nas alturas da serra do Sincorá. Ainda em 1802 escrevia Vilhena: “... a travessia que vai de Moritiba até o Sincorá é talvez um dos caminhos piores por que pode transitar-se por ser ainda deserto e doentio, onde morrem de sezões inumeráveis viandantes, sendo preciso trazerem de muito longe cavalos de água e bebida quinada”.

A marcha conquistadora, norteada para o mar, avassalou as cabeceiras do Contas, do Pardo, do São Mateus, do Jequitinhonha.

Assim não é de estranhar que baianos figurem entre os primeiros descobridores do Serro e de Caeté. A região de Minas Novas, depois de elevada a vila, durante algum tempo andou incorporada à comarca de Jacobina. Ainda na guerra da independência, o governo de Cachoeira, ansioso de ter comunicações seguras com o Rio de Janeiro, estabeleceu uma linha postal para Diamantina.

O correio seria sustentado por dez paradas de Cachoeira ao Pardo, a saber: Curralinho, Santa Rita, Quaté, Caldeirões, Barra do Sincorá, Lajes de Baixo, São

João ou morada do capitão João Martins, Curral, Areão, Rio Pardo.

Do arraial do rio Pardo seguia o correio para o Tejuco, hoje Diamantina, por seis paradas: Tapera, Barreiro das Antas, Machado, Péde Morro, Rio Manso, Tejuco.

Como se vê, até à passagem do Sincorá continuava impermeável o Paragualu. Apesar disto era freqüentado seu caminho, porque abreviava a jornada consideravelmente.

Na margem pernambucana do São Francisco, estranha à jurisdição de D. João de Lencastro, abriu-se com o tempo a estrada que levaria a Goiás. Existe o roteiro da viagem feita pelo governador Luís da Cunha Menezes entre Cachoeira, no rio Paraguaçu e Vila Boa, e o de José de Almeida e Vasconcelos, barão de Mossamedes, em sentido inverso.

Ali mesmo ainda, na margem esquerda do São Francisco, ao lado desta possibilidade só mais tarde percebida, existia já uma realidade vigorosa.

O gado semeado nas cercanias da serra dos Dois Irmãos e do alto Piauí, medrou tanto que atingiu as terras do Pernaguá e não podia vir mais ao recôncavo baiano pelos antigos caminhos. As boiadas do Piauí até a barra do Iguaçu e do Pernaguá, e do Preto, iam quase todas para Bahia por lhes ficar melhor caminho pelas Jacobinas, informa Antonil, referindo-se às condições anteriores aos descobrimentos auríferos. Uma das passagens para Jacobina aproveitava as cabeceiras do rio das Contas e do Paraguaçu. “A Jacobina nova e a velha,

ambas mui numerosamente povoadas, são tão grandes que podem competir na largura com um reino”, escrevia um contemporâneo.

A prosperidade daqueles sertões recresceu com as jazidas auríferas de Jacobina e rio das Contas. Em 1742 criou-se a comarca de Jacobina.

Logo em seguida aos conquistadores Estêvão Ribeiro e Arzão aparecem canoas paulistas, feitas com madeira do alto São Francisco, de que havia carência nas margens baiana e pernambucana no trecho médio. Precederam de pouco o período de mineração. Constituíram não só meio cômodo de transporte como ramo de negócio.

“Sendo o sertão da Bahia tão dilatado, escreve o generoso Antonil-Andreoni, pertence quase todo a duas das principais famílias da mesma cidade, que são a da Torre e a do defunto mestre de campo Antônio Guedes de Brito. Porque a casa da Torre tem duzentas e sessenta léguas pelo rio São Francisco acima, à mão direita, indo para o Sul e indo do dito rio para o Norte, chega a oitenta léguas. E os herdeiros do mestre de campo Antônio Guedes possuem desde o morro dos Chapéus, até a nasença do rio das Velhas, cento e sessenta léguas. E nestas terras, parte dos donos dela têm currais próprios e parte são dos que arrendaram sítio delas, pagando por cada sítio, que ordinariamente é de uma légua, cada ano dez mil réis de foro. E assim como há currais no território da Bahia e de Pernambuco e de outras capitanias, de duzentas, trezentas, quatrocentas, quinhentas, oitocentas e mil cabeças de gado, assim há

fazendas a quem pertencem tantos currais que chegam a ter seis mil, oito mil, dez mil, quinze mil e mais de vinte mil cabeças de gado, de onde se tiram cada ano muitas boiadas, conforme os tempos são mais ou menos favoráveis à parição e multiplicação do mesmo gado e os pastos, assim nos sítios, como também nos caminhos”.

A fecundidade natural do gado, a existência dos terrenos salinos, explicam em parte esta expansão extraordinária; mas houve outras causas que com felicidade observou em tempo e arquivou o *Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí*. Quem o escreveu ignora-se; o próprio livro apesar de ser impresso pelo *Patriota* no princípio do século XIX, conserva-se quase tão inédito como se nunca houvera saído da carteira do seu autor. Sua redação é de 1770 e tantos. Recentemente o reimprimiu a *Rev. do Inst. Histórico*, no vol. 62, I, mas a correção do belo texto deixa muito a desejar.

Nos países próprios à criação, abertos e cheio de campinas, diz ele em suma, pouco se muda à superfície da terra; levantada uma casa coberta pela maior parte de palha, feitos uns currais e introduzidos os gados estão povoadas três léguas de terra; os mulatos, os mestiços e os pretos forros, tão avessos a todo trabalho, entregam-se com gosto a este, na esperança de um dia virem a ser fazendeiros, e tal esperança facilmente pode realizar-se, porque os vaqueiros são pagos em gêneros, de quatro bezerros um, de modo que em poucos anos têm semente com que começar vantajosamente a luta pela existência.

Mas o que mais claramente patenteia o influxo da criação do gado e sua vantagem sobre a agricultura de exportação em um país tão vasto quanto ralmente povoado, é a capacidade de vencer as distâncias. “Os gados, diz o mesmo autor, não necessitam de quem os carregue; eles são os que sentem nas longas marchas todo o peso do seu corpo e apenas se faz necessário que haja quem os encaminhe.”

Em tais encaminhamentos transviaram-se reses ou cansavam ou ficavam quase moribundas, à falta d’água. A experiência ensinou certos povoadores a estabelecerem-se pelos caminhos, a fazerem açudes, a plantarem mantimentos, que não precisavam ser exportados, porque se vendiam na porta aos transeuntes, a comprarem as reses transviadas ou desfalecidas que, tratadas com cuidados, ou serviam à alimentação ou revendiam com lucro. Assim os caminhos se foram povoando lentamente, e as malhas de povoamento apertaram-se mais na Bahia que em outra parte, exceto em algumas da capitania de Pernambuco igualmente pastoris.

5

Na arenosa costa Nordeste do Brasil sopram os ventos, cursam as correntes em direção invariável durante certa parte do ano. Lê-se isto na forma das dunas abruptas para Este e brandamente inclinadas para Oeste, nos leques dos rios, cujas bocas orientais, como as primeiras que apanham a areia, são menos profundas que

as bocas ocidentais. Decorreu daí com igual clareza a elevação do Maranhão a Estado independente logo depois da conquista, devido à impossibilidade de ligá-lo de maneira constante ao território de Este e Sueste.

A ilha do Maranhão, tomada aos franceses em 1615, e até certo ponto centro de comunicações e povoamento, nulo nos primeiros tempos e nunca muito considerável pela ralidade de sua população.

A situação primitiva, descreve o missionário incansável, o jesuíta glorioso que subiu as primeiras cachoeiras do Tocantins e respirou os ares de Ibiapaba.

“Uma das mais dificultosas e trabalhosas navegações de todo o mar Oceano, escreve o ilustre Antônio Vieira, é a que se faz do Maranhão até o Ceará por costa, não só pelos muitos e cegos baixios, de que toda está cortada, mas muito mais pela pertinácia dos ventos e perpétua correnteza das águas. Vem esta correnteza feita desde o cabo da Boa Esperança com todo o peso das águas do Oceano na travessa, onde ele é mais largo, que dentre as duas costas da África e América, e começando a descabeçar desde o cabo de Santo Agostinho até o cabo do Norte, é notável a força que em todo aquele cotovelo de costa faz o ímpeto da corrente, levando após si não só tanta parte da mesma terra que tem comido, mas ainda aos próprios céus e os ventos que em companhia das águas e como arrebatados delas, correm perpetuamente de Leste a Oeste.

“Com esta contrariedade contínua das águas e dos ventos, que ordinariamente são brisas desfeitas, fica toda

a costa deste Estado quase inavegável para barlavento, de sorte que do Pará para Maranhão de nem um modo se pode navegar por fora e do Maranhão para o Ceará com grandíssima dificuldade, e só em certos meses do ano que são os de maior inverno.

“Navega-se nestes meses pela madrugada com a bagagem dos terrenos, os quais como são incertos e duram poucas horas, todo o resto do dia e da noite, e às vezes semanas e meses inteiros, se está esperando sobre ferro na costa descoberta e sem abrigo, sendo este um trabalho e enfadamento maior do que toda a paciência dos homens; me o pior de tudo é que, depois desta tão cansada porfia, acontece muitas vezes tornarem as embarcações arribadas ao Maranhão.”

E o admirável escritor cita o caso de dois jesuítas que indo em uma sumaca de São Luís para o Camocim, gastaram cinqüenta dias em montar só até o rio Preguiça, viagem que, quando desenganados, revolveram tornar, desandaram em doze horas.

Relativamente ao Pará a situação do Maranhão era mais favorável. Entre as duas capitânicas chanfram-se numerosas baías, trinta e duas segundo as contas do tempo; conquista, devido à impossibilidade do local se a navegação por fora era impraticável, a navegação interna por canoas era sempre mais ou menos possível.

Além disso, mais de uma vez se recorreu a caminhos terrestre para anular o segregamento.

Mencionam certos cronistas que os primeiros colonos abrigam um de Belém a São Luís. Assegura

Paula Ribeiro ter distinguido ainda vestígios de antiga estrada, em 1811, na vizinhança da vila de Viana, que passava da ilha à terra firma pela Estiva, Anajatuba, e depois de atravessar o Mearim, o Pindaré e o Turi, entrava na cidade do Pará. Entretanto, esta parece antes a que por 1770 abriu com êxito não muito satisfatório Evaristo Rodrigues, natural de Pernambuco, para introduzir no Pará gado do Maranhão e Piauí.

Como subsistem todos os mais obstáculos das inundações e falta de pasto, escrevia por aquele tempo o original autor do *Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí*, e subsistiram de novo também os mesmos que ele removeu, pela facilidade com que costumam cair das matas as mesmas árvores e madeiros, nunca esta estrada se fará praticável enquanto a dita mata não for por toda ela povoada.

Refletindo no que diz Vieira sobre a *navegação por fora*, e em seu silêncio quanto a qualquer via terrestre que desviasse os obstáculos, parece razoável a opinião de Varnhagen, que apenas fala de ter sido a Pedro Teixeira “confiada a missão de abrir ou fazer mais praticável a comunicação terrestre-fluvial até Maranhão”. Esta existiu até o século XIX: descreve-a Oliveira Bastos, descreve-a Romualdo Antônio, que mais tarde devia realçar o nome paraense no sólio da Bahia. Partia de Belém, subia o Guamá, passava por Ourém e Bragança, e saía da costa junto ao Turi-Açu.

Bem diversa apresentava-se a situação para o Ceará e mais capitanias de baixo, donde por mais antigas e

cultivadas, podia vir auxílio que a Amazônia ainda virgem recusava.

Logo depois da batalha de Guaxenduba, Jerônimo de Albuquerque mandou portadores por terra do Maranhão a Pernambuco; a Olinda recolhe-se por terra André Vidal de Negreiros, terminado o seu governo pelo mesmo caminho foi o padre Vieira da ilha de São Luís a Ibiapaba.

Podemos, pois consultar o missionário com toda a confiança sobre as vantagens desta via de comunicação.

“Um dos perigos e trabalhos grandes que tem este caminho é a passagem de quatorze rios mui caudalosos que o atravessam e se passam todos por meio da foz, onde confundem e encontram suas águas com as do mar; e porque não há nestes rios embarcação para passagem, é força trazê-la do Maranhão com imenso trabalho, porque se vem levando às mãos por entre o rolo e a ressaca das ondas, sempre por costa bravíssima, alagando-se a cada passo, e atirando o mar com ela e com os que a levam, com risco não só dos índios e da canoa, se não da mesma viagem que dela totalmente depende.

Muitas vezes é também necessário arrastá-la por grande espaço de terras e montes para a lançar de um mar a outro e talvez obrigam estas dificuldades a tomar a mesma canoa em peso às costas, com toda gente e levá-la assim por muitas léguas; de modo que para haver embarcação para passar os rios, se há de levar pelo mar, pela terra e pelo ar.”

Destes apuros resultou queo Ceará se desligou desde as guerras flamengas do estado do Maranhão, e tão insensivelmente que ainda não se fixou a data do fato nem mais se encontrou decreto ou alvará mandando isto. Resultou mais que o Pará, apesar da proximidade, persistiu intato e segregado, de preferência estanque do vizinho, procurando a metrópole. Resultou felizmente efeito mais perdurável e fecundo: afastados dos seus vizinhos do Norte, do Sul e Este, por tantos obstáculos invencíveis, os moradores do Maranhão procuraram contorná-los e conseguiram.

Primeiro passo neste sentido pode considerar-se a exploração do rio Punaré ou Parnaíba, realizada em 1670, por Vital Maciel Parente, filho de Bento Maciel. Outro, foram as guerras feitas no governo de Ignácio Coelho da Silva (1678-1682) aos tremembés, talvez vedetas avançadas dos cariris, guerras que deixaram livres as praias onde aqueles tapuias atacavam a gente que passava por terra e por mar. Mas o passo decisivo deve-se a Gomes Freire de Andrada (1685-1687).

Reprimida a revolta de Bequimão, Gomes Freire tratou de deixar de si melhor e mais duradouro testemunho nas terras confiadas a seu governo. Quatro cidadãos de São Luís, um piloto, um engenheiro e alguns soldados – ordenou que numa canoa “navegada a costa para a parte do Ceará, fossem sondando todas as baías, enseadas e rios que descobrissem e assinalados os baixos, penetrassem aquelas barras em que sem o perigo de serem acometidos dos bárbaros pudessem surgir, procurando examinar as qualidades do país e achando

sítio acomodado à fundação de uma vila a desenhassem no lugar que parecesse aos moradores melhor defensável, aos socorros mais fácil.”

O ponto escolhido foi entre os rios Icatu e Monim, que explorados até sus cabeceiras, mostraram logo grandes vantagens: proximidade de cabeça do governo, ausência de índios, fertilidade do solo e posição própria à cobertura do Itapicuru. Enquanto mandava consultar a metrópole sobre a conveniência da vila nova, Gomes Freire concebeu plano mais arrojado: descobrir caminho por terra para a Bahia. Falavam os índios num rio Praguaçu, que se julgava o São Francisco, e de fato era. Para verificá-lo despediu João Velho do Vale.

Duas viagens fez João Velho do Vale. Na primeira cheou à serra do Ibiapaba, onde deixou três estradas conhecidas apenas pela afirmação vaga de um contemporâneo. Da segunda chegou até à Bahia, naturalmente partindo da mesma serra, o que indica um traçado bastante oriental. talvez pelas ribeiras do rio Poti e contravertentes do São Francisco, a Cabrobó e Geremoabo. Na Bahia afirma frei Domingos Teixeira, biógrafo de Gomes Freire de Andrada – “depois de dar, em larga relação, notícia exata dos sertões que penetrou, assinalando pelos graus a altura do pólo, mais gasto dos trabalhos que dos anos, veio a acabar João Velho do Vale em benefício da pátria, com serviços maiores que a gratidão”. Descansam suas cinzas em jazigo humilde, na cidade do Salvador.

Com esta façanha se conseguiu, finalmente, vencer os ventos alísios pela única maneira possível, antes do vapor.

O roteiro de João Velho do Vale foi para Portugal e El-Rei confiou-o a Gomes Freire: talvez por isso não produziu logo efeito nem na Bahia nem no Maranhão. Do Maranhão, em 15 de julho de 1694, Antônio de Albuquerque escrevia sobre a possibilidade do caminho entre as duas capitanias, uma carta que Antônio da Cunha Soutomaior entregou na Bahia a D. João de Lencastro, a 19 de abril do ano seguinte.

Dois dias depois chegava o argento-mor Francisco dos Santos com quatro soldados e vinte índios que tinham acabado de descobrir o caminho, e trouxeram uma carta de Antônio de Albuquerque, datada de 17 de dezembro. Para retribuir a fineza e ver se podia encurtar o caminho, o governador geral mandou o capitão André Lopes ao Maranhão com carta para Antônio de Albuquerque, datada de 21 de maio. André Lopes chegou a seu destino em novembro, mas teve de demorar-se até que o governador daquele estado viesse ao Pará. Com resposta de 15 de março de 1696, chegou à Bahia em 22 de setembro.

Já o Piauí estava povoado por baianos e pelo Piauí, mais próximo, naturalmente se encaminhavam os esforços do Maranhão. Padre Malagrida, que fez estas viagens missionando, atravessou o Parnaíba em seu curso inferior, esteve em Maratão e Piracuruca, de onde foi a Mocha (Oeiras) e finalmente ao rio São Francisco,

certamente pelo caminho de Domingos Afonso ou seus sucessores.

Mais tarde, não muito antes da expulsão dos jesuítas, o caminho do Maranhão à Bahia chegou a seu traçado definitivo. As aldeias catequizadas, que alcançavam apenas a barra do Codó no Itapicuri, quando o mártir dos furores de Pombal apostolava os Tabajaras e Caicases, foram subindo este rio: fundaram-se as Aldeias Altas ou Caxias e Trizidelas, onde os jesuítas instituíram um seminário e começaram a ensinar latim aos filhos dos moradores vizinhos.

Conhecida a pouca distância que nesta altura separa o Itapicuru do Parnaíba, averiguadas as excelentes condições de navegabilidade oferecidas por aquele, que tinha mais a vantagem de desembocar na baía de São José, tornou-se este o caminho preferido. A via-férrea que liga Caxias a São João de Cajazeiras figura um resto deste estado de coisas que o vapor veio derruir, e agora se procura reconstituir pelo mesmo agente.

O território de Pastos Bons, povoado por baianos, só com a Bahia se comunicou até 1760; neste ano começou a navegação do Parnaíba, na escala mínima que permitia o uso exclusivo de balsas de buriti. Quando se aldearam os índios na bacia do rio Preto, a gente de Pastos Bons demandou Guaiás. No Duro trifurcavam-se as estradas para Traíras, Vila Boa e Natividade; a estrada principal acompanhava o Gurgueia e passava por Pernaguá.

Uma circunstância merece reparo no *Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí*, escrito por

1779 e tantos. Diz-nos o autor que o Parnaíba não recebe afluente importante pela margem esquerda depois do Uruçuí, e que o Balsas conflui no Itapicuru: isto prova que ambos os rios foram primeiramente conhecidos no curso superior ou médio. De fato, se o Uruçuí fora conhecido na foz, a importância do Balsas saltara logo aos olhos. Sabemos por outro lado que acima de Caxias começaram a espalhar-se fazendas de gado, nos pingues campos derramados pelas pontas do Itapicuru, do Balsas, do Grajaú e do Manoel Alves Grande. Só com o tempo ficaram conhecidas as relações que havia entre umas e outras ribeiras. Naturalmente foi primeiro conhecida a de São Félix, nome do Balsas na confluência do Parnaíba, como se deduz da importância e antigüidade da passagem de Nossa Senhora da Manga, por onde ia gado até Minas Gerais; seguiu-se o Manoel Alves Grande navegado em 1804 por Elias Ferreira de Barros até o Tocantins e por este até Belém. Veio por último o Grajaú, navegado em maio de 1811 por Antônio Francisco dos Reis, desde o lugar em que está hoje a cidade da Chapada até o porto da Vitória. Graças a criadores que se estabeleceram naquela região, os maranhenses conseguiram dilatar seus limites e tomar a Goiás o território de Carolina; e movimento exclusivamente maranhense é este, que desde Manoel Alves Grande foi descendo o Tocantins e alcançou as águas do Gurupi.

O povoamento do Maranhão em 1817 resume nos seguintes termos o homem que mais conheceu e viajou aqueles sertões, em que deixou a vida, porque, soldado português, não quis aderir à independência do Brasil e

contra ela se bateu no Tocantins. Além desse crime, passava o major Francisco de Paula Ribeiro por ter consigo 18 mil cruzados. Nem tanto era preciso para que José Dias de Mattos, presidente da Independência, como se chamava, o trucidasse entre Carolina e Pastos Bons. Diz ele:

“Povoada assim em toda a largura somente nos distritos vizinhos ao mar, a capitania vai levando pela banda de Leste encostada aos rios Parnaíba e Balsas quase em todo o seu comprimento S.O. uma única tira de terra habitada, que principia a estreitar-se desde o meio baixo Itapicuru até a passagem do rio Neves, porque daí suas povoações tornam a estender-se para Oeste, rodeando as mesmas cabeceiras do Itapicuru e as do Alpercates até se encostar no Tocantins pelas fazendas Boqueirão, fazenda grande de Elias Ferreira Barros e outros. A parte que menos se alarga é das alturas, do lugar capital Pastos Bons para o Sul até o Riacho Batateiras, aonde entra o arraial do Príncipe Regente (Carolina) lhe fica para Oeste um desconhecido de mais de oitenta léguas.”

6

Excluindo desta revista os territórios das fronteiras que obedeciam a outras considerações e foram ocupados segundo princípios que não é agora ocasião de estudar, repetiremos nossa pergunta inicial: pode reduzir-se o povoamento de nossa terra a algumas linhas principais,

como num país as águas se somam em algumas bacias preponderantes?

A resposta afirmativa decorre do que fica expandido: e quatro centros apuram-se do estudo da nossa história.

Começa o movimento na capitania de São Vicente, onde a mata litorânea se estreita, os campos se avizinham e amiúdam, os rios avançando para o sertão procuram o mar depois de longos meandros para o Nordeste, os índios dos campos são os da praia. O fundador de São Vicente é o próprio fundador da vila, que afinal ficou sendo a cidade de São Paulo.

A população estende-se pelo litoral de Angra dos Reis a Laguna. A gente de Paranaguá transpõe a serra e liga-se a Curitiba, desce a serra e alcança São Francisco do Sul. Mais tarde chegada, a gente de Santa Catarina não se abalança a tanto, e por isso perde parte do território.

A cidade de São Paulo aproveita-se de sua posição, valorizando ao mesmo tempo a bacia do Prata, de cujas águas bebe, a Mantiqueira de aquém e de além e o Paraíba do Sul.

Em poucos anos se desenvolvem tanto as bandeiras que os paulistas à procura do sertão se embatem contra os jesuítas do Paraguai à procura do mar e ensangüentam as águas do Paraná. O Paraíba do Sul, o Sapucaí e a Mantiqueira levam pelo São Francisco a Minas Gerais, à Bahia, a Pernambuco, à Paraíba, ao Rio Grande do Norte, ao Ceará, ao Piauí, ao Maranhão. Evitando o saldo do Urubupungá chegam a Goiás e descem ao Amazonas;

evitando o das Sete Quedas, passam ao Paraguai e pelo Cuiabá-Mato Grosso chegam igualmente ao Amazonas. Entre o Ocidente da serra do Mar e as matas do rio Paraná, ligam-se precariamente a lagos dos Patos e o Missões com os ribeirinhos do Tietê.

Mas as vilas da serra não são bastante populosas: além de Sorocaba, ou de Itu, ou de Guaratinguetá começa o deserto, a população termina bruscamente, como montanha em talhado. E quando, descobertas as minas, se tratou de povoar os territórios antes tantas vezes talados pelas bandeiras, as vilas do Tietê e do Paraíba do Sul ficam exaustas. Os bandeirantes, esquecidos de sua pátria e alheios a considerações sentimentais, procuram de preferência Bahia e Rio de Janeiro, já prósperos e que mais prosperam ainda com suas correntes que vinham fecundantes; para aí caminharam os povos de Goiás, Cuiabá, Mato Grosso, que não demandaram o deserto do Amazonas.

A Bahia, a Bahia de Coutinho e Tomé de Sousa, não a que resultou de tantas anexações e hoje nos é familiar, estende-se primeiro pela praia, do Sul a Norte, à distância em que os rios dão vau, ocupa o rio São Francisco de Este a Oeste, de Nordeste a Sudoeste; mas não se limita a uma só margem, abarca logo acima de Paulo Afonso, a que pertence a Pernambuco e vai povoando-as ininterruptamente, enchendo-as de gado, que encontra seu *optimum* no terreno salitrado, nos campos mimosos e por fim se adapta às caatingas, aos agrestes e carrascos. O gado transporta o dono. E pululam fazendas e nascem estradas e o povoamento

quase contínuo se torna ao menos no sentido longitudinal. A população baiana transborda para Maranhão, Piauí; remonta depois para todos os descobertos auríferos que sem gado teriam perecido no nascedouro.

Desde que recebe o rio Grande pela margem esquerda até fenecer no mar, o São Francisco não conta afluente perene, porque as divisórias de águas se multiplicam, e os quocientes minguem em igual proporção; o mesmo sucede aos rios que correm entre o São Francisco e o Paraíba. E esta circunstância, tão prejudicial a outros respeitos, teve um lado bom: - o de facilitar a passagem de uma para outra bacia, favorecendo assim a unificação econômica.

Os baianos, não conseguindo vencer o Paraguaçu, acompanharam-no até as origens. Aí bifurcaram-se rumo do São Francisco, onde afluíam as boiadas de Pernaguá em busca de Jacobina, e não tardou muito que as minas de ouro tudo incendiassem; ou transpassaram para as cabeceiras do rio das Contas, do rio Verde, do Jequitinhonha, demarcando a fímbria ocidental da mata litorânea, facilitando sua ruptura para o mar, ligando-se às estradas mineiras idas do Rio e São Paulo. De Araçuaí ao Rio a distância é aproximadamente a mesma que à Bahia, porém, as comunicações para esta se faziam com mais comodidade, ou menos tempo e obtinham a preferência.

Pernambuco, a primeira capitania no século XVI, adormece sobre os louros colhidos na guerra holandesa. No São Francisco vê apenas uma margem, nesta margem

vê apenas o trecho desimpedido, a cachoeira de Paulo Afonso amedronta-o. Por isso Alagoas diferencia-se, e é simbólico o limite pelo Moxotó, bem junto ao sumidouro. Além do sumidouro abandonou-se tudo aos baianos, e o limite atual pelo Pau de Arara ou Pau da História relembra a pungente história perpétua da justiça imanente das coisas.

Para o Norte, desde a Paraíba a ação pernambucana direta ou indireta aparece mais eficaz; o nome pernambucano repercute muitas vezes nos territórios de Borborema, Cariri, Ibiapaba: vai-se pelo interior desde Piauí até Recife e Olinda, mas mesmo aí as comunicações com a Bahia se estabeleceram e continuaram sempre, continuam ainda hoje muito reduzidas, embora; e Pernambuco, que algum tempo alcançou de Carinhanha a Amarração, teve de dividir sua herança pelo Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Nahia.

Fundado já no século XVI, o Maranhão procurou unir-se à Bahia e Pernambuco, e conseguiu-o, utilizando o Parnaíba e o São Francisco; mas o seu movimento próprio deu-se no décimo nono século, consistiu na procura do rio Tocantins, isto é, de Goiás e do Pará. Graças a este esforço pertence-lhe o território que vai do Manoel Alves Grande ao Gurupi. Não é muito; mas ao passo que Pernambuco minguava, o Maranhão crescia.

Assim no princípio do século último estava todo o país ligado, imperfeitamente embora, por meio de vias terrestres ou fluviais. Chegar-se-ia a formar um conjunto, uma nacionalidade? O sistema colonial era a divergência, o particularismo; o centro ficava além mar.

Por circunstâncias conhecidas, a corte portuguesa transplantou-se, e ficou intrínseco o centro que estava fora. Treze anos reinou D. João VI, dez anos reinou D. Pedro I, e tão suave começou a convergência das partes, e tão naturalmente correu ao processo de unificação que, apesar das revoluções profundas realizadas nestes dois reinados, tudo se pautou por uma evolução gradual e legítima. Tão cimentada ficou a obra nacional que desafiou as crises que acompanharam a regência e ainda entraram pelo segundo reinado.

A cidade de São Sebastião, mais moderna que São Paulo ou Pernambuco ou Bahia, menos ilustre que qualquer delas, prospera verdadeiramente só depois que os paulistas rasgaram a cintura de matas ambientes, contra a qual os cariocas não se animaram, foi escolhida para a corte e residência. Assim decidiu-se a ser favor a questão da primazia que as outras três com muito mais razão podiam reclamar, questão que em outras condições seria causa de lutas desesperadas e sangüinolentas, como foi por exemplo no Prata.

Por ter sido uma vez a cabeça continua ainda e continuará muito tempo ainda, apesar da ameaça goiana: se não foi aqui que primeiro se concebeu a idéia de uma nação, aqui pelo menos se realizou este sonho que bem perto esteve de esvaír-se como sonho.

7

Os papas Nicolau V, Calixto III, Sixto IV, concederam à Coroa portuguesa as terras e ilhas do Atlântico novamente descobertas sob o influxo do infante

D. Henrique e dos seus sucessores imediatos. Com surpresa de Portugal obtiveram os reis católicos uma concessão do mesmo gênero depois de Cristóvão Colombo tornar de sua primeira viagem; em maio de 1493 atribuiu-lhes Alexandre VI todas as terras e ilhas descobertas e por descobrir, situadas cem léguas a Oeste de qualquer das ilhas dos Açores e do Cabo Verde.

Protestou contra o ato pontifício D. João II, julgando-o lesivo de seus direitos. Depois do protesto entabularam negociações os monarcas e, próximos parentes e vizinhos, afinal concluíram um acordo em Tordesilhas. O convênio assinado em 7 de junho de 1494, manteve o princípio promulgado pelo Papa: a divisão do mundo em dois hemisférios, pertencente um a Portugal, outro à Espanha: modificou, porém, o número de léguas, elevando-se de cem a trezentas e setenta, e o ponto de partida para a contagem, que seria uma ilha, não especificada, então nem depois, do arquipélago do Cabo Verde. O arreglo foi meramente formal e teórico; ninguém sabia o que dava ou recebia, se ganhava ou afinal perderia com ele.

O descobrimento do Brasil, cumprido alguns anos depois por Pedro Álvares Cabral, foi precedido da expedição de Vicente Yañez Pinzon; mas os espanhóis não alegaram prioridade nem duvidaram coubesse a terra dos Papagaios dentro da raia portuguesa. Seus interesses estavam ao Norte, não ao Sul da equinocial, que só começou a valer com a armada de D. Nuno Manuel e o descobrimento de Vasco Nunez de Balboa.

As primeiras dúvidas sobre a linha divisória surgiram no mediterrâneo austral-asiático. Segundo o parecer de Fernão de Magalhães compreendiam-se nos domínios da Espanha as Loucas, tão cobiçadas por suas especiarias. Para prová-lo empreendeu a viagem em que descobriu o estreito ainda hoje conhecido por seu nome, atravessou o oceano Pacífico, chegou pelo Poente ao Levante, como nebulosamente concebeu e nunca realizou Colombo. Depois de sua morte Sebastian d'Elcano concluiu o périplo incomparável. Na volta à pátria, em setembro de 1522, manifestou a mesma crença nos direitos de sua nação e a urgência de reivindicá-los.

A corte espanhola deixou-se convencer. Entre ela e a de Portugal estabeleceu-se uma discussão enfadonha, alegando-se ora a prioridade do descobrimento, ora a legitimidade do domínio no arquipélago prestigioso. Do debate resultou a capitulação de Saragoça, em abril de 1529. Admitindo que as Molucas pertenciam legitimamente à coroa espanhola, D. João III comprou os direitos de Carlos I, rei da Espanha, Imperador da Alemanha, por trezentos e cinquenta mil ducados. Se mais tarde verificassem a não existência de tais direitos, o imperador-rei restituiria a soma recebida. A linha divisória passaria naquele hemisfério duzentas e noventa e sete e meia léguas ao Oriente das Molucas; a légua seria das dezessete e meia o grau do equador.

Um machado de metal levado à península pela armada de D. Nuno Manuel em 1514, do rio oir este motivo ainda hoje chamado da Prata, as expedições de Solpis, Cristóvão Jaques, Cabot e Garcia, deram realce às

terras platinas, e levantaram a questão de limites no continente americano. Surgiram e arrastaram-se os debates a propósito da expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1533), sempre sob a dupla face de prioridade do descobrimento proclamada por Portugal e de legitimidade de domínio, alegada por Castela. Em setembro de 32, exprimia D. João III a ideia de distribuir em capitâneas hereditárias o território situado entre Pernambuco e rio da Prata; nas doações feitas mais tarde, avançou apenas até $28^{\circ} \frac{1}{2}$, à vista das reclamações espanholas? – ou, segundo parece, de observações astronômicas de Martim Afonso? Assim reconheceu *ipso facto* que seus domínios não iam além das terras de Santana na Laguna. Os espanhóis estendiam, porém, suas pretensões no Iguape, repeliu com vantagem um ataque de Pero de Góes e saqueou São Vicente. Diversos documentos oficiais contemporâneos traçam a linha divisória desde Cananéia e até desde São Vicente.

Em compensação Magalhães antes de partir deixou um escrito: “ten el cabo de Santa Maria que es en la misma tierra del Brasil, de Portugal estan en treinta e cinco grados de latitud.”

Com a união das duas coroas peninsulares em 1580 decresceu a importância da fronteira renovada e a atenção concentrou-se na Amazônia. Ante as incipientes incursões de flamengos e ingleses, conhecidas apenas no Pará se estabeleceu Castelo Branco em 1616, pareceu acertado confiar as novas conquistas à guarda dos portugueses, mais próximos e melhor preparados para defendê-las.

A criação de um governo separado no Maranhão em 1622 representou o primeiro passo neste sentido.

Ainda mais decisiva foi a criação de duas capitanias hereditárias, sujeitas ambas à coroa portuguesa, em terreno indiscutivelmente espanhol pelo espírito e pela letra de Tordesilhas: a de Cameté, concedida a Feliciano Coelho de Carvalho, limitada a Oeste pelo Xingu na margem direita, e a do cabo do Norte na margem esquerda do Amazonas, concedida a Bento Maciel Parente, limitada a Oeste pelo Paru.

Em 1639, Pedro Teixeira voltando de Quito, tomou posse em nome del-rei de Portugal das terras situadas entre o rio Aguarico, afluente do Napo, e o mar. Faltava-lhe autoridade para tanto: mas seu ato foi mais tarde e muitas vezes invocado e aceito como título de posse.

No Sul, o movimento colonizador se operou com muita lentidão por parte de Portugal, acompanhando o litoral dos atuais estados do Paraná e de Santa Catarina, e continuou do mesmo modo ainda depois de 1640, sacudido o jugo espanhol. Por sua parte os espanhóis não cuidaram de ocupar a margem esquerda do Prata. Seus interesses não urgiam no Atlântico, mas além dos Andes, no Pacífico.

Se persistissem as reduções no Guairá fundadas pelos jesuítas avançariam naturalmente para o Oriente e chegariam à marinha. Os jesuítas perseverantes criaram as missões do Uruguai depois que as bandeiras destruidoras talaram as do Paraná e as relações delas gravitaram para Buenos Aires e Assunción, como estas capitais só se entendiam com a região transandina.

Autores e cartógrafos portugueses discutiam entretanto o meridiano de Tordesilhas, traçando uns pela foz do Prata, outros pelo golfo de São Matias, na Patagônia. Tais idéias tornaram-se correntes. Depois de ratificada a paz que reconheceu sua independência da Espanha, o monarca de Portugal outorgou uma capitania a um dos netos de Salvador Corrêa, balizando-a pelo estuário platino. Em 1680 mandou fundar na margem setentrional do Prata, a dez léguas de Buenos Aires, a Colônia do Sacramento.

Apenas se certificou de sua existência, José Garro, governador espanhol da margem fronteiram atacou-a e tomou-a. A notícia transmitida à Europa quase desencadeou nova guerra. Procurou-se ainda uma vez com mais veras, apurar o verdadeiro alcance da linha de Tordesilhas. Não se conseguiu. A Espanha condescendeu em reconstruir a fortaleza tomada e restituir provisionalmente o território, para afastar qualquer motivo de irritação do debate, que devia correr no terreno diplomático.

Ao rebentar a guerra da sucessão da Espanha, el-rei de Portugal esposou a causa do duque de Anjou, que por isso lhe cedeu o território disputado no Prata. Mais tarde mudou de partido e aliou-se à Inglaterra, sem a qual não poderia continuar potência colonial, a favor do pretendente austríaco. Daí resultou novo ataque e nova tomada da Colônia do Sacramento, que permaneceu em mãos do inimigo de 1706 a 1715.

Levara até então vida bem singular o estabelecimento português. “A nova Colônia do

Sacramento por mercê de Deus se conserva, escrevia alguém pouco depois de 1690, por meterem nela um presídio fechado sem mulhério que é o que conserva os homens, porque se não tem visto em parte alguma do mundo fazerem-se novas povoações sem casais.”

Este ninho antes de contrabandistas que de soldados, foi talvez o berço de uma prole sinistra, os gaúchos ou gaudérios, originários da margem esquerda do Prata, segundo aprece, famosos durante largas décadas e ainda não assimilados de todo à civilização. A quantidade de meios de sola atestada por Antonil Andreoni exportador do Rio no começo do século XVIII, não se explica pela simples produção indígena nem por contrabandos dos portenhos: implica o processo sumário dos gaúchos na matança das reses, resultante da superabundância e depreciação do gado vacum, do esbanjamento da cavahada e do espaço indefinido e livre para as correrias.

O tratado de Utrecht mandou restituir a colônia a Portugal e restitui-la com o seu território.

Qual era o seu território? Toda a margem esquerda do Prata, pretenderam os portugueses; o espaço alcançado por um canhão da fortaleza, entendiam os espanhóis. Triunfaram estes. Aqueles tentaram estabelecer-se em Montevideú, mas seus esforços foram perdidos. Também os espanhóis em 1735 tentaram apossar-se da colônia, sujeitando-a a um assédio aspérrimo de vinte e dois meses. Antôio Pedro de Vasconcelos, comandante da praça, resistiu heroicamente e obrigou o inimigo a retirar-se.

A fundação da Colônia do Sacramento devia servir de ponto de partida para um povoamento que, começando do Prata, iria ter à beira-mar, plano análogo ao das missões destruídas do Guairá. Este plano falhara; restava o plano contrário: estabelecer-se na marinha, estender-se para o interior até chegar às águas platinas, em outros termos, povoar o rio de São Pedro, mais tarde chamado Rio Grande do Sul. Várias tentativas anteriores de efeitos insignificantes ou nulos são conhecidas.

Em fevereiro de 1737 entrou José da Silva Pais pelo canal que sangra a lagoa dos Patos e a Mirim. No local que lhe pareceu mais apropriado desembarcou, fortificou-se. À sombra da fortaleza adensou-se pouco a pouco a população. Doa Açores vieram várias famílias e agregaram-se a este núcleo primitivo; as capitânias do Norte por força ou por vontade forneceram não poucos colonos.

A rápida expansão do Brasil pelo Amazonas até o Javari, facilitada pela direção uniforme da bacia, sempre emparelhada à linha equinocial no rumo aproximado de Este-Oeste, pela ausência de empecilhos à navegação num rio de profundidade máxima e declive mínimo, favorecida pelos ventos que demandam as terras andinas, o avanço vertiginoso decorrente das descobertas de Cuiabá e Mato Grosso até o Guaporé, o incremento vigoroso do Sul, intimaram a necessidade de atacar de frente a questão de limites entre possessões portuguesas e espanholas, no velho e no novo mundo, sempre adiada, sempre renascente, de interpretar autenticamente os convênios de 1494. Com este fim, os dois monarcas da

península assinaram um tratado em Madrid, a 13 de janeiro de 1750.

Ambas as partes contratantes reconheceram nesse documento ter violado a linha de Tordesilhas, uma na Ásia, outra na América. Começaram, portanto, abolindo “a demarcação acordada em Tordesilhas, assim porque se não declarou de qual das ilhas do Cabo Verde se havia de começar a conta das trezentas e setenta léguas, como pela dificuldade de assinalar nas costas da América Meridional os dois pontos ao Sul e ao Norte, donde havia de principiar a linha, como também pela impossibilidade moral de estabelecer com certeza pelo meio da mesma América uma linha meridiana”. Na mesma ocasião aboliram quaisquer outras convenções anteriores referentes a limites, que exclusivamente seriam regidos pelo tratado agora assinado.

A linha meridiana, ate então vigente pelo menos nos instrumentos públicos, seria substituída por limites naturais, tomando por balizas as paragens mais conhecidas para que em tempo nem um se confundissem, nem desse ocasião a disputas, como são a origem e curso dos rios e os montes mais notáveis. Salvo mútuas concessões inspiradas por conveniências comuns para os confins ficaram menos sujeitos a controvérsia, caberia a cada parte o que atualmente possuísse.

Maior importância que às terras se prestou ao aproveitamento dos rios. Estabeleceu-se que a navegação seria comum quanto cada um dos reinos tivesse estabelecimentos ribeirinhos; se pertencesse à mesma nação ambas as margens, só ela poderia navegar pelo

canal. Para ficar com a navegação exclusiva do Prata, a Espanha trocou a colônia do Sacramento pelas missões do Uruguai. Encarregadas de assentar os limites iriam duas tropas de comissários, uma pelo Amazonas, outra pelo Prata.

Da comissão do Amazonas foi plenipotenciário e principal comissário português o irmão do marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que já exercia o cargo de capitão-general do Maranhão, quando foi nomeado para o trabalho das demarcações.

A 2 de outubro de 1754 saiu para o rio Negro, levando em sua companhia setecentas e noventa e seis pessoas, distribuídas em vinte e cinco barcos. Escolheu para residência a aldeia de Mariuá, chamada mais tarde Barcelos, e nela mandou construir aposentos para acomodar a partida espanhola. À frente desta, de estado maior ainda mais pomposo, partiu de Cádiz D. José de Iturriaga, a 13 de janeiro do mesmo ano, e chegou ao Orinoco aos fins de julho. Em 1756 fundou São Fernando de Atabapo, para escala da grande peregrinação e caixa de víveres. Daí por diante, arcando com o áspero sertão despovoado, tais embaraços encontrou, apesar das ordens mais expressas e das facilidades extraordinárias proporcionadas pelo governo absoluto, que gastou anos no caminho.

A partida de Mendonça tinha de se ocupar de três questões principais: a do rio Negro, a do Japurá e a do Madeira e Javari; a cada qual caberia uma tropa.

O plenipotenciário português tomou as providências necessárias para organizá-las, e como

Iturriaga continuasse ausente voltou em 1756 para Belém com os engenheiros da demarcação. Ali absorveram-no outras preocupações mais instantes.

Em janeiro de 1758, recebendo aviso da próxima chegada dos comissários espanhóis, dirigiu-se novamente para Barcelos. Com efeito, no ano seguinte ali se apresentaram D. José de Iturriaga e seu grandioso séquito de comissários, matemáticos, engenheiros, desenhistas. Quase ao mesmo tempo chegou a notícia da substituição de Mendonça na capitania do Pará e no trabalho dos limites, que daí em diante dirigiria da parte de Portugal por Antônio Rolim de Moura, governador de Mato Grosso, mais tarde vice-rei do Brasil e conde de Azambuja. No mesmo dia e hora da partida de Mendonça Furtado para a capital os comissários espanhóis volveram ao Orinoco. Tal é pelo menos a versão referida por Baena. Os escritores venezuelanos e colombianos contestam o encontro dos dois comissários e, parece, com melhores fundamentos.

Depois de tantos anos e de tantas canseiras nem um passo se dera na Amazônia para realizar o ideal afagado pelo tratado de Madrid. Para os interesses territoriais de Portugal a solução não foi desvantajosa; estribado no *uti possidetis* dando-lhe uma extensão dificilmente conciliável com o tratado de Madrid, pode agora satisfazer a sua avidez de terras.

No tempo de Mendonça instalou-se a capitania de São José de Javari. Mandara-lhe a coroa assentar a sede da nova fundação próxima dos limites ocidentais; ele achou mais conveniente situá-la no rio Negro, donde os

espanhóis estavam muito afastados, como o provara a lenta marcha de Iturriaga. Aí, portanto, a expansão portuguesa se fazia sem tropeços. Além disso a proximidade relativa de Belém e de Portugal garantia uma superioridade esmagadora. Em seu tempo foram fundados o forte de Marabitanas no rio Negro, e de São Joaquim na confluência do Uraricoera e Tacutu, cabeceiras do Branco.

Pelas instruções dos governos das metrópoles, a força de comissários destinados à demarcação do Suld evia subdividir-se com três troços: um reconheceria o terreno desde Castilhos Grandes até a barra do Ibicuí, no Uruguai; outro o Uruguai desde o Ibicuí até o Pepiriguaçu, e passada sua contravertente, desceria o Iguaçu até marcar a barra do Iguereí, aquele afluente oriental, este ocidental do Paraná; a terceira deveria demarcar o Iguereí em todo o curso, por seu concabeçante descer para o Paraguai e subir por este até a barra de Jauru.

As duas últimas tropas deram conta de sua comissão pacificamente; a primeira andou com menos fortuna. Em troca da Colônia do Sacramento para garantir a navegação exclusiva do Prata, a Espanha cederá a Portugal a navegação do Uruguai com os sete povos das missões jesuíticas: São Nicolau, São Miguel, São Luís Gonzaga, São Borja, São Lourenço, São João e Santo Ângelo, fundados entre 1787 e 1707, alguns com os restos de redução guairenhas escapos à braveza leonina dos mamelucos.

Ceder terras com seus habitantes sempre se fez e está fazendo; evacuar territórios, deixando os bens de raiz, levando os moradores apenas os móveis e semoventes, reporta à crueza dos Assírios. Entretanto, as duas cortes julgaram consumir facilmente este ultraje à humanidade, se os jesuítas as ajudassem, pesando sobre o espírito dos índios. Os jesuítas acreditaram-se poderosos para tanto, e bem caro pagaram este acesso de fraqueza ou de vaidade: quando os índios se levantaram desmentindo ou antes engrandecendo seus padres, mostrando que a catequese não fora mera domesticação e a vida interior vibrava-lhes na consciência, aos jesuítas foi atribuída a responsabilidade exclusiva em um movimento natural, honesto, humano, por isso mesmo irresistível.

Os chefes da missão demarcadora do Sul, Gomes Freire de Andrada por parte de Portugal, o marquês de Valdelirios pela de Espanha, encontraram-se na fronteira marítima do Rio Grande do Sul em começo de setembro de 1752, e no mês seguinte iniciaram os trabalhos. Em janeiro, assentado o terceiro marco, Gomes Freire ausentou-se para a Colônia do Sacramento e o marquês para Montevidéu. A primeira partida luso-espanhola continuou na tarefa, que deveria levar até a barra do Ibicuí; mas ao chegar a Santa Tecla, dependência do povo de São Miguel, situado um pouco ao norte da atual cidade de Bagé, defrontou índios armados que se opuseram a seu avanço.

Fora prevista a hipótese e havia ordem dos dois governos para domar a resistência pelas armas, pois os jesuítas já se haviam convencido de sua impotência.

Reunidos Gomes Freire e Valdelirios na ilha de Martim Garcia resolveram mandar emissários às missões e ver se era possível conciliar a indiada. Se eles continuassem teimosos, marchariam Adonaegui, governador de Buenos Aires, pelo Uruguai até São Borja, Gomes Freire pelo rio Pardo até Santo Ângelo. Depois de tomadas estas duas reduções prosseguiriam até se encontrar. Em março de 54 Adonaegui pôs-se em movimento, mas o mau estado da cavahada e outras causas não menos fortes obrigaram-no a recuar até Daiman, junto à presente cidade do Salto. Aí os índios atacaram os espanhóis e perderam trezentos homens, dos quais duzentos e trinta mortos, canhões, armas brancas e cavahada. Menos feliz saiu Gomes Freire, obrigado a assinar um armistício com os levantados a 18 de novembro.

Viu-se que melhor andaria unidos os dois exércitos. Partiu Gomes Freire do rio pardo, em Sarandi, no rio Negro, juntou-se às forças de Adonaegui. A 21 de janeiro de 56 marcharam para as missões. Quase só encontraram os obstáculos criados pela natureza. Os índios, embora numerosos, mal armados, mal ou antes não dirigidos, pouca resistência podiam oferecer; de todos os recontros saíram derrotados. A 17 de maio entregou-se São Miguel sem resistência e os outros povos foram-lhe seguindo o exemplo. Podia-se agora operar a permuta, Gomes Freire empossar-se das sete missões e

entregar a Colônia do Sacramento. Não se fez isto; dir-se-ia que, como os primitivos, estes mamelucos póstumos tinham por móvel único a destruição. Em janeiro de 1759 Gomes Freire embarcou para o Rio, donde não mais voltou.

Entretanto, falecia Fernando VI, subia ao trono Carlos III, inimigo do tratado de 1750 desde o tempo de seu reinado em Nápoles. Um dos primeiros cuidados do novo rei foi anulá-lo pelo pacto firmado no Pardo, a 12 de fevereiro de 1761. Ficaram outra vez em pé todos os atos reguladores de limites, a principiar pelo de Tordesilhas, tantas vezes desrespeitado por ambas as partes, como de plano haviam reconhecido poucos anos antes. O tratado de Madrid, exatamente porque resolvia uma questão secular, fora atacado com violência em ambas as cortes e a cordialidade dos dois monarcas que o subscreveram não teve eco nos respectivos povos. Agora com razão condenavam-no os representantes dos dois governos à vista de seus resultados, fáceis de evitar, a não ser a cláusula bárbara relativa aos sete povos do Uruguai: “estipulado substancial e positivamente para estabelecer uma perfeita harmonia entre as duas coroas e uma inalterável união entre os vassallos delas, se viu pelo contrário que desde o ano de 1752 tem dado e daria no futuro muito e muitos freqüentes motivos de controvérsias e contestações opostas a tão louváveis fins.”

A repugnância de Portugal a aderir ao pacto de família, dirigido pelos Bourbons contra a Inglaterra, desencadeou as hostilidades na península e nos domínios

da América do Sul. Pedro Cevallos, sucessor de Adonaegui no governo de Buenos Aires, pôs cerco à Colônia do Sacramento em outubro de 62 e tomou-a sem grande esforço. Dirigiu-se depois às plagas rio-grandenses, num passeio militar apossou-se do forte de Santa Tereza próximo ao Chuí, da vila capital da margem setentrional da lagoa dos Patos. Um convênio concluído no povoado de São Pedro em 6 de agosto de 1763, declarou o porto privativo do domínio da Espanha, fechado, portanto, ao comércio de qualquer outra nação.

O tratado de Paris, ultimado a 10 de fevereiro de 1763, mandou voltarem as coisas ao estado anterior à guerra. Cevallos restituiu a Colônia do Sacramento, guardou o Rio Grande, deixando os portugueses reduzidos à fortaleza do rio Pardo, e às cercanias de Viamão. Mesmo estas nesgas procurou retirar-lhes Vertiz y Salcedo, novo governador de Buenos Aires, atacando o rio Pardo em 1773, não com tanta felicidade como esperava.

Portugal pareceu aceitar a situação criada por Cevallos, mas foi se preparando manhosamente para modificá-la em seu proveito. Readquiriu, sem combate, São José do Norte, à entrada da barra; a pouco e pouco mandou forças por terra; uma esquadra entrou pelo canal apesar das fortalezas inimigas; em marco de 76 combinadas as forças de terra e mar atacaram e tomaram as fortificações dos castelhanos. Em abril a vila de São Pedro foi evacuada. O domínio espanhol durara treze anos: data dele a fortuna do porto dos Casais, hoje Porto Alegre.

Muitos dos colonos portugueses transplantados para além do Chuí não tornaram mais aos antigos pagos. Muito sangue castelhano misturou-se ao dos que ficaram.

Apenas chegou ao velho mundo a notícia da reconquista do rio de São Pedro, preparou-se em Espanha uma forte armada para tirar a desforra. Comandava-a Cevallos, nomeado para assumir o vice-reinado do Prata, já então criado. Deveria tomar Santa Catarina, Rio Grande e Sacramento. Santa Catarina entregou-se logo sem resistência; na colônia propuseram a entrega apenas se apresentou o inimigo. O Rio Grande ficou livre de ser acometido pela banda marítima graças aos ventos contrários; quando ia ser atacado por via terrestre, chegou da Europa ordem de suspender as hostilidades. Cevallos, como se votasse ódio pessoal à Colônia do Sacramento, secular pomo de discórdia entre os dois povos, não quis deixar pedra sobre pedra. A 8 de junho de edição começou a derrocada pela fortaleza; foram depois destruídas as casas, obstruído o porto; as famílias que não quiseram recolher-se ao Brasil, transportadas para Buenos Aires, distribuíram-se pelo caminho do Peru.

Expirava a este tempo D. José I., extinguia-se o poderio do truculento Pombal, pela primeira vez uma rainha ascendia ao trono português. Todos esses motivos juntos à estreita consangüinidade das duas dinastias, podem ter influído certa brandura no tratado de limites firmado em Santo Ildefonso a 1º de julho de 1777, em quase tudo semelhante ao de Madrid, e mais humano e generoso que este, pois não impunha êxodos cruentos.

O *uti possidetis*, reconhecido em 1750, anulado em 1761, veio outra vez a prevalecer. Se não se explicasse pela superioridade relativa das posições portuguesas nas zonas litigiosas, seria uma das ironias da história averiguar que do mero apego à posse das Filipinas, última das colônias que perdeu, procederam todas as concessões consentidas por parte da Espanha.

As modificações mais notáveis apanharam a fronteira meridional. A Espanha não consentiu mais que Portugal tivesse direito a navegar no Uruguai e por isso impôs uma fronteira tal que as possessões portuguesas só abeirassem o rio na foz do Pepiriguaçu. Desenvolvendo um princípio já formulado no tratado de Madrid, cujo artigo 22 não permitia fortificações nem povoações nos cumes das raias, a partir das lagoas Mirim e da Mangueira, o tratado de Santo Ildefonso estabeleceu no artigo 5 “um espaço suficiente entre os limites de ambas as nações, ainda que não seja de igual largura à das referidas lagoas, no qual não possam edificar-se povoações por nem uma das duas partes, nem construir-se fortalezas, guardas ou postos de tropas, de modo que os tais espaços sejam neutros, pondo-se marcos e sinais seguros que façam constar aos vassallos de cada nação o sítio de que não deverão passar, a cujo fim se buscarão os lagos e rios que possam servir de limite fixo e inalterável, em sua falta o cume dos montes mais assinalados, ficando estes e as suas faldas por termo natural e divisório, em que se não possa entrar, povoar, edificar nem fortificar por alguma das duas nações.”

Para o trabalho de demarcar as fronteiras foram criadas quatro divisões: operária a primeira do Chuí ao Iguaçu; a segunda do Igureí ao Jauru; a terceira do Jauru ao Japurá; a quarta daó ao rio Negro. Pela parte de Portugal ficaram dependentes do vice-rei n Rio, dos governadores de São Paulo, Mato Grosso e Pará. O trabalho efetivo limitou-se à fronteira do Chuí ao Iguaçu, e à do Javari ao Japurá, isto durante anos de argúcias, dilações, inatividade, inércia de que cada nação lançava à outra a culpa exclusiva. As divisões confiadas aos governadores de São Paulo e Mato Grosso nunca se encontraram com as divisões espanholas. Poder-se-ia dizer que, graças aos demarcadores, progresiu a geografia das respectivas regiões, pois os cientistas exploraram rios, descreveram plantas e animais, enviaram curiosos espécimens dos três reinos para os estabelecimentos de além-mar... poder-se-ia dizê-lo, se tais trabalhos, ciosamente aferrolhados, fossem dados então à publicidade.

Dois episódios mostraram como as coisas passavam.

O tratado de Madrid nos artigos 5º e 6º, repetidos pelo de Santo Ildefonso nos artigos 8º e 9º, dispunha que a fronteira desde a barra do Iguaçu prosseguiria pelo álveo do Paraná acima até onde pela parte ocidental se lhe ajuntasse o Igureí, acompanharia este até descer o cancabegante mais próximo, afluente do Paraguai, chamado talvez Corrientes.

Próximo do Iguaçu não desemboca pela margem ocidental do Paraná rio chamado Igureí, próprio a servir

de fronteiras alegou Sá e Faria, portugueses passado agora para o serviço de Castela/ rio Corrientes tampouco se conhecia no Paraguai. Convencionou-se, pois, que a fronteira partiria do Iguatemi, primeiro afluente à direita do Paraná, acima das Sete-Quedas. mais tarde, o vice-rei do Brasil escreveu ao do Prata que a convenção fora condicional, para a hipótese de não existir o Igureí; ora Igureí existia abaixo das Sete-Quedas. Cândido Xavier o descobrira e o seu correspondente no Paraguai era o Jejuí. Pelo Igureí e pelo Jejuí devia passar, portanto, a linha divisória.

Tem razão o vice-rei do Brasil, respondia Félix de Azara, comissário espanhol; a convenção fora condicional, e desaparece apurada a existência do Igureí; mas o Igureí existe: é o Igureí, Monici ou Ivinheima, e corresponde-lhe pelo Paraguai outro rio caudaloso, que desemboca aos 22°. “Isto, acrescentava, nos dará as únicas terras não inundadas, daquelas regiões: teremos ervais, barreiros, salinas, pastos, aguadas, madeiras; as frotas de Cuiabá e Mato Grosso cairão em nossas mãos na boca do Taquari ou mais acima; podemos na paz chupar suas riquezas por um comércio que há de ser-nos vantajoso sem prejuízo; os famosos estabelecimentos de Mato Grosso, Cuiabá e serra do Paraguai serão precários e seus ilegítimos donos e ao fim cairão em nossas mãos com o tempo”. “No es posible que no tengamos las minas de Cuyabá y Mato-grosso, cuando las podemos atacar com fuerzas competentes, llevadas por el mejor rio del mundo, sin que los portugueses puedan susterlas ni llegar

a ellas – sino por el embudo obstruido del rio Tacuarí, en canoas y con los trabajos que nadie ignora”.

Seriam melhores os portugueses? O caso Chermont-Requena narrado brevemente responderá de modo satisfatório.

Tinham os comissários de demarcar a fronteira do Javari à boca mais oriental do Japurá e seguir por esta acima até um rio que resguardasse os estabelecimentos portugueses do rio Negro. A boca mais ocidental do Japurá originou graves discussões, por um chamar oca ao que outro considerava furo, isto é, um canal que levava as águas do Solimões ao Japurá em vez de trazê-las. O rio que devia resguardar as possessões portuguesas do rio Negro seria o Apaparis, o Comiaria ou dos Enganos, ou qualquer outro? Nunca se decidiu, à vista dos múltiplos varadouros, imaginários ou verdadeiros, alegados por parte de Portugal. Em todo caso, Tabatinga demorava a Oeste da mais ocidental das gocas do Japurá, demorava mesmo a Oeste do Içá, não compreendido nas pretensões portuguesas mais exageradas; quando, porém, Requena reclamou a posse de Tabatinga, Chermont negou-se a assumir responsabilidade tão grave e declinou da sua para a competência de João Pereira Caldas, chefe daquela divisão., Este se declarou prestes a fazer a entrega de Tabatinga se os espanhóis lhe entregassem São Carlos, forte do alto rio Negro, fundado na expedição de D. José de Iturriaga, malgrado comissário da primeira demarcação.

Nestes dares e tomares consumiu Requena um decênio. Afinal conseguiu de seu rei licença de voltar

para a Europa, e o de Portugal permitiu-lhe que descesse até o Pará. “De ordem do governador do rio Negro o acompanhou o tenente-coronel engenheiro José Simões de Carvalho com a recomendação secreta de dirigir a viagem de maneira que ele não visse povoação alguma, nem pudesse tomar nota topográfica de qualquer ponto do Amazonas. Destinou o governador do Pará para a sua morada da fazenda de Val de Cães. Ali o teve como em custódia até prosseguir a viagem, permitindo-lhe vir à cidade de Belém só de noite, e acompanhado de um oficial de tropa regular quanto intentava fazer-lhe visitação, na qual também era recebido pelos cidadãos mais qualificados, que segundo a disposição do governador o esperavam em grande cerimônia”.

Em suma, valiam-se bem os comissários das duas altas partes contratantes. Teria razão, ou talvez não tenha quem duvidava de sua boa-fé; entretanto, uma ou outra opinião seria unilateral.

Os termos dos tratados prestavam-se às vezes a ais de uma interpretação; os mapas trazidos do reino, muitos feitos a olho e sobre informes infidedignos aplicaram-se mal aos terrenos; nem destes nem daqueles resultava uma hermenêutica insofismável. Cada funcionário procurava ostentar zelo, isto é, adiantar sua carreira. E em nome destes seres heterônomos ainda hoje nossos vizinhos propagam e instilam o ódio ao Brasil desde os bancos escolares! Felizmente, no Brasil já não somos prisioneiros destas paixões inferiores de colonos fossilizados.

Portugal saiu mais favorecido da sorte por ter criado a capitania independente de Mato Grosso logo depois do tratado de 1750 e a capitania subordinada do Rio Negro em seguida. De Vila-Bela via-se bem claro que o problema se decompunha em duas partes: absorver a navegação do Madeira, paralisando as hostilidades das vizinhas aldeias dos Moxos e dos Chiquitos – e isto fez principalmente o conde de Azambuja; passar além dos Xarais, até onde o Paraguai não transborda do leito, limitando assim as possibilidades de ataques e surpresas, garantindo ao mesmo tempo a navegação de São Paulo – isto fizeram Luís de Albuquerque com a fundação do Corumbá e Coimbra, Caetano Pinto com a de Miranda.

Na capitania subalterna de São José, Mendonça Furtado sentiu a importância singular do rio Negro e do rio Branco, escolhendo Barcelos para capital, assinalou nitidamente o rumo a seguir pelos sucessores. Tanto em Mato Grosso como no rio Negro houve pequenos conflitos sem importância, de que os espanhóis não tiraram o melhor partido, e os portugueses puderam continuar na sua maneira original de entender e aplicar o *uti possidetis*.

Os debates inanes das demarcações ainda continuavam em 1801 ao rebentar a guerra entre Portugal e Espanha. *Ipsa facto* caducaram os tratados. José Borges do Canto, desertor do regimento dos dragões, e Manoel dos Santos Pedroso, sem ordem de ninguém, congregaram troços de aventureiros e atiraram-se contra os sete povos do Uruguai. Foram, viram, venceram. Voltou novamente a ser lindeiro o rio Ibicuí. Nas outras fronteiras nada

ocorreu de notável. Um ataque contra o forte de Coimbra começou por ameaças formidáveis e deu em retirada clandestina.

Depois disto não houve mais questões sobre limites americanos entre as duas metrópoles peninsulares. Com seus herdeiros o Brasil as tem liquidado pacificamente. Só no Uruguai mais de uma vez rebentaram conflitos, hoje de todo serenados e esquecidos. Na sangrenta guerra do Paraguai não influíram ambições territoriais.

O histórico dos limites com a França conta-se em poucas palavras.

A capitania do cabo do Norte, doada a Bento Maciel Parente, era limitada à beira-mar pelo rio Vicente Pinzon, cuja denominação indígena é Oiapoque. Apenas se fixaram em Caiena, os franceses lançaram vistas cobiçosas sobre o Amazonas, e reclamaram-no como limite.

Para afirmar seus direitos, em 1697, tomaram os fortes portugueses de Araguari, Toeré e Macapá, logo retomados. Um tratado provisional concluído em 1701 neutralizou o território, mas o de Utrecht restituiu-o aos portugueses. Pelo inequívoco artigo 8, Sua Majestade Cristianíssima desistiu “pelos termos mais fortes e mais autênticos e com todas as cláusulas que se requerem, assim em seu nome como de seus descendentes, sucessores e herdeiros de todo e qualquer direito e pretensão que pode ou poderá ter sobre a propriedade das terras chamadas do cabo do Norte, e situadas sobre o rio das Amazonas e o de Oiapoque ou de Vincente Pinzon, sem reservar ou reter porção alguma das ditas terras, para

que elas sejam possuídas daqui em diante por Sua Majestade Portuguesa” etc.

A disposição por sua clareza, não permitia dúvidas: os franceses acharam meio de perpetuá-la descobrindo mais de um rio Vicente Pinzon e mais de um Oiapoque, de modo a aproximarem-se o mais possível do Amazonas, e nele estabeleceram seu verdadeiro e constante objetivo. Isto lograram de Paris, de 23 de Thermidor V, traçou o limite pelo Calçoene até as cabeceiras e destas por uma reta até o rio Branco. O de Badajoz de 6 de junho de 1801 transportou-o para o Araguari, desde a foz mais apartada do cabo do Norte até as cabeceiras e daí até o rio Branco. O de Madrid, de 29 de setembro do mesmo ano, fixou-o no Carapanatuba desde a foz até as cabeceiras, donde acompanharia as inflexões de serraia divisória das águas até o ponto mais próximo do rio Branco cerca de 2° 1/3 Norte. O de Amiens, de 27 de março de 1802, trouxe-o novamente para o Araguari.

Todos esses tratados caducaram com o de Fontainebleau, que desmembrou Portugal e produziu a transladação da corte portuguesa para o Brasil. Os portugueses conquistaram então a Guiana Francesa, administrando-a alguns anos com certa habilidade, para restitui-la pelo tratado de Viena. Os esforços dos franceses mangraram por igual. Depois de acidentes vários o Brasil, já no regime republicano, por sentença arbitral do governo suíço, ficou com a fronteira do Oiapoque ou Vicente Pinzon.

Depois de na era de 1850 terem passado do rio Branco para o Repununi, os portugueses se apropriaram

das possessões holandesas. Nunca travaram conflito com elas, nem convenção alguma interveio entre as duas metrópoles.

Ultimamente pelo tratado firmado no Rio a 5 de maio de 1906 a fronteira fixou-se pela divisa das águas.

Com as guerras decorrentes do império napoleônico, a Inglaterra conseguiu afinal tomar pé no continente da América do Sul, incorporando parte das possessões neerlandesas. O conhecimento da situação de sua conquista despertou na alma britânica o desejo de possuir terra na bacia amazônica. Um laudo arbitral favorável outorgou-lhe esta Bursa, recatado foco de contrabando por ora, mais tarde, quem sabe mais?

NOTAS

1. Pernambuco.

Embora em menor escala, que da Baía de Todos os Santos para o Sul, as serras e metas opuseram-se ao povoamento normal de Pernambuco.

A existência e resistência dos quilombos de Palmares seriam impossíveis em outras condições.

As páginas do texto, como saíram primeiro no *Jornal do Commercio*, e agora vão ligeiramente atenuadas, provocaram as seguintes linhas de Aníbal Falcão, grande e luminoso espírito, que a morte atingiu em plena floração. Para apanhar bem seu alcance convém lembrar que Aníbal professava as crenças do positivismo mais ortodoxo.

“Paris, Domingo, 15 de outubro de 1899, - 1, rue Merlon (Avenue Marceau). – Aproveito estes momentos de repouso, a que me obriga a doença e a necessidade de dar outro alimento à cabeça, para escrever-te dum artigo que li no *Jornal do Commercio*, acerca do povoamento do

Brasil. Não julgo que seja teu o trabalho, mas é evidentemente inspirado nos teus estudos, de que em conversa me deste notícia.

Na publicação a que aludo são acusados os pernambucanos de não haverem completado o *reconhecimento* de sua terra.

O fato é incontroversível, mas a inculpação imerecida. Sobretudo quando se enaltecem os méritos dos paulistas.

Não haverá nisso resquícios da ingratidão dos cearenses para conosco? De tua província raros representantes de algumas excepcionais famílias se mostraram, por atos públicos, ligados aos pernambucanos: a essa solidariedade parece agora atribuir-se a comunhão no ódio ao poder adverso.

Donde vem esse sentimento hostil? Provavelmente da preponderância etnológica do caboclo.

Digo etnológica justamente porque a influência sociológica dos antigos índios do Brasil foi quase nula na constituição de nossa nacionalidade.

Podes procurá-la por toda parte, e em nenhuma lograrás achá-la. – No indianismo literário? – Mas é, em Alencar, seu grande representante, um produto de imitação de que foram modelos Fenimore Cooper e Chateaubriand. Em Gonçalves Dias – mulato – é pura erudição. Esse grande poeta devera ter cantado os negros, cujos ternos sentimentos revelou em formas eruditas.

Antes desses, que são o autor do *Caramuru* e Basílio da Gama? Artífices estrangeiros.

O cearense ficou desconfiado por ser da insociável raça do Floriano; ao passo que o pernambucano fez triunfar na *Terra Papagallorum* a missão dos Portugueses.

Tu, que deves ser o historiador da *Fundação do Brasil*, ouve estas razões que te vou dizer.

Os pernambucanos não *escudrinharam* o país em cuja orla marítima elegeram sua habitação, por muitos motivos dos quais descobriste um: a inavegabilidade dos rios (salvo – e ainda assim” – o São Francisco) pelos quais deveriam subir ao sertão. Os outros motivos – muito mais importantes – podem resumir-se no seguinte: eles tinham coisa mais importante a fazer, que era, após se terem estabelecido em pontos que

lhes pareceram favoráveis, e depois de haverem perlustrado o litoral vizinho, defender as suas posições.

Só isto lhes custou esforço meritório de grande reconhecimento nosso. Mas muitíssimo benefício nos deram maior que esse: o da pronta constituição de uma nova Pátria – a nossa. Tudo eles da Europa transportaram às regiões vizinhas do Iguaraçu, e defenderam-no com heroísmo; costumes, leis, indústrias, literatura científica e poética – o conjunto, enfim, da mais adiantada civilização do mundo atual.

Que fizeram os teus paulistas?

Em primeiro lugar, porque eram já habitantes do sertão, não tinham que lutar com os fortes competidores europeus; em segundo lugar, descobriram apenas o que se lhes deparou na sua caçada aos índios para a exploração do ouro. Nisso não os guiava o primeiro impulso dum brasileirismo espontâneo: a cobiça devastou-lhes terras cujos íncolas eles exterminaram pelo arcabuz ou pelo cativoiro.

Ainda que eu pudesse demonstrar essas afirmativas, nem tenho tempo de o fazer, nem tu de tal precisas. Mas, Capistrano de Abreu, historiador do Brasil, carece de justiça e de verdade. Que o Tietê não se lhe represente melhor do que é e, sobretudo, foi: o rio da escravidão dos índios está muito longe de haver sido o Nilo, em cujas margens se fundou a nossa civilização.”

2. *O roteiro de Fernão Dias Paes.*

O caminho seguido por Fernão Dias Paes era conhecido e mais de uma vez foi trilhado por pessoas que do sertão vinham pedir reforços ou de Piratininga iam levando auxílios mandados pela família no decurso da expedição em que finalmente deixou a vida. Comparando-o com o de D. Rodrigo de Castello Branco, administrador das minas, pode-se determiná-lo com bastante precisão, pois D. Rodrigo não teve maior preocupação que a de acompanhar-lhe as pegadas. Apenas chegou a Santos tratou de pôr-se em comunicação com o governador das esmeraldas para quando tornasse de Paranaguá. Na entrada elegeu braço direito a Matias Cardoso de Almeida, seu antigo companheiro. Na marcha encontrou um portador

de Garcia Paes, filho de Fernão, mais adiante o próprio Garcia e tragicamente foi morto no arraial de Manoel de Borba Gato, cunhado deste.

D. Rodrigo partindo de São Paulo a 19 de março de 1681, a 24 assinava um documento em Atibaia; a 19 de abril fugiam-lhe índios na paragem de Sapucaí; estes dois nomes bastariam para mostrar que o caminho seguido não foi o do Paraíba do Sul.

Deve ter sido o de Atibaia, em parte percorrido por Spix e Martius, e em parte descrito por Paula Ribeiro em 1815: Rev. Trim. 2º, 5º.

O caminho de Atiaia ou Sapucaí e o de paraíba do Sul comunicavam-se na Mantiqueira por várias gargantas, apontadas nas seguintes notas graciosamente fornecidas por Dr. Gentil Moura:

“Na região de Piracaia (antiga cidade de Santo Antônio da Cachoeira) há as gargantas do rio Cachoeira e Muquém, afluentes do rio Atibaia e situados entre os morros do Lopo e a pedra do Selado.

Fronteiras a Jacareí há as gargantas do rio do Peixe e do rio das Cobras, afluentes do Paraíba e situados ao Sul da pedra do Selado.

Fronteiras a São José dos Campos há as gargantas do Rio Buquira.

Fronteira a Pindamonhangaba e entre os morros do Itapeva e Pico Agudo, há a garganta do Piracuama.

A partir do Jacareí, as gargantas convergem para a região mineira chamada do Sapucaí (São José do Paraíso, Santana do Sapucaí etc.).

Fronteiras a Guaratinguetá há as gargantas do Pirajuí e Quaratinguetá; fronteira de Lorena e do Piquete, e fronteira de Cachoeira (Bocaina) há a garganta do Embaú, onde se fez a entrada para Minas Gerais, ganhando o vale de Passa Vinte depois da travessia da serra.”

Ao tomar posse de sua cadeira no Instituto Histórico do Rio, Gentil Moura traçou uma bela síntese da antiga viação paulista, que se pode ler no *Diário Oficial* de 3 de julho de 1920.

3. *Primeiros caminhos do Rio para as minas.*

Três foram os primitivos caminhos que puseram em comunicação a cidade do Rio de Janeiro com as terras de além Paraíba do Sul e Paraibuna.

O primeiro, vulgarmente chamado o caminho velho, aberto por Garcia Rodrigues Paes, partia do norte do Pilar, transpunha a serra, passava as roças Marcos da Costa nas cabeceiras do rio Santana, Pati, etc.

O segundo depois de passado o Paraíba do Sul, desenvolvia-se pelas margens do Piabanha e Inhomerim: de Inhomerim vinha-se embarcado para o Rio; a praia dos Mineiros era o ponto de desembarque.

O terceiro, vulgarmente chamado caminho novo, passava por Meriti, Maxambomba e Sacra Família.

Todos três se reuniam na bacia do Paraíba do Sul e transpunham a divisa das águas para a Guanabara, onde feneciam.

O caminho aberto por Garcia Rodrigues está descrito em Antonil: por ele marcharam as tropas que das terras de ouro vieram acudir ao Rio, atacado por Duguay-Trouin.

O segundo, obra de Bernardo Soares de Proença, já era utilizado em 1725, como desde 1907, se divulgou nos *Capítulos da História Colonial*, pág. 140 (Edição da Sociedade Capistranod e Abreu, pág. 196).

Entre São Paulo e Rio os caminhos variaram bastante. Muitos moradores de serra acima procuraram saída para as águas da ilha Grande ou de Angra dos Reis, donde era fácil o transporte por terra ou por sumacas até a capital. A E.F. Central do Brasil, desde as divisas de São Paulo afastou-se dos caminhos preexistentes e abriu novos. Na jornada de Ipiranga, Pedro I viajou por Santa Cruz e Itaguaí, São João Marcos, Areias, Lorena.

4. Trechos de uma carta de Teodoro Sampaio, escrita da Paulicéia, em 31 de agosto de 1899:

“Peço-lhe atender às seguintes observações que passo a fazer a propósito de como encarei as *caatingas* em relação ao problema da conquista dos sertões.

No meu artigo – *O sertão antes da conquista* – publicado no *Comercio de São Paulo*, o que tive em vista deixar assinalado era a diversidade das duas metades do país, o Norte e o Sul, quanto aos seus caracteres físicos, estabelecendo um paralelo entre a *caatinga* e o *campo*, como entre a hidrografia do Paraná brasileiro e a dos rios do Norte. No Sul o meio físico impelia o homem para o sertão, para assim dizer aberto. No Norte

nem as caatingas nem a hidrografia facilitavam tanto. Do ponto-de-vista da exploração sertaneja, o vale do Paraná oferece uma série de extensíssimas campinas, que as baixadas dos afluentes apenas interrompem sem, contudo, isolar totalmente: e estas campinas começam quase na crista das montanhas à beira mar e vão fundo no interior do continente; Por isso, as primeiras invasões dos europeus desde logo atingem ou transpõem a funda bacia do Paraná-Paraguai, e é tradição que uma delas varou até os Andes do peru.

Do Norte a causa é bem diversa. Só depois de transcorrido mais de meio-século é que uma partida de europeus pôde varar até o São Francisco. A invasão do território não tem aí o caráter de incursões venatórias como as do Sul. Um ou outro obscuro *mameluco* é que se atrevia a entrar nos sertões para descer índios, e isso mais com engodos do que pela força. Aí não se penetra habitualmente tão longe desde os primeiros anos. A conquista parece fazer um movimento de flanco; caminha-se ao longo das praias. Atinge-se Sergipe, para daí subir-se pelo São Francisco, onde se obtém sesmaria após sesmaria, fazenda após fazenda, para mais tarde procurar-se ou voltar-se ao centro irradiante pelo caminho mais curto. É que V. chamou o traçado pela hipotenusa. Varnhagen tem razão se se compara a *caatinga* com a mata; não, porém, se o paralelo do ponto-de-vista da exploração, tiver de fazer-se com o *campo*, como é a minha tese.

A *caatinga*, de certo, tem mais larguezas que a mata não tem. A orientação na *caatinga* é cabível, digo, é mais acessível, mas não é fácil, porque se o céu é mais descoberto, o solo é mais inçado de obstáculos. As veredas falsas, múltiplas são um verdadeiro perigo. A vegetação espinhenta, as trincheiras quase intransponíveis das bromélias e dos cardos formam uma barreira que se sucede por dezenas de léguas, desafiando aos mais robustos picadores de mato. Só o gado pôde primeiro trilhar a *caatinga*; e naquelas regiões onde o europeu primeiro penetrou através dela, foi sem dúvida pela trilha do índio, e guiado pelo índio. Ajunte-se a tudo isso, a falta d'água por dezenas de léguas, a aridez do solo, a escassez das chuvas, e se compreenderá por que o movimento invasor busca desenvolver-se ao longo do mar e dos grandes rios perenes,

para depois voltar ao centro, retificando os caminhos através das caatingas de baixo de permeio.

O *campo* oferecia no Sul elementos bem diversos: rios perenes em grande número, clima menos ardente, matas de pinheiro, cujos frutos eram excelentes e abundante provisão, constituindo no meio das solidões um verdadeiro oásis. As marchas diárias eram nessa região um movimento regulado e calculado, Nas caatingas, isso era impossível. Nas margens do São Francisco recolhi a tradição de que os primeiros *caatingueiros* que ousaram enveredar para os lados do Piauí, carregavam água em *borracha*, e penetravam, rompendo a caatinga até onde a água permitia, e voltando ao rio São Francisco para renovar as provisões enquanto o fogo, deitado à caatinga sistematicamente, ia desbravando a região e abrindo as veredas. Está visto que a mata oferece muito maiores obstáculos, e isso explica bem o retardamento com que se povoaram as regiões dentro do Rio e Minas, e as de entre o Espírito Santo e o vale superior do rio Doce e outros.”

5. *Uma página de Martius sobre o caminho de Joazeiro.*

A serra da Tiúbia atravessa bastante extensa e esgalhada a parte Noroeste da capitania da Bahia, variando de dominação com as localidades; forma a divisora das águas entre o rio São Francisco a Oeste e os pequenos rios a Este que muitas vezes secam em parte ou de todo ficam sem água, que ao Sul daquele correm para o oceano, e dos quais o rio Itapicuru é o de maior curso. No arraial de Santo Antônio das Queimadas, a três léguas do rio do Peixe, achamos este rio, mas, devido à seca persistente, tão seco que apresentava apenas algumas poças.

Todos os rios deste trecho são de pequeno cabedal e secam durante a falta de chuva, e então apenas um leito rócheo, largo e irregular, indica sua presença e direções, Suas pontas originam-se de gretas de penhas e formam geralmente fontes claras e rasas. Durante os meses molhados, porém, os álveos ficam cheios de água de chuva, e isto sucede em consequência da formação particular do terreno que se fende em numerosos valetes conexos, com tal rapidez que dentro de oito dias se vê um álveo pético e seco cheio por uma corrente torrencial.

A falta de humo, a densidade, a rizeja, a horizontabilidade predominante da rocha, favorecem o escoamento rápido, e este por sua vez atua sobre as condições da crosta terrestre, reagindo por este meio sobre a periodicidade dos rios.

De fato, como nenhuma umidade resta na terra, a decomposição das folhas caídas e de outras matérias orgânicas não pode realizar-se pela ação da água; dá-se antes um mirramento ao ar que um processo de putrefação, e muito pouco é o humo que se forma. Os ventos dispersam o pó, constituído de partículas orgânicas, e a rocha escalvada fica sem aquela cobertura, tão apropriada a prender a água atmosférica, favorecendo assim a origem de fontes perenes.

Também a espécie de vegetação desta zona parece determinar esta marcha do processo dos elementos; pois as folhas são relativamente mais raras do que nas matas virgens do litoral e de contextura mais seca. Assim, como agente importante da aviventação deste território madrastamente dotado, resta a água fluvial, e como nem picos alterosos nem rochas particularmente densas favorecem a atração da umidade atmosférica só vigora a periodicidade geral das estações seca e úmida, é fácil achar o motivo por que nem um progresso do país se iniciará aqui, no ciclo de tão desfavoráveis ações e reações recíprocas. Estas condições assinalam também as relações desta zona com a cultura possível; só após muitos esforços virá uma agricultura remuneradora juntar-se à criação do gado, principal base da alimentação do habitantes.

“Procurei descrever em geral as relações em que estão entre si o solo, o clima e a vegetação: se me fosse permitido aventurar uma suposição quanto às primeiras causas que produziram a situação presente, seria que as serras perderam sua antiga coberta de terra com as possantes e largas lavagens do Oceano.

Muitas circunstâncias parecem favorecer esta afirmação. a descida gradual desta região para o mar, o curso regular dos rasos vales de escoamento em direção igual, a extensão das superfícies róchicas escalvadas, o arredondamento de muitos troços graníticos, que fazem esparsos ora nas alturas, ora nas baixas e principalmente o teor salino do humo das regiões ocidentais.

Em tal caso não fora de estranhar depararmos aqui vegetação tão diferente da mata virgem das serras graníticas do litoral: deve-se considerá-la como uma formação secundária de plantas: na realidade nem quanto à altura e força de crescimento nem quanto à plenitude e às singularidades de forma pode considerar-se esta a vegetação das eras primevas” (MARTIUS, *Reise in Brasilien*, 723, 725)

Por descuido vai esta velha e imperfeita versão, quando tão fácil seria aproveitar a bela tradução de Pirajá da Silva – 173-176, Bahia, 1916.

6. *Sobre emboabas.*

A palavra *emboaba*, idêntica a *moab* referida por Jean de Léry no século XVI, deve ter hibernado na linguagem popular para florir no tempo das rusgas a que deu o nome. O coronel Pedro Leobino de Maris, superintendente das Minas Novas, diligente explorador de salitre em Montes-Claros, sertanista famoso, informava em 1759 que emboaba se chamava quem não era paulista.

Qual o papel representado nos conflitos pelos reinóis? Muito maior certamente do que lhes foi atribuído nestas mal traçadas linhas, contestando observações em parte justas de Orville Derby e Teodoro Sampaio. Os portugueses chegados na última frota, sem parentes na terra, sem amigos, sem recomendações, sem eira nem beira, eram o material mais conveniente às empresas desesperadas, nas quais se amalgava perfeitamente para usar o termo corrente nos primeiros exércitos da revolução francesa. Assim passava na Índia Oriental, segundo as memórias de um soldado editadas por Costa Lôbo, autor do admirável livro *História da Sociedade em Portugal no século XV*.

Não ser paulista era mácula original, indelével e irreparável; nascer na metrópole ou em qualquer outro ponto da colônia pouco valia. A primeira manifestação conhecida de malevolência, não contra reinóis, mas contra os vizinhos do Rio de Janeiro, foi em 16 de abril de 1700, quando os descobertos poucos anos contavam.

Uma reunião de homens bons, representantes de Piratininga e mais vilas anexas, pediu à Câmara que “requeresse ao general Artur de Sá e Menezes, governador da praça do Rio de Janeiro e das mais da repartição,

que as terras do território das minas de Catagoás assim campos como matos lavrados de direito pertenciam aos paulistas para os possuírem por datas de Sua Majestade que Deus guarde ou de quem for donatário, porquanto eles foram os descobridores das minas e ouro que do presente se lavram o que é notório e patente, o que tudo fizeram à custa de suas vidas e fazendas sem dispêndio da fazenda real e que seria uma grande injustiça conceder-se as ditas terras aos moradores do Rio de Janeiro que nunca tiveram parte tanto na conquista como no descobrimento.”

Sobre os sucessos da guerra dos Emboabas anteriores à ida do governador Mascarenhas às minas há muitos documentos; a segunda fase é pouco conhecida. Uma biografia objetiva de Manoel Nunes Vianna, o cabecilha dos emboabas, preencheria importante lacuna.

O parágrafo VII é reprodução do Capítulo X dos “Capítulos de História Colonial”, revisto e aumentado pelo autor.

ESQUEMA DAS BANDEIRAS (*)

(a) Bandeiras paulistas, ligando o Paraná ao Paraguai, e pelo Guaporé, Madeira, Tapajos e Tocantins atingindo o Amazonas (o Xingum pelas más condições de navegabilidade, nunca foi freqüentado); bandeiras paulistas, ligando o Paraíba ao São Francisco, ao Parnaíba e Itapicuru até o Piauí e Maranhão por um lado; ligando o São Francisco, o Doce, o Paraibuna, ao Paraíba do Sul, galgando a serra dos Órgãos, para terminar na Guanabara; bandeiras paulistas, entre a serra do Mar e o Paraná, todas elas atravessando o Uruguai para o Rio Grande do Sul;

(b) Bandeiras baianas, ligando o São Francisco ao Parnaíba e chegando ao Maranhão pelo Itapicuru; bandeiras baianas, ligando o São Francisco ao Tocantins; bandeiras baianas, que indo do Serro e Minas Novas, procuravam o Rio pelo caminho da terra do ouro;

(c) Bandeiras pernambucanas entre o Capibaribe e a serra de Ibiapaba, muito menos importantes que as duas anteriores, traçadas a menor distância do litoral, pelo sertão “de fora”, recebendo muita gente diretamente do litoral, subindo os rios que nele desembocam;

(d) Bandeiras maranhenses, de pouco alcance, ligando o Itapicuru ao Parnaíba e São Francisco, e o Parnaíba às terras aquém de Ibiapaba;

(e) Bandeiras amazônicas, que pelo Madeira se ligaram às de São Paulo; alcançaram os limites do Javari e ocuparam a Guiana.

¹ Esquema de Capistrano de Abreu, revelado por Paulo Prado, no “*Retrato do Brasil*”, 1928, (págs. 67-68, nota 1).